

Traços da Modernidade

Tayna Vicente



KORU
editorial

Tayna Vicente

Traços da Modernidade

Uma investigação sobre valor e processo
de registro patrimonial em edificações
modernas de Joinville – SC

Koru Editorial
Florianópolis (2025)

© Tayna Vicente, 2025.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem autorização expressa do autor.

Projeto Gráfico e Diagramação: Annye Cristiny Tessaro (Koru Editorial)

Revisão de textos: Sergio Meira

Imagen da Capa: Edifício Manchester/Tayna Vicente

Capa: Alexandre Schmitt

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

V627t	
1.ed.	Vicente, Tayna
	Traços da modernidade: uma investigação sobre valor e processo de registro patrimonial em edificações modernas de Joinville – SC / Tayna Vicente. – 1.ed. – Florianópolis, SC: Koru Editorial, 2025.
	206 p.; il.; 16 x 23 cm.
	Bibliografia.
	ISBN 978-65-83420-01-5
	1. Arquitetura moderna. 2. Edificações. 3. Joinville (SC) – História. 4. Patrimônio arquitetônico e histórico. 5. Patrimônio cultural – Preservação e conservação. I. Título.
08-2025/20	CDD 363.69098164

Índice para catálogo sistemático:

1. Joinville : Patrimônio cultura e arquitetônico : Santa Catarina :
Memória e preservação 363.69098164

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

*À minha mãe, minha irmã e meu
namorado, que foram minha base
enquanto este turbilhão acontecia.*



Este projeto recebeu recursos por
meio de Lei de Incentivo e seu
conteúdo é de responsabilidade
de seus idealizadores

Koru Editorial

Florianópolis/SC

(48) 999809898 – contato@korueditorial.com.br

<https://loja.korueditorial.com.br>

Agradecimentos

Este livro é uma versão revisada da minha dissertação de Mestrado, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville (Univille). Depois destes (poucos) anos avançando na formação acadêmica, posso afirmar que trilhar o caminho da pesquisa pode ser difícil, por vezes tortuoso e solitário, mas, felizmente, também posso afirmar que não faço nada sozinha, pois sou a soma dos que me rodeiam, me apoiam e me incentivam.

Escrever e nomear pode parecer clichê, mas é desses laços que me orgulho, e por fazer parte deles é que posso ser quem sou. Foram as pessoas que me deram suporte para que esta pesquisa fosse escrita. Por estas páginas, agora transformadas em um livro, experimentei e experienciei novos olhares, novas habilidades e me transformei em pesquisadora.

Meu agradecimento começa pelas minhas orientadoras que me auxiliaram na jornada do mestrado, Nadja e Alena. Mulheres, pesquisadoras, generosas e companheiras. Foram anos de muitos acontecimentos, compartilhamos momentos alegres e momentos difíceis, conversamos, nos emocionamos, por vezes discordamos, mas no fim, os ensinamentos e a presença constante tornaram esta pesquisa possível.

Voltando ao clichê, minha família foi quem suportou a pior dose. Não é fácil lidar com alguém na pós-graduação (eles irão concordar plenamente com esta frase), por isso, agradeço pela paciência e pela compreensão dos nãos que eu tive que dar pelo caminho e das minhas ausências. À minha mãe, Fabiane, minha

irmã, Bruna e meu companheiro da vida, Alexandre, obrigada por não medirem esforços para me ajudar, mesmo às vezes não sabendo bem como fazer isto.

Às minhas amigas, que formam minha rede de apoio: estão sempre presentes, ouvindo, ajudando, aconselhando – mesmo quando não entendem muito bem. Jéssica, Luana, Eloyse e Angela: vocês são o quarteto que me fortalece e me faz uma pessoa melhor.

Aqui um adendo sobre como a vida dá algumas voltas interessantes. Nos agradecimentos escritos para a dissertação cito minhas professoras da graduação que me auxiliaram no processo de entrada para a pós-graduação. Bem, hoje somos colegas de trabalho. O meu agradecimento à professora Márcia Melo continua, assim como à minha orientadora de TCC, Carla Kielwagen. Estendo este agradecimento aos demais colegas de docência pelas trocas e ensinamentos dentro e fora da sala de aula, especialmente aos que me ensinaram o que sei sobre arquitetura e me confiaram a tarefa de ensinar: a professora Amanda Máximo e o professor Murilo Teixeira.

Agradeço às instituições de pesquisa que gentilmente abriram suas portas e foram fundamentais para a realização deste estudo. À Coordenação de Patrimônio Cultural de Joinville e ao Arquivo Histórico de Joinville, registro meu sincero agradecimento, estendido a todos que, com generosidade, dedicaram seu tempo e apoio a esta pesquisa.

Por fim, agradeço ao Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec), do Município de Joinville (SC), que por meio do financiamento e fomento à projetos culturais tornou possível a publicação deste livro.

A adoção de um ponto de vista é sempre o ato de reconhecimento de uma cegueira. Adotar um ponto de vista é uma maneira de construir o ponto cego da percepção.

Henri-Pierre Jeudy

Sumário

PREFÁCIO	11
1 SOBRE PERCURSOS, ARQUITETURA E VALORES	14
2 QUANTO AOS VALORES E PROCESSOS DE REGISTRO PATRIMONIAL	28
Sobre valores patrimoniais: teorias e práticas	35
A arquitetura moderna no patrimônio de Joinville e seus processos de registros	43
3 ARQUITETURA, MEMÓRIA E AS PERCEPÇÕES SOBRE A CIDADE	70
O papel da salvaguarda na imagem da cidade	73
Um retrato da cidade de Joinville	76
4 AS EXPRESSÕES DA ARQUITETURA MODERNA EM JOINVILLE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES	92
Dos entraves pelo caminho: a lei geral de proteção de dados e a pesquisa da arquitetura moderna	98
Sobre as consequências da falta de reconhecimento	102

PREFÁCIO

Um inventário para a arquitetura moderna joinvilense	111
<i>Rodoviária de Joinville</i>	121
<i>Hotel Colon</i>	123
<i>Pavilhão da Expoville</i>	125
<i>Agência da Caixa Econômica Federal</i>	126
<i>Clube de Radioamadores de Joinville – CRAJE</i>	129
<i>Catedral Diocesana São Francisco Xavier</i>	131
Para um estudo aprofundado	133
<i>Edifício Manchester</i>	133
<i>Residência Schneider</i>	144
<i>Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville</i>	152
<i>Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior</i>	161
Circuitos pela arquitetura moderna de Joinville	169
UM FINAL PARA ESTE PERCURSO...	180
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICES	192

No desdobramento de uma investigação no âmbito do *stricto sensu* em Patrimônio Cultural, a jovem arquiteta Tayna Vicente se vê diante da constatação de que há uma política, de certa forma, delineada para a preservação das edificações que se adequam ao critério colonial. Entretanto, aquelas edificadas no passado próximo com características modernas estão desprotegidas, e várias foram demolidas ou descaracterizadas em decorrência da ausência de uma política que as contemple para além dos critérios vigentes.

Em diferentes municípios, em particular aqueles que têm uma significativa presença de imigrantes na sua constituição, há o forte impulso de preservar a memória, a tradição e a cultura dos seus países de origem, no entanto, sem o compromisso de preservar o tempo presente e as edificações que materializam o pensamento arquitetônico do modernismo para o futuro.

A cidade é um espaço vivo em contínua transformação, impregnado pela memória daqueles que nela viveram e dos que vivem. Cada rua ou via, praças, árvores, residências, edificações públicas, monumentos tem uma história ali vivida que o singulariza. São várias as camadas de memórias e de saberes que se sobrepõem, que se cruzam, constituindo o que se denomina espaço urbano.

Tayna, entretanto, olha e escuta atentamente a cidade de Joinville, SC, e no seu andar por ela registra as transformações, constata que tal edificação que aqui estava, não está mais, ou aquelas

que por tantas intervenções não se reconhece mais.... Então questiona: “por que as edificações de arquitetura moderna de Joinville estão sendo modificadas e demolidas? Quais são os desafios da preservação do patrimônio moderno na cidade?”

A sua pesquisa constata que a vocação industrial é parte constituinte da história da cidade, o parque industrial surge muito cedo, sendo a principal referência econômica. É comum se ouvir a referência de “que esta é uma cidade da cultura do trabalho”, “é uma cidade que trabalha as 24 horas do dia”, dado o grande volume da indústria local, tanto daquelas que expandiram com filiais nacionais e internacionais como as multinacionais que aqui se instalaram. O crescimento fabril impulsiona o avanço tecnológico, a modernização do maquinário e, por consequência, qualifica também o serviço. O pensamento moderno presente na indústria se reflete no pensamento arquitetônico local, quer seja residencial, comercial ou industrial. Um legado arquitetônico moderno se forma paralelo ao legado arquitetônico de característica “germânica”. Cria-se a lista das edificações portadoras de possível valor cultural a ser preservado como bem cultural.

Nas décadas de sessenta e setenta já se identifica um movimento local no sentido de se instituir uma política cultural, e forma-se o primeiro conselho de cultura, composto por cidadãos sensíveis à preservação do legado cultural advindo do processo migratório. Cria-se a Fundação Cultural, museus, entre outros relevantes órgãos. Instituem-se, assim, as bases da política cultural da cidade e, com elas, a de patrimônio local.

A investigação aqui apresentada se propõe a compreender as problemáticas evidenciadas, e a partir de consistentes fontes de estudos e reflexão entende que algo, para se tornar patrimônio, não basta só um ato institucional, pois há que ter o acolhimento social, ou seja, a comunidade local precisa ter uma relação de

afetividade e reconhecimento do bem cultural, para que o ato legal seja efetivamente acolhido pela sociedade a que este bem pertence. Todavia, o reconhecimento social não necessita da institucionalização para o acolhimento de um bem como patrimônio. Há fatores mais complexos a serem identificados e compreendidos.

As questões decorrentes da problemática investigada passam pelo entendimento de que o reconhecimento do patrimônio se vincula a valores que o sustentam como tal. Porém, se há valores, há que ter critérios que deem sustentação ao processo de valoração, mas que impliquem no compartilhamento de princípios sociais, éticos e morais com a sociedade.

O livro traz de forma consistente a densa investigação sobre o patrimônio, a memória, os critérios de valoração, os processos de registros do patrimônio edificado pelo município, a identificação daqueles que possuem as características do modernismo arquitetônico, a política de patrimonialização da arquitetura e o subjetivo jogo patrimonial presente.

A pesquisa culminou com um importante produto gerado, um circuito com a identificação das edificações modernas no centro da cidade, acompanhado das respectivas informações em QRcode. Um convite para conhecer e compreender um pouco da arquitetura moderna de Joinville e suas problemáticas patrimoniais.

Boa leitura!

*Nadja de Carvalho Lamas
Outono de 2025*

1

Sobre Percursos, Arquitetura e Valores

Sede da antiga Prefeitura.
Foto da autora, 2023

Arquitetura nunca esteve em meus planos. Pensava em ser estilista, bióloga, depois engenheira química e, por fim, historiadora. Até que a arquitetura despertou meu interesse em uma conversa despretensiosa com amigos do ensino médio dias antes do término da inscrição do vestibular, quando um amigo, cujo pai era marceneiro, disse que estava pensando em cursar arquitetura para fazer projetos de interiores com o pai. Nesse momento, pensei que essa poderia ser uma opção válida para mim também, mas não sabia o que me esperava e nem que iria me encantar tanto.

Lembro bem que ainda nos primeiros dias de aula, totalmente leiga às colocações que eram apresentadas, uma frase de um dos professores me marcou imensamente – e refazendo as leituras para a construção deste trabalho, me deparei com uma citação que, provavelmente, foi a que ele apresentou para a sala, mas nossas memórias às vezes nos traem. Assim como o professor Murilo lá em 2014, o historiador de arquitetura norte-americano, Leland Roth (2017, p. 17), logo na primeira página de seu livro, afirma que “é possível optar por não olhar para pinturas, esculturas, desenhos, ou qualquer outra arte visual, mas a arquitetura nos toca constantemente, afeta nosso comportamento e condiciona nosso humor psicológico”.

A frase soou como um alerta, simbolizando a responsabilidade que cada um teria ao edificar os próprios projetos. É evidente que, para além das construções novas que viriam nascer nos ateliês de projeto, o estudo e a análise sobre a cidade, as construções, a apropriação dos espaços urbanos e como as escolhas afetam a vivência da comunidade fizeram com que todos na sala refletissem sobre as políticas públicas e como se encaixariam nesses imbricamentos como futuros profissionais. Em meio a essa enxurrada de conhecimentos, assessoramentos e projetos, já no fim da jornada, comecei a disciplina sobre patrimônio.

Durante todo o quarto ano da graduação, tinha um encontro marcado com o patrimônio edificado, suas nuances, disputas políticas e intervenções. Entre defensores e detratores da patrimonialização, a professora da turma, uma egressa do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Univille, fez todos entenderem por que ela era tão apaixonada pelo campo. E sua paixão me marcou. Ainda no Trabalho de Conclusão de Curso, foquei no patrimônio edificado, propondo uma intervenção no centro histórico da cidade de Joinville, utilizando os miolos de quadra e os vazios urbanos para tratar sobre fruição espacial.

Entrar no mestrado sempre foi algo que esteve em meu radar, mas é inegável a participação de cada um dos professores que estiveram comigo durante a graduação nesse estado de curiosidade e questionamento que me fez escolher o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. De uma inquietação que surgiu durante as aulas de patrimônio, nasceu, ainda de forma embrionária, o problema que se tornou o tema central desta obra: por que as edificações de arquitetura moderna de Joinville estão sendo modificadas e demolidas? Quais são os desafios da preservação do patrimônio moderno na cidade?

Com o amadurecimento da pesquisa, ao buscar recursos bibliográficos já foi possível constatar que são poucos os exemplares da arquitetura moderna que possuem salvaguarda na cidade. No total, são apenas quatro edificações dentre as 123 que são patrimonializadas, duas pertencentes ao governo da cidade – o Arquivo Histórico de Joinville e a Antiga Prefeitura, atualmente “O Farol” – e outras duas particulares: uma pertencente à empresa Douat S/A e uma onde funcionou a loja de departamentos da Malharia Arp.

Emergiu assim a necessidade de uma discussão sobre valor patrimonial e os processos de registros que são aplicados na cidade, com o intuito de analisar quais os valores atribuídos aos bens que são patrimonializados e como isto se reflete na imagem da cidade, na memória e na identidade dos cidadãos, para se ter um panorama

e entender de qual maneira as edificações modernistas se inserem neste contexto.

Tratando-se de uma análise de bens arquitetônicos, é evidente que o recorte dessa análise será o patrimônio material, todavia, para além de sua materialidade, o patrimônio é, conforme o museólogo, arqueólogo e historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2009), um “fato social”, instituído nas relações da sociedade com o bem cultural. Entremeado por sua potência patrimonial, o professor de história da arte na Sorbonne (Universidade Paris I), Dominique Poulot (2009), diz que ele é o “registro físico” dos eventos, das memórias, dos saberes e fazeres. É como uma herança das gerações passadas, diz Roth (2017), garantida por um direito constitucional.

Para Meneses (2009), os valores patrimoniais são delineados no contato social com o bem cultural, emergindo assim uma série de critérios de valor desta relação. Segundo ele, esta deveria ser a baliza para a avaliação dos bens a serem patrimonializados, pois a representação simbólica oferecida pelo patrimônio no permear da malha urbana se efetiva somente quando há uma apropriação da “comunidade de pertencimento” – como denomina a socióloga francesa Natalie Heinich (2014) – em relação ao bem, quando ela se vê representada pela importância que aquele bem cultural demarca na cidade ou no imaginário social, materializando um tempo passado no seu cotidiano, entendimento que o filósofo, sociólogo e escritor francês Henri-Pierre Jeudy (2005) também pactua.

Segundo Alois Rieg (2014), historiador da arte pertencente à Escola de Viena de História da Arte, são os valores que criam os monumentos. É na evocação de um vínculo social, de valores éticos e morais que são compartilhados com uma comunidade, que um bem se torna patrimônio cultural. Trata-se aqui de um processo intrínseco ao jogo patrimonial, que, por sua vez, é subjetivo. Submetidos a uma avaliação dos profissionais técnicos do campo, os valores que são utilizados para a ativação dos patrimônios culturais se revelam pelo trabalho desses profissionais, os quais,

em busca da fundamentação para a patrimonialização dos bens, tanto materiais, quanto imateriais, engendram uma cadeia de valores que potencializam (ou não) a ativação patrimonial. Segundo Meneses (2009, p. 38), abordar o campo patrimonial significa, inevitavelmente, enfrentar a "problemática de valor", que se configura em meio a debates e confrontos, sem "rotas seguras" ou escolhas previamente definidas. Esse campo de valores se estabelece no cruzamento entre decisões políticas, avaliação e valoração. Nesse sentido, Heinich (2014), cuja pesquisa transita da sociologia da arte para a sociologia dos valores, destaca que os valores atribuídos aos bens patrimoniais resultam de processos avaliativos que se desdobram em três dimensões: as características intrínsecas, observáveis no próprio bem; as representações construídas pela comunidade a seu respeito; e os fatores contextuais do ato de avaliação, ligados às condições e recursos disponíveis na situação.

Por sua vez, Riegl (2014) lembra que todo bem tem a potencialidade de aspirar valor à determinado grupo ou demanda da sociedade, de acordo com os conceitos modernos. Sendo assim, se iniciou um processo visando organizar meios para delinear quais bens seriam conservados, sob o pretexto de evidenciar momentos significativos que possuíssem maior valor e representassem as evoluções das práticas sociais humanas. Com isto, afirma Poulot (2011), mobilizam-se recursos para a identificação e a gestão do patrimônio, com legislações, frentes de trabalhos e regulamentações de intervenção.

Poulot (2009) diz que esses critérios evocam a *patrimonialidade* do bem cultural, ou seja, a potência patrimonial que um bem tenha, seja material ou imaterial, e sua capacidade de se tornar referência para uma determinada narrativa, um contexto ou localização. A *patrimonialidade*, é descrita por Poulot (2009, p. 28) atrelada a duas vertentes. A primeira está ligada à relação dos sujeitos – usuários, profissionais ou proprietários –, com os "objetos, lugares ou monumentos". Posteriormente, com o crescimento da patrimonialização, a nação se torna protagonista da evocação

das patrimonialidades, em busca de testemunhos do passado que construam a ideia de nação.

O patrimônio, como fenômeno radicado na esfera pública, é um campo de disputas políticas e sociais, possuindo como vetor o bem patrimonializado, representando um lugar, acontecimento ou contexto histórico, sujeito a (re)interpretações e rupturas narrativas, ou seja, é um patrimônio em movimento.

Esta confluência entre valores e meios de preservação tem o intuito de apresentar meios para entender como os exemplares da arquitetura moderna joinvilense podem vir a ser inseridos nas políticas de patrimônio atuais.

A intenção nesse estudo não é afirmar o que é o patrimônio, mas entender sob que circunstâncias ele ocorre e buscar articular outras produções ao patrimônio já institucionalizado. Com um conjunto patrimonial ainda marcado pelo "patrimônio do imigrante", a cidade de Joinville tem as edificações tombadas, inventariadas ou ainda em processo, em sua maioria, ligadas às configurações urbanas desenvolvidas no processo de imigração e colonização. Segundo a historiadora Janice Gonçalves, em sua obra *Figuras de Valor: patrimônio cultural em Santa Catarina* (2016, p. 175-6), isso decorre de um processo iniciado em nível estadual com a criação da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), a partir dos anos 1980, no qual começa a tomar forma o "patrimônio da imigração", projeto realizado em consonância com os representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no estado de Santa Catarina. Consequentemente, se demarcou a presença "alemã" no Vale do Itajaí e na parte Norte do estado, a "italiana" na parte Sul do estado e no Vale do Rio dos Cedros, a "polonesa" e a "ucraniana" no planalto Norte, e no Litoral a "açoriana".

Tal narrativa hegemônica legitima um discurso de poder o qual recorre à efetivação da patrimonialização. Busca-se aqui apresentar a cidade de Joinville como algo mais do que esse discurso na sua tangibilidade, entendendo-se as contribuições da arquitetura

moderna na construção do espaço de uma cidade que, como aponta a Secretaria de Pesquisa e Planejamento Urbano (2020, p. 10), vive um dilema ao “pretender preservar sua história e inserir-se na ‘modernidade’”. De acordo com o arquiteto e urbanista Thiago Borges Mendes (2015), independentemente do mecanismo de salvaguarda, assegurar a valoração das edificações modernistas da cidade seria uma demonstração de que o valor arquitetônico não está somente ligado às produções realizadas no período colonial, mas também àquelas que há pouco estavam sendo construídas com qualidade e significação para o corpo social que se relaciona com o edifício.

A arquitetura moderna se desenvolveu no Brasil de maneira única, com revisões permeadas dos aspectos culturais, socioeconômicos e políticos que, apesar de baseados em teorias “internacionalistas”, não equivalem a uma replicação sem crítica do que era produzido nos países europeus. Apoiando-se “numa tradição local imediata [...], mas buscando no passado referências de identidade, a arquitetura modernista no país concebe uma linha formal digna de uma escola brasileira”, aponta o Professor Titular do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU/USP, Hugo Segawa (2002, p. 112).

Segundo Segawa (2002), pode-se classificar esse início do modernismo brasileiro em duas fases. No primeiro momento houve um período iconoclasta, no qual a busca por uma expressão artística desvinculada dos movimentos existentes e, principalmente, passadistas era o principal foco. A segunda fase nasceu com a publicação do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, do poeta, escritor, advogado, ensaísta e dramaturgo brasileiro Oswald de Andrade. O manifesto foi veiculado no jornal *Correio da Manhã*, em março de 1924 e expôs uma nova faceta ao modernismo brasileiro, o nacionalismo:

Apenas brasileiros de nossa época. O necessário de química, de mecânica, de economia e de balística. Tudo digerido. Sem meeting cultural. Práticos. Experimentais. Poetas. Sem reminiscências livrescas.

Sem comparações de apoio. Sem pesquisa etimológica. Sem ontologia.

O que Oswald de Andrade ressaltava em seu manifesto era um ufanismo sobre as produções brasileiras, delineando um caminho para o universal a partir do nacional, revela Segawa (2002). A Semana de Arte Moderna de 1922, continua esse autor, de grande importância para as artes visuais no país, pouco reverberou na produção arquitetônica. A tímida participação de arquitetos no evento resultou em esboços de construções que pouco se assemelhavam aos traços maquinistas que se apresentavam, principalmente, em países da Europa. A defesa fervorosa dos artistas e literatos da Semana de 1922 sobre seus anseios não era respondida pelos arquitetos, e o moderno era apresentado como uma ramificação do ecletismo, o neocolonial.

Ainda conforme a narrativa de Hugo Segawa (2002), as primeiras manifestações escritas sobre a produção arquitetônica moderna no Brasil ocorreram em 1925. A primeira foi a publicação no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 15 de outubro, de uma carta que Rino Levi, ainda estudante em Roma, enviara ao Brasil. O artigo, nomeado “A arquitetura e a Estética das Cidades”, trazia uma visão de Levi sobre a modernidade corrente na Itália, apresentando as mudanças que as construções precisavam adotar, como a incorporação de novos materiais, uma forma polida e sem adornos, com linhas simples e, principalmente, levando em consideração a realidade social, econômica e climática brasileira. Em novembro de 1925, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicava o artigo de Gregori Warchavchik, intitulado “Acerca da Arquitetura Moderna”. O texto já havia sido publicado em italiano em um jornal de uma colônia, em junho do mesmo ano, com o título “Futurismo?”, e nele Warchavchik exaltava a máquina, a indústria e, assim como outros modernistas, negava o revivalismo de estilos passados.

Os artigos eram prenunciadores e pouco impactavam o caminho que tomava a arquitetura. Foram resgatados anos depois de suas publicações, marcando um esboço da movimentação para

incorporar o modernismo na arquitetura. Os dois arquitetos, informa Segawa (2002), tinham em comum o olhar e o contato com o estrangeiro: Levi estava estudando em Roma e Warchavchik, que era russo, emigrou para o Brasil em 1923.

Ao arquiteto russo Gregori Warchavchik é atribuído o projeto da primeira residência modernista brasileira, construída em 1927, em São Paulo, hoje parte integrante do patrimônio salvaguardado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Desde então, diversos nomes proeminentes no cenário nacional e internacional surgiram, representando a produção arquitetônica modernista brasileira. O deslumbramento pelas obras dos arquitetos modernistas brasileiros desdobra-se, principalmente, do uso das técnicas que, aplicadas de maneira arrojada por meio de cascas e ossaturas, davam “extrema leveza às mais complexas estruturas”, resultando em edifícios com “fluência e elegância”, como descreve o arquiteto, crítico e curador, especializado em arquitetura moderna e planejamento urbano, Jean-Louis Cohen (2013. p. 314), que complementa: até os itens vistos como primordiais, como os *pilotis*, eram revistos e reinterpretados, gerando uma expressão própria, como as colunas que ganharam forma de ‘Y’ ou ‘V’.

O arquiteto, escritor e catedrático da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, Josep Maria Montaner (2013, p. 8), relata que, como sucessão da inquietação sobre a ortodoxia vanguardista que despontou na década de 1930, a partir de meados de 1945, principalmente na América Latina, com a ascensão de novos estados (com o período JK, no Brasil ou a criação do Partido Revolucionário Institucional, PRI, no México), irrompem obras com uma “símbiose dos pressupostos modernos com as contribuições de cada um dos contextos, culturais e identidades: sua tradição, sua cultura do espaço, suas disponibilidades materiais, seu estágio de desenvolvimento tecnológico e sua capacidade criativa”.

Arquitetos como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha testemunham a evolução da

arquitetura modernista brasileira. Com influências regionais, o que se assiste é uma arquitetura que vai do lírico ao brutalismo.

Ao se espalhar pelo território brasileiro, a arquitetura moderna se desenvolveu em confluência com as realidades locais, ressignificando seus preceitos e reinterpretando seus formalismos, o que resultou em uma série de edifícios com as características modernas adequadas ao ambiente em que estavam inseridos. A ideia era a de uma “arquitetura internacional” podendo ser interpretada sob outros olhares. Seus princípios se organizaram de maneira poética e funcional adequados ao espaço vivo e aos contextos sociais. Este também é o caso de Joinville.

Localizada ao norte do estado de Santa Catarina, Joinville é a maior cidade do estado. Apesar de possuir uma vasta produção arquitetônica em torno dos preceitos modernistas, são poucos os estudos sobre seu conjunto e suas influências na organização citadina e na imagem da cidade. Um destes estudos é a Dissertação – para o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville – da arquiteta e urbanista Fárida Mirany De Mira (2012), que discorre sobre a Catedral Diocesana São Francisco Xavier, um exemplar da arquitetura moderna na cidade. As colaboradoras do Arquivo Histórico de Joinville, Giane Maria de Souza, Dinorah Luísa de Melo Rocha Brüske e Luiza Morgana Klueger Souza, em um artigo publicado em 2020, apresentaram um estudo sobre a patrimonialização da arquitetura moderna e institucional do Arquivo Histórico de Joinville, entendendo-o como um documento/monumento. O arquiteto e urbanista Thiago Borges Mendes (2018), em sua dissertação de mestrado, estudou o desempenho térmico em algumas residências modernistas em Joinville; e além disso, ele gerencia um depositório *online* – no Instagram, @modjoinville – no qual constrói um acervo de suas pesquisas com fotografias, projetos e documentos. Thiago ainda promoveu um ciclo de conferências de arquitetura a partir do programa residencial na arquitetura moderna de Joinville. E, recentemente, a Associação Brasileira de Escritórios

de Arquitetura de Santa Catarina (AsBEA-SC, 2022) organizou um livro, intitulado *Grandes Nomes da Arquitetura Catarinense: arquitetura moderna*, que apresenta os arquitetos proeminentes da arquitetura moderna catarinense e suas obras. No livro são apresentados alguns exemplares da arquitetura joinvilense, assim como os responsáveis por seus projetos.

No desenvolvimento deste trabalho, procurou-se ter um olhar amplo sobre as edificações modernas da cidade de Joinville, com o intuito de subsidiar estudos acerca do conjunto que tais construções formam. Com o objetivo de entender de que maneira as edificações modernistas da cidade podem se inserir nas políticas atuais do patrimônio, este estudo está dividido em quatro capítulos, cada um com suas bases conceituais e metodologias. Inicialmente, neste primeiro capítulo, *Sobre percursos, arquitetura e valores*, apresenta-se a questão do estudo e discorre-se acerca das bases teóricas que tratam do patrimônio, da patrimonialidade, termos que fundamentam o estudo aqui apresentado, bem como dos procedimentos metodológicos para a sua realização. De modo geral, a pesquisa se deu de forma qualitativa, na qual, segundo o economista, advogado e doutor em Ciência Política Matias-Pereira (2016), o processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa pode ser classificada como descritiva e exploratória, pois busca proporcionar maior familiaridade com os contextos existentes, tais como o conceito de valoração do patrimônio, o movimento moderno e a arquitetura histórica, somando às discussões novas informações e contextos.

Intitulado *Quanto aos valores e processos de registro patrimonial*, o segundo capítulo tem como objetivo, em um primeiro momento, embasar teoricamente os preceitos de valor patrimonial e de que maneira são articulados. Este embasamento acontece a partir das proposições de Heinich (2014; 2019), Meneses (2009), Riegl (2014), Poulot (2009; 2011) e Jeudy (2005). Adiante, se articulam as teorias com as práticas do fazer patrimonial na cidade de Joinville, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, e busca-se entender

quais os valores atribuídos aos bens na patrimonialização e de que maneira se engendram no contexto das narrativas patrimoniais. Por fim, neste capítulo, empreende-se uma análise¹ dos processos de tombamento das edificações modernistas que estão sob salvaguarda do município.

Nesta esteira, no terceiro capítulo, *Arquitetura, memória e as percepções sobre a cidade*, busca-se compreender como os edifícios escolhidos como patrimônios se articulam como meio de evocação de narrativas, aspirando a uma memória coletiva e à formação de identidades, por meio das teorias do antropólogo Joël Candau (2011), de Jeudy (2005) e do historiador Pierre Nora (1993). Neste capítulo é explanado também o papel da salvaguarda na imagem da cidade, a partir das teses do escritor e planejador urbano Kevin Lynch (2011), de Jeudy (2005) e de Candau (2011). E como uma maneira de entender as marcas deixadas no imaginário da comunidade, por fim, é realizada uma análise acerca de alguns edifícios mais recentes que possuem ornamentos os quais refletem esta alusão ao patrimônio do imigrante europeu, e de que maneira isto se articula com a atual imagem da cidade, bem como a inserção de edifícios da arquitetura moderna nesta paisagem, como forma de valoração destes edifícios.

O último capítulo, *As expressões da arquitetura moderna em Joinville: desafios e potencialidades*, tem como objetivo identificar os edifícios e as características da produção arquitetônica modernista na cidade, com o intuito de compreender seus impactos arquitetônicos, sociais e culturais e sua articulação com a comunidade. Resultante da privação de acesso aos projetos e documentações sobre as edificações, será aprofundado o estudo sobre quatro edificações: o Edifício Manchester, a sede do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, a Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior e a Residência Schneider, que têm projetos disponíveis no acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Esta dificuldade encontrada em acessar os dados para

¹ As fichas de análise para os processos foram idealizadas e desenvolvidas pela autora, com base nos itens pertinentes para a pesquisa e estão disponíveis nos apêndices A, B, C e D a partir da página 192 deste livro.

pesquisa é aprofundada, abordando-se a maneira que a proteção de dados impacta na pesquisa patrimonial, principalmente referindo-se às edificações mais recentes, como as modernas. Com o intuito de apresentar as demais obras arquitetônicas, construiu-se ao longo da pesquisa uma catalogação de bens que podem vir a ser inseridos no rol patrimonial, apresentados no capítulo. Para permitir uma interação destes bens com as comunidades nas quais estão inseridos, e como produto para tal, foram desenvolvidos três roteiros pedonais para a observação arquitetônica. O intuito é gerar o reconhecimento dessas edificações presentes na malha urbana, para que possam subsidiar outras reflexões sobre a arquitetura modernista de Joinville, entendendo sua importância e relevância para a construção da cidade.

No fechamento deste estudo, são apresentadas as possibilidades da salvaguarda sobre essas produções, buscando um novo olhar para o patrimônio edificado e apresentando suas potencialidades. Esta pesquisa tem como objetivo evidenciar as contribuições da arquitetura moderna joinvilense para a construção do espaço urbano e de suas imagens, bem como sua relação com a memória coletiva dos transeuntes e a forma como ela pode introduzir novas narrativas às práticas de preservação arquitetônica na cidade.

Cabe observar que a ausência de reconhecimento das produções modernistas na cidade acarreta falta de compilação de documentos que visem concentrar e catalogar as informações sobre essas residências, aponta Thiago Mendes (2015). Além da salvaguarda institucionalizada, a difusão sobre esse recorte arquitetônico cria outros possíveis diálogos das edificações com a malha urbana e seus cidadãos, pois o patrimônio ocorre nas políticas públicas, mas também, e sobretudo, no contexto social. Com isso, o produto da discussão culminará numa reflexão sobre os processos de registro atuais e suas matrizes de valor, explanando esses significados diante da interdisciplinaridade dos referenciais teóricos.



Hotel Colon Palace.

Foto da autora, 2023

2

Quanto aos Valores e Processos de Registro Patrimonial

Edifício na Rua do Príncipe.
Foto da autora, 2023.

Ao tratar a respeito do patrimônio cultural, abre-se um leque de possibilidades e discussões advindas dos mais variados campos do conhecimento e grupos sociais. Os bens patrimonializados, como ressalta Poulot (2009), são produções de um lugar e de um momento histórico, inscritos em um campo político de embate de narrativas que vislumbram uma marca na posteridade.

O patrimônio edificado, do qual tratar-se-á nesta obra, juxtapõe temporalidades e técnicas de momentos distintos na malha urbana, evidenciando fragmentos do passado. A conservação destes vestígios como elementos simbólicos insere os bens em uma dinâmica social e política de um jogo identitário, atribuindo a eles uma vocação de transmissores por sua permanência no convívio social, incumbidos de serem “depositário das lembranças”. Com isto, afirma Jeudy (2005), estes bens chamados a serem símbolos da passagem do tempo se encarregam da guarda da aura simbólica da cidade, da comunidade de pertencimento, do seu contexto social, das relações e sentimentos suscitados por estes bens, desdobrando-se na transmissão dos acontecimentos, saberes e das representações do corpo social.

O suporte que o patrimônio traz para significações demonstra seu caráter transmissivo, o qual, segundo Poulot (2009), acontece por meio das sociabilidades, afinidades, emoções e saberes que emergem por meio das relações e experimentações sociais em torno dos bens patrimonializados. Ainda conforme esse autor, o patrimônio centraliza-se em um jogo de passado-presente-futuro, no qual se configuram elementos do passado à espera de um futuro, para que se possa dar continuidade.

Definir o que é ou não patrimônio é um trabalho interminável, pois, como descreve Meneses (2009), o patrimônio acontece como um “fato social”, instituído nas relações da sociedade com o bem

cultural, e assim, está sempre sujeito a (re)interpretações e rupturas narrativas, ou seja, é um patrimônio em movimento. É dessas relações que se constituem as significações e valores agregados ao patrimônio.

Gerado pelo seu contexto social, o patrimônio, para Poulot (2009), evoca desejos e iniciativas que se materializam por meio da ativação, processo no qual, como informa o professor de Antropologia Llorenç Prats (1997), buscam-se referentes simbólicos que partem de uma construção social para atribuir valor para que um bem seja patrimonializado.

Esta atribuição de referenciais simbólicos, implica o que Heinich (2019) chama de “função patrimonial”. Para essa autora, a *função patrimonial* caracteriza e transforma um objeto, sendo uma condição atribuída, outorgada por meio do arranjo de operações sociais em torno do bem. Desta maneira, movimentam-se peças, por meio de estudos, leis, políticas públicas, embates sociais etc., que suscitem valores para que um objeto ordinário se torne um bem patrimonial, revelando-se um bem valioso para a comunidade a qual pertence, configurando-se assim, nas palavras de Heinich (2019, p. 184), uma função simbólica do bem para o corpo social.

Esta função atribuída ao bem, continua Heinich (2014, p. 5) necessita articular a “comunidade de pertencimento” e “a perenidade de seu valor”, para que este bem represente a comunidade na qual está inserido. A representação simbólica oferecida pelo patrimônio no pernecer da malha urbana se efetiva somente quando há uma apropriação da comunidade de pertencimento em relação ao bem, quando ela se vê representada por aquilo que aquele bem cultural testemunha, materializando um tempo passado no seu cotidiano, ressalta Jeudy (2005). O patrimônio histórico é formado por bens que, a partir da sua patrimonialização, passam a ser uma referência da comunidade na qual estão inseridos e que, assim, como aponta a historiadora francesa, especialista em historiografia das formas urbanas e arquitetônicas, Françoise Choay (2017, p. 11) “congregam por seu passado comum”.

Para Riegl (2014), são os valores que criam os monumentos. É na evocação de um vínculo social, de valores éticos e morais que são compartilhados com uma comunidade, que um bem se torna patrimônio cultural. Trata-se aqui de um processo intrínseco ao jogo patrimonial, o qual, por sua vez, é subjetivo. Submetido a uma avaliação dos profissionais técnicos do campo, os valores que são utilizados para a ativação dos patrimônios culturais se revelam pelo trabalho destes profissionais, que, em busca da fundamentação para a patrimonialização dos bens, tanto materiais, quanto imateriais, engendram uma cadeia de valores que potencializam (ou não) a ativação patrimonial.

Para Meneses (2009, p. 38), tratar do campo patrimonial é, inevitavelmente, se deparar com a “problemática de valor”, que se desenvolve entremeada em um ambiente de debates e confrontos, sem “rotas seguras” e escolhas demarcadas. O campo dos valores emerge entre escolhas políticas, entre a avaliação e a valoração. De acordo com Heinich (2014), os valores atribuídos aos bens patrimoniais são resultados dos processos de avaliação, que se desdobram de três pontos distintos: suas características próprias, que se destacam na observação; as representações que a comunidade possui sobre o bem; e causas ambientais no ato da avaliação, nas constrições e recursos da situação.

Em suas pesquisas, Heinich (2019) e Meneses (2009) descrevem os valores principais que se atribuem aos bens no momento da avaliação. A primeira autora possui um extenso estudo sobre os valores em voga no momento da patrimonialização, em âmbito técnico, acompanhando os profissionais do patrimônio. Segundo Heinich (2019), estão implícitos cinco valores fundamentais nos processos que ela acompanhou: o valor de autenticidade, o valor de antiguidade, o valor de beleza, o valor de significação e o valor de raridade. Este último pode ter como característica o regime de singularidade ou de comunidade, aplicado de maneira positiva ou negativa.

Meneses (2009, p. 35), por sua vez, defende que os valores precisam articular o *valor técnico* e o *valor social*, abrangendo e priorizando no debate valorativo a perspectiva do usufruidor, defendendo que este é “produtor de valor em causa”. Nessa esteira, esse autor descreve os “componentes do valor cultural”, que são: valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos.

Apesar de terem pontos de partida distintos para tratar sobre valor patrimonial, pode-se empreender algumas aproximações entre esses autores. Descrito por Meneses como valor *formal* e por Heinich como valor de *beleza*, ambos os critérios se baseiam na apreciação estética. Meneses (2009) argumenta que os atributos formais são um condutor para uma experimentação com maior qualidade, aperfeiçoando e aguçando a percepção. Já para Heinich (2019, p. 180), o valor de beleza é considerado pouco científico, possuindo diferentes significações, conforme o profissional. Criou-se assim um método para torná-lo mais técnico, aplicando critérios como: “harmonia, simetria, elegância [...] ou tipicidade, perfeita correspondência com as propriedades da categoria”. Segundo a autora, este valor não é uma prioridade no momento da patrimonialização, podendo ser evocados valores como autenticidade ou singularidade. Entretanto, pode-se entendê-la como construção do conhecimento sensível, a apreciação estética, que está interligada à concepção de beleza e se faz importante como um valor documental para se conhecer e entender tanto o contexto cultural no qual aquele bem foi concebido, como também aquele em que foi patrimonializado.

O valor *afetivo*, de Meneses (2009, p. 180), e o valor de *significação*, de Heinich (2019, p. 36), conotam-se a um sentido simbólico, aludindo à capacidade de transmissão, de suscitar o “sentimento de pertença ou identidade” que o bem possua. Sendo assim, o objeto se configura como capaz de “aceitar” diferentes interpretações e simbolizar concepções distintas, abrangendo campos complexos como as representações sociais e o imaginário social.

Estas relações entre os valores demonstram que o olhar técnico também pode ser o olhar do usufruidor do espaço, e que as duas vertentes não são antagônicas, pois o corpo técnico do patrimônio, por vezes, também faz parte da comunidade em que o bem está inserido.

Os autores ainda tratam de outros critérios de valor. Heinich (2019) descreve a constatação de mais três valores: O valor de *autenticidade*, que alude a quão fiel ao original o bem permanece no presente, apresentando características genuínas de sua concepção. Para a autora, este pode ser considerado o “âmago do patrimônio”. O valor de *antiguidade* é proveniente da duração da existência do bem e é perceptível e pertinente tanto para os agentes, responsáveis pelo olhar científico sobre o bem, como para os leigos, usuários ou espectadores. E o valor de *raridade* pode ser aplicado sob o regime de singularidade ou o regime de comunidade. Segundo Heinich (2019), este critério de valor engloba todos os outros valores, podendo ser aplicado como potencializador ou atenuando seu mérito. O regime de singularidade se aproxima dos monumentos, uma vez que remete à raridade do objeto ou obra; já o regime de comunidade, adequa-se bem ao patrimônio, que busca um elo num determinado corpo social.

Meneses (2009) trata de outros três componentes do valor cultural: cognitivos, pragmáticos e éticos. Os valores *cognitivos* estão atrelados a uma interpretação do bem como documento, capaz de ser intermediário de aquisição de conhecimento sobre o bem e seu contexto social. Os valores *pragmáticos* são descritos pelo autor como valores de uso, que são percebidos como atributos positivos pelo usufruidor, melhorando a relação com o bem por meio de sua função. E os valores *éticos* tratam das relações sociais que acontecem em torno do bem e dos direitos culturais, referenciando o “lugar do outro”.

Meneses (2009) e Heinich (2019) descrevem valores que estão subentendidos no momento da patrimonialização, pois, na

prática, os valores empreendidos em defesa da salvaguarda dos bens culturais seguem as descrições apresentadas nas legislações. Em Joinville, a Lei municipal n. 363/2011 delinea os critérios de valoração para a avaliação dos bens culturais, sendo eles: valor *urbanístico*, que se refere à relação do bem com o contexto urbano; valor *arquitetônico*, relacionado às características físicas de um bem material imóvel, seu vínculo com períodos históricos e estilísticos; valor *histórico-cultural*, que remete a bens os quais representem momentos históricos, manifestações culturais e sociais, ou que aspirem a uma configuração de serem “memória histórica coletiva”; e valor *singular*, referentes a atributos próprios que sejam distintos dos demais bens culturais, mas que possuam inserção no contexto histórico, artístico ou que tenham qualidades técnicas, construtivas ou de desenho (Joinville, 2011).

Destes valores, abre-se uma série de interpretações sobre a descrição valorativa, pois não há definições absolutas sobre tais critérios, uma vez que os valores se articulam entre si, positivando ou negativando as demandas dos patrimônios culturais. É como o valor arquitetônico, que pode estar relacionado a valores formais, cognitivos, pragmáticos, de autenticidade, de antiguidade, de beleza, de significação e/ou de beleza, como se lê nos documentos pesquisados da cidade de Joinville (2011) e também nas obras de Heinich (2019) e Meneses (2009). Tais associações estão à mercê das perspectivas dos responsáveis técnicos pela avaliação.

Para Riegl (2014), todo bem tem a potencialidade de aspirar valor a determinado grupo ou demanda da sociedade, de acordo com os conceitos modernos. Sendo assim, começou-se a organizar meios para delinear quais bens seriam conservados, sob o pretexto de evidenciar momentos significativos que possuíssem maior valor e representassem as evoluções das práticas sociais humanas. Com tal objetivo, mobilizam-se recursos para a identificação e a gestão do patrimônio, com a legislação, as frentes de trabalhos e as regulamentações de intervenção.

Inseridos em um campo político, os bens culturais salvaguardados são elementos reveladores de políticas lacunares, pois, ao se fazer a escolha de um “ponto de vista” do patrimônio, inevitavelmente, cria-se uma “cegueira”. Para Jeudy (2005), nesta sombra causada pelos holofotes patrimoniais emergem outras narrativas, sociabilidades e transmissões possíveis, que estão ofuscadas pelas escolhas das políticas públicas quanto ao patrimônio.

Os valores patrimoniais em articulação com o contexto patrimonial de Joinville serão tratados a seguir; e após, serão analisados os processos das poucas edificações identificadas como modernistas que estão em processo ou sob salvaguarda do município, para que se possa compreender os valores empreendidos a seu favor.

Sobre valores patrimoniais: teorias e práticas

Os valores patrimoniais são características valorativas atribuídas aos bens no momento de sua patrimonialização, como forma de demarcar sua importância para determinado contexto histórico.

Tais valores resultam de um relacionamento do bem com a comunidade, seus entraves e fluidez, sua socialização, significados, afetos e desafetos, e da identificação dos locais com o patrimônio histórico. Essas características valorativas, ressalta Meneses (2009), não estão atreladas ao bem em si, por si só, mas estão nas práticas sociais – e de que maneira isto reflete nos valores aplicados pelos profissionais na patrimonialização dos bens culturais.

Uma matriz de valor se desenha a partir dessa identificação, como uma via de mão dupla, na qual o bem testemunha um acontecimento e quem o observa e/ou interage com ele delinea seus valores. Trata-se de algo subjetivo, que é mutável e varia para cada observador. Meneses (2009, p. 35) distingue alguns “componentes do valor cultural” que resultam da identificação da comunidade com

o bem. Estes articulam uma matriz de valor para além da avaliação técnica, ou até do reconhecimento oficial por meio da salvaguarda institucionalizada, pois refletem as emoções propiciadas por meio do bem cultural.

Esses valores operam em uma relação recíproca entre o *usufruidor* desses espaços e o bem, em uma operação na qual o bem cultural se porta e é tratado como *pessoa*, num processo de fetichização. Os bens se deslocam entre as categorias de objeto e pessoa, flutuando entre o fetiche – se age como uma pessoa –, relíquia – se pertenceu a uma pessoa – e obra de arte – se é tratado como uma pessoa. Esta estima que emerge por um bem cultural, lembra Heinich (2009), se consagra no processo de patrimonialização, colocando em objetos ordinários qualidades extraordinárias.

Esta complexa trama está no centro da fabricação do patrimônio cultural. A “invenção” do patrimônio, conferindo a bens culturais valor e significados, faz parte de um jogo de poder, da construção de um Estado que acaba por delinear os “limites da nação”, destaca a historiadora e escritora brasileira Marcia Chuva (2012, p. 11). A conservação do patrimônio inicia com o processo de formação dos estados nacionais, no século XIX, e se propaga juntamente com a nova ordem. É neste contexto, complementa Chuva (2012, p. 14), que o patrimônio arquitetônico e monumental se torna uma prova material, validando um sentimento de nação e corroborando os indícios que remontam às origens da nação, delineando assim uma identidade própria.

Para Jeudy (2005), esta identificação com o bem patrimonial acontece no momento em que a sociedade se vê em um espelho, no qual o patrimônio testemunha uma parte legível de sua história, de tal modo que possa gerar identificações e suscitar memórias. Entretanto, a formação desse espelho patrimonial no qual se refletem estas referências à identidade da sociedade fragmenta-se nas interpretações das políticas institucionais e nos afetos da comunidade de pertencimento. Os instrumentos de salvaguarda e os valores

patrimoniais que emergem em laudos para a patrimonialização são operados para que os bens sejam parte integrante de um contexto maior, que corrobora as identidades e o projeto de nação.

O processo de registro desses bens que constituem o conjunto patrimonial é elaborado por meio das legislações vigentes nos âmbitos federal, estadual e municipal. Nelas estão descritas as etapas para a chancela e os valores patrimoniais que o bem precisa possuir.

Embora o objetivo da descrição desses critérios de valor na legislação seja balizar as escolhas dos bens, a instrumentalização dessas matrizes ainda assim é subjetiva. Tudo ou nada é possível de constituir o patrimônio cultural, e ser ou não ser depende de um processo de atribuição de valor, de verificação e de conhecimento sobre quais bens são “portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos humanos formadores da sociedade brasileira”, como aponta a Constituição Brasileira de 1988.

O critério para a aplicação desses valores fica a cargo dos profissionais responsáveis por gerir o patrimônio dentro da administração pública. No caso de Joinville, há uma repartição dentro da Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT) encarregada deste gerenciamento: a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC).

As disposições postas nas leis caracterizam-se mais por delinear princípios (o que deve ser) e menos por delinear preceitos (o que explicitamente se deve, se pode ou não fazer). Neste jogo entre a científicização e a subjetividade inerente ao processo de patrimonialização, preenchendo as lacunas deixadas pelos valores postos em leis, há a aplicação de valores aos bens candidatos a adentrarem no rol do patrimônio cultural.

Em Joinville, o recorte arquitetônico patrimonializado reflete, em grande parte, as ações e políticas conjuntas da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir da década de 1980. Os bens representam os valores, principalmente étnicos, que os esforços empreendidos por estas instituições no estado trouxeram à luz.

No livro *Figuras de Valor: patrimônio cultural em Santa Catarina* (2016), a professora Dra. Janice Gonçalves descreve a evolução do campo patrimonial catarinense. Segundo ela, as edificações do período colonial, e até mesmo imperial, erguidas por todo o estado estavam aquém das existentes, por exemplo, em Minas Gerais, São Paulo e outros estados ligados aos primeiros ciclos econômicos brasileiros. Portanto, os intelectuais do Estado, ligados principalmente ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e à Academia Catarinense de Letras, formaram uma “agenda” de preservação própria. Resultante desses estudos próprios, dois tipos de patrimônio moveram as investigações e as medidas de preservação: o patrimônio “tradicional” (vinculado ao folclore) e o patrimônio arqueológico. Gonçalves (2016, p. 111-113) traz esse movimento como uma sensibilidade às peculiares “sementes de civilização” que germinaram em solo catarinense.

Já com a Fundação Catarinense de Cultura, a partir dos anos de 1980, começa a tomar forma o “patrimônio da imigração”, em consonância com os representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Estado. O estudo identificou a presença de imigrantes em distintos locais, advindos de diferentes partes da Europa, como citado anteriormente.

A atuação conjunta desses órgãos consumou diversos estudos, entre eles os *Inventários das correntes imigratórias em Santa Catarina*, publicado pelo IPHAN (2011), do qual Joinville faz parte. Essas ações, que se deram principalmente entre os anos 1980 e 1990, atuaram na inventariação do que representa cerca de “80% dos imóveis que atualmente compõem o cadastro de Unidades de Interesse de Preservação (UIP’s) do município de Joinville”, como informam Giane Maria de Souza, Cristiano Viana Abrantes e Dietlinde Clara Rothert, especialistas com formação em história e ligados à Coordenação de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (2018).

Para a doutora em História Daniela Pistorello (2020), este investimento por parte do estado para as pesquisas e estudos que evidenciassem o patrimônio do imigrante e as narrativas sobre a imigração em Santa Catarina endossaram a importância do imigrante, principalmente o alemão e o italiano, para a formação do estado e de seu desenvolvimento. Com estes investimentos, a FCC empreendeu diversos estudos, os quais, informa Pistorello (2020, p. 19-20):

[...] deram visibilidade ao patrimônio no estado, seja no levantamento fotográfico realizado em áreas de imigração alemã, que deu suporte ao Congresso de Desenvolvimento Urbano do Estado (1983); no Inventário das Correntes Migratórias (1984); nos Inventários de Emergência (1984); no projeto Roteiros Culturais, proposto pela Fundação Nacional Pró-Memória e pela FCC (1987); ou no projeto Roteiros Culturais Sul (1987), realizado também em parceria entre a Fundação Nacional Pró-Memória e a FCC. Em todos o alvo da preservação foi o patrimônio dos imigrantes, representado basicamente pelas imigrações alemã e italiana.

Anteriormente às legislações estaduais e municipais que regulamentavam a responsabilidade do poder público quanto ao patrimônio e aos estudos desenvolvidos pela FCC, Joinville dispôs de três bens tombados pelo IPHAN: o *Palácio dos Príncipes*, em 1939, o *Cemitério Protestante*, em 1962, e o *Bosque Schmalz*, em 1965. Segundo Pistorello (2020), foram os primeiros tombamentos significativos do patrimônio da imigração europeia em Santa Catarina.

Embora tenha o nome de “Palácio dos Príncipes”, o edifício nunca serviu como residência para a família imperial, e desde seu tombamento, a instituição se dedica à organização e manutenção do acervo de objetos e documentos relacionados à imigração na cidade.

Em 1957, a Lei municipal n. 3.188 instituiu o Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC), implantado no Palácio dos Príncipes. A instituição, que é administrada pela Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT) do município, tornou-se responsável pela seleção e recolhimento de artefatos culturais, documentações e publicações que estejam relacionadas com a imigração no Sul do país, possuindo como repertório de seu acervo e exposições itens que remetem ao valor étnico da imigração. Além disto, o MNIC se encarrega de incentivar e produzir estudos sociológicos, históricos, etnográficos e etnológicos.

O Cemitério Protestante, conhecido em Joinville como “Cemitério do imigrante”, foi tombado em 1962 como conjunto arquitetônico pelo IPHAN, após uma solicitação do Historiador e pesquisador joinvilense, autor de diversos livros sobre a cidade e sua colonização, Carlos Ficker, a qual foi endossada pela prefeitura. Lúcio Costa, o proeminente arquiteto modernista, que à época era diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atribuiu ao conjunto sua relevância à paisagem, “como sinônimo de natureza intocada, dotando o lugar de um ar bucólico, romântico, e dando-lhe a impressão de ‘cultivado abandono’”, informa Pistorello (2020, p. 8).

O Bosque Schmalz foi tombado em 1965 como jardim histórico, sob a denominação de “Parque Rua Marechal Deodoro, 365”. Em seu processo de salvaguarda, revela Pistorello (2020, p. 8), o argumento para sua relevância era de que “guardava um último resquício de mata virgem e remetia aos tempos dos primeiros colonizadores”, ou seja, seu tombamento era uma homenagem aos pioneiros.

Estes tombamentos refletem uma inserção do patrimônio da imigração no rol patrimonial delimitado pelo IPHAN numa época em que se tinha principalmente bens ligados ao passado colonial no Brasil. As ações do IPHAN neste período, principalmente na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, delimitavam temporal e

espacialmente o passado brasileiro, omitindo os bens de um passado recente, conforme Pistorello (2020) e a cientista social e professora da Unicamp, Silvana Rubino (1991). Esta inserção também suscitava os valores ligados ao vínculo de nacionalidade dos imigrantes, seus saberes e fazeres e suas expressões culturais, tornando-se protagonista do enredo patrimonial.

Adiante, no início da década 1980, o engenheiro alemão Udo Baumann, em missão por cidades do Sul do Brasil, fez o levantamento de edificações que seriam potenciais patrimônios na cidade de Joinville. A Rua do Príncipe, reconhecida pelo engenheiro como uma das principais e mais antigas ruas do centro da cidade, foi seu maior enfoque, por concentrar um número significativo de edificações de interesse patrimonial; e por isso, segundo Baumann, merecia atenção especial. Para o historiador Diego Finder Machado (2018a), este levantamento refletiu nas ações em âmbito municipal naquele momento. A administração da cidade, pressionada a criar mecanismos de defesa para os possíveis bens culturais, instituiu o tombamento em Joinville por meio da Lei municipal n. 1.773, de 1º de dezembro de 1980.

Como desdobramento do estudo feito nos anos anteriores, a partir da década de 1990, a FCC deu início a uma série de processos de tombamento na cidade de Joinville, baseada nos estudos e levantamentos das UIP. Foi a partir destas iniciativas que a Prefeitura de Joinville, por meio da Fundação Cultural de Joinville (FCJ)², desenvolveu a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), setor ao qual ficou atribuída a “continuidade do levantamento histórico e arquitetônico dos imóveis integrantes das UIP’s”, como afirmam Souza, Abrantes e Rothert (2018, p. 75). Apesar desta organização administrativa iniciar atividades ainda na década de 1980, com a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (COMPAAH) sendo empossada pelo Decreto Municipal n. 4.471, de 18 de fevereiro de

² A FCJ foi extinta, tornando-se em 2017 a Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (SECULT).

1982, foi a partir do ano de 2001 que se iniciaram efetivamente as deliberações dos tombamentos na cidade.

Atualmente, a cidade possui 123 bens sob proteção legal. No âmbito municipal, são 55 imóveis: 37 possuem tombamento, sendo um deles uma tela de um pintor alemão localizada em um imóvel, ambos tombados; 17 bens estão inscritos no Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ); e há um bem em salvaguarda como bem móvel, curiosamente sendo uma casa enxaimel que foi relocada. A cidade ainda possui 61 edificações sob proteção da chancela do Estado de Santa Catarina, e destas, 17 fazem parte do “Roteiro Nacional de Imigração”; e 7 edificações estão sob proteção nacional do IPHAN – informa a SECULT (2022).

Pelos dados da Secretaria de Cultura e Turismo (2022), a Rua do Príncipe, estudada pelo engenheiro Udo Baumann, hoje possui 21 edificações sob proteção, 15 delas em âmbito estadual e seis em âmbito municipal, formando o maior conjunto patrimonial da cidade. Todas as edificações estão ligadas à formação inicial da cidade, datando, em sua maioria, da primeira metade do século XX e identificadas como ecléticas ou teuto-brasileiras.

Esta perspectiva alicerçada no patrimônio do imigrante baseia-se em valores étnicos, os quais privilegiam relatos em detrimento de outros. Segundo Pistorello (2020), esta valoração do componente étnico dos bens culturais é fortalecida por políticas públicas patrimoniais que, por meio de legislações e estudos financiados pelo poder público, conceberam uma identidade étnica que é intensificada na defesa da salvaguarda, a qual se desenvolve paralelamente à valoração do imigrante, em concordância.

Joinville se abre para ambíguas interpretações de sua imagem. De um lado está o enaltecimento de uma origem nobre, celebrada por meio das flores e príncipes, com tradições e festas “herdadas” dos distintos imigrantes. Contudo, por outro lado, o colonizador é visto como uma figura trabalhadora, que batalhou para a construção e o crescimento da cidade, que empreendeu a duras penas, e que, como

discorre o hino da cidade, utilizou de seu próprio “sangue, suor e lágrimas” para irrigar o solo joinvilense, ressalta Diego Machado (2009). Entretanto, nestes discursos se omite a presença de negros escravizados e açorianos que aqui já habitavam e que contribuíram para a instalação desses imigrantes nestas terras.

Sem renunciar aos símbolos do colonizador, a partir do final do século XX, informa Machado (2009), percebe-se uma mudança na produção discursiva sobre a cidade de Joinville, que busca atenuar a imagem de cidade industrial para vir a ser uma cidade modernizada, com foco em serviços e no turismo cultural e de negócios.

Apesar de pouco refletir nas escolhas dos bens patrimonializados, esta mudança narrativa pode oferecer uma hipótese quanto aos exemplares da arquitetura moderna na cidade. Erguidos, principalmente, em meio ao desenvolvimento industrial da cidade, essas construções estão à margem dos processos de patrimonialização. Dos 123 imóveis sob proteção, a cidade de Joinville possui somente duas edificações tombadas que foram identificadas, pelos profissionais do patrimônio, como modernas. Há uma edificação identificada como “protomoderna” e uma em processo de inventariação.

A arquitetura moderna no patrimônio de Joinville e seus processos de registros

O processo ao qual um bem é submetido para ser chancelado como patrimônio cultural é ordenado pelas leis e, em Joinville, administrado pela Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), que atua sob a gerência da Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT).

Em Joinville, há um levantamento de bens que são de interesse de patrimonialização, os quais são estudados e levados à deliberação da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPAAH), comissão esta que foi regulamentada pela Lei Municipal n. 1.772, de 28 de novembro de

1980, como um órgão colegiado com integrantes de diferentes grupos participantes da sociedade, tornando-se uma “instância permanente de caráter normativo, consultivo e deliberativo”, vinculada à estrutura administrativa da SECULT.

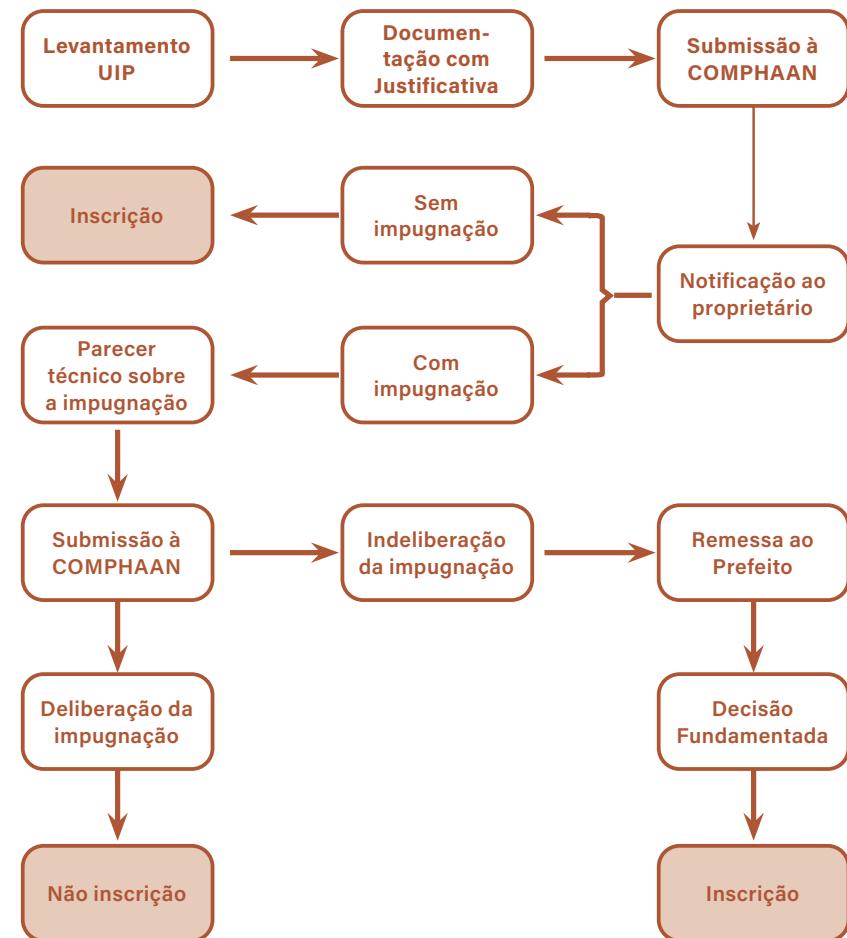
Estes estudos apresentados à COMPHAAN são realizados pelo corpo técnico da CPC e descrevem um panorama sobre o bem, destacando seus valores culturais; com tais estudos, o colegiado promove uma votação para a decisão sobre os procedimentos acerca do bem discutido. Por vezes, estes estudos são motivados por pedidos de demolição ou alvarás de construções oriundos da Secretaria de Meio Ambiente (SAMA), a qual, por possuir um sistema atualizado com os imóveis que são de interesse cultural, notifica o órgão responsável para medidas cabíveis antes da autorização dos alvarás solicitados.

Se a deliberação da COMPHAAN for favorável pela manutenção do tombamento, o proprietário é notificado e dispõe de trinta dias para impugnar a decisão, apresentando uma fundamentação dos fatos e direitos pelos quais não consente com a deliberação do tombamento. A não apresentação da impugnação dentro do prazo é entendida como consentimento com a salvaguarda, conforme específica a Lei Complementar Municipal n. 363, de 19 de dezembro de 2011, que institui o Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville.

A impugnação realizada pelo proprietário necessita apresentar, de maneira técnica, baseada em legislações e diretrizes, suas discordâncias quanto aos valores culturais apresentados pela CPC para a manutenção do tombamento. Ao ocorrer a apresentação da impugnação, é elaborado pelos técnicos da CPC um parecer sobre os argumentos da impugnação, fundamentando a necessidade da inscrição do bem. Estes documentos são submetidos à COMPHAAN, que pode deliberar ou não a impugnação. Se a comissão consente na manutenção do tombamento, este processo é despachado ao Prefeito para que haja tombamento via decreto, ou seja, o tombamento

compulsório. Caso não haja impugnação por meio do proprietário, o tombamento é por anuênci. O fluxograma da Figura 01 tem o intuito de auxiliar a compreensão deste processo.

Figura 01 – Fluxograma do processo de registro patrimonial em Joinville



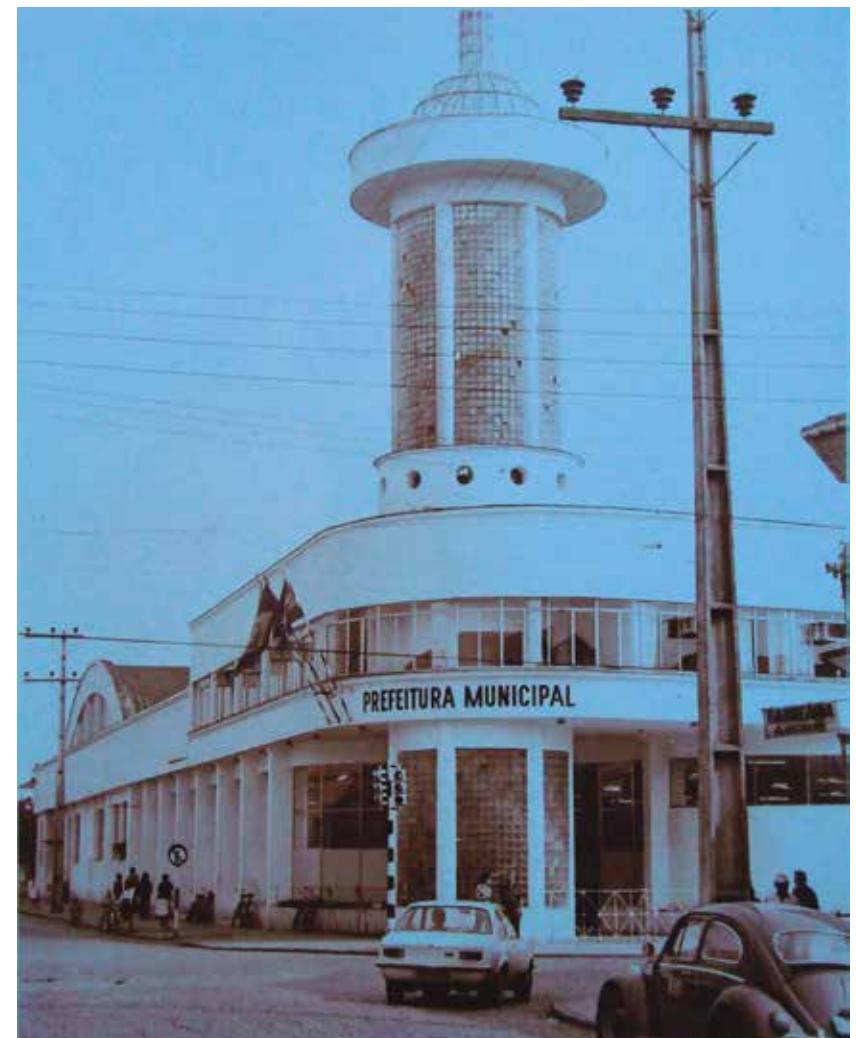
Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville (2011). Elaborado pela autora

Porém, a aplicação deste processo não é tão linear quanto o retratado. Alguns não possuem todas essas etapas, pois elas se reconfiguram de acordo com os rumos que cada processo administrativo toma, como é o caso do processo de tombamento da Antiga Prefeitura de Joinville³.

Com um projeto arquitetônico padrão em escala mundial das revendedoras Ford, em 1954 foi finalizado o prédio que, mais tarde, seria sede do poder legislativo de Joinville. Construído por João Buatim, imigrante libanês que foi dono de outras revendedoras Ford em Rio do Sul, Lages e Joinville, o edifício implantado em um terreno de esquina possui grande imponência na imagem e legibilidade da cidade, afirma a jornalista Daniela Mazzaro (2014).

Hoje propriedade da cidade, o prédio foi sede da estação rodoviária por dois anos e, posteriormente, sede da Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ) até 1996. A edificação teve o processo para seu tombamento iniciado em 2005, e na documentação administrativa consultada não há laudo pericial para o tombamento, nem está em anexo um parecer dos técnicos da CPC quanto aos valores levados em consideração para o tombamento, de acordo com a SECULT (2005) (Figura 02).

Figura 02 – Edifício da antiga sede da PMJ entre 1970 e 1980



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

O prédio, que atualmente abriga projetos da PMJ, é um exemplar da arquitetura moderna produzida na cidade. A edificação, erguida em dois pavimentos, possui um visual predominantemente horizontal, e em sua esquina ergue-se uma torre circular com fechamento em blocos de vidro, os quais permitem a entrada de luz

³ Processo de tombamento FCJ.CPC.2005-003. Ficha de análise do processo de tombamento, disponível no Apêndice A, p. 192.

e favorecem a permeabilidade visual. Em seu interior, há uma escada helicoidal que dá acesso ao topo da torre, de onde se consegue ter uma vista panorâmica da cidade.

Por sua posição, evidenciando a esquina, e sua forma, a torre se tornou um marco visual na cidade. Segundo o urbanista e escritor Kevin Lynch (2011), a principal característica de um marco visual é sua singularidade, gerando contraste entre suas características e o entorno imediato, ou seu “plano de fundo”. A legibilidade deste marco, apresentando-se de forma clara no meio urbano, suscita uma função referencial para a leitura do espaço urbano e o reconhecimento do observador e/ou transeunte, da sua localização e de seus próximos passos. Mesmo que, para alguns usuários da cidade, seu uso como um guia de espacialidade não seja necessário, é evidente o reconhecimento deste marco como um referencial. Em sua própria configuração de fachada, a edificação da Antiga Prefeitura desenha sua torre como um marco referencial, possuindo o restante de sua estrutura (que é relativamente grande) em um volume mais baixo, tornando-se assim um embasamento e dando ênfase para a torre localizada na esquina, evidenciando seu potencial como marco visual. O edifício está localizado no encontro de duas vias de grande importância na cidade, uma sendo um eixo norte-sul de grande fluxo (Rua Dr. João Colin) e a outra sendo um eixo viário, também de grande fluxo, que liga a parte central à rodovia BR-101 (Rua Max Colin).

Sua concepção arquitetônica, configura uma relação entre a forma horizontal de seu volume principal e a forma vertical de sua torre. Para Leland Roth (2017), esta leitura resulta em percepções e sensações através do visual. Inconscientemente, as linhas e formas horizontais são lidas como em repouso, ocasionando uma resposta empática, transmitindo tranquilidade; em contraposição, as linhas verticais transmitem assertividade, alcance, imponência. Este jogo de volumes implica a compreensão que se tem do espaço urbano e da edificação em si.

Suas janelas, justapostas “em fita”, além de serem um elemento característico da arquitetura moderna, ressaltam a horizontalidade do volume principal; e a colunata que se desenha em todo o pavimento térreo dita o ritmo das aberturas em vidro e, consequentemente, da fachada. Em sua fachada sul, se desenvolve um volume com o telhado em arco e seu frontão seguindo tal desenho. Essa ruptura nas linhas retas marca a entrada deste volume e auxilia na legibilidade do espaço (Figura 03).

Figura 03 – Edifício da antiga sede da PMJ, restaurado para abrigar o projeto “O Farol”

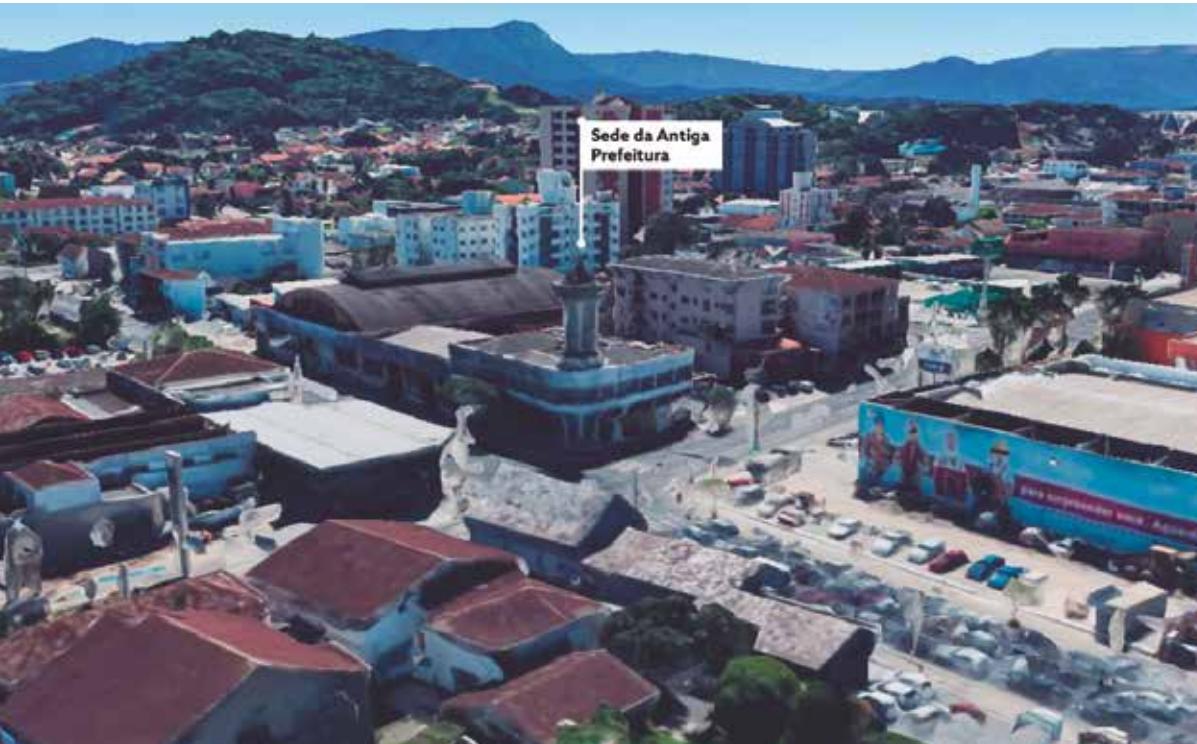


Fonte: Divulgação/Prefeitura Municipal de Joinville

Desta descrição pode-se levantar algumas hipóteses de atributos que poderiam ser considerados valorativos no momento da patrimonialização. Decorrendo do trabalho de um imigrante libanês, que demarca na malha urbana outras perspectivas para o

patrimônio do imigrante, conota *valor histórico-cultural*, tal como a mudança de uso durante a passagem dos anos, que testemunha a mudança organizacional da cidade, suscitando, além do valor histórico-cultural, o *valor urbanístico*. A interpretação da edificação como um marco visual manifesta, da mesma maneira, um valor urbanístico, marcando a imagem da cidade. O *valor arquitetônico* pode ser interpretado pelo imbricamento de suas características físicas, das escolhas estilísticas, pelas soluções de projeto e pelo momento no qual foi construído, além de sua *singularidade*, que é igualmente um quesito valorativo posto em lei. Esta aproximação das atribuições valorativas são conjecturas do que pode ter sido levado em consideração no momento da deliberação do tombamento pelo colegiado da COMPHAAN (Figura 04).

Figura 04 – Edifício da antiga sede da PMJ. É possível entender a relação tridimensional do volume com seu entorno



Fonte: Google Earth, editado pela autora

Outra edificação que consta nos registros da CPC, teve seu processo de tombamento iniciado em 2008. O imóvel, localizado na Rua do Príncipe, 836, foi inicialmente levantado como UIP, mas em uma segunda vistoria para o levantamento técnico sobre a possibilidade de tombamento foi descoberto um galpão construído em técnica enxaimel na parte interna do terreno⁴.

A técnica construtiva enxaimel, também chamada de *fachwerk*, trazida ao Brasil pelos imigrantes alemães, foi utilizada em construções nas regiões em que se instalaram, como Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enxaimel é a denominação de uma “estrutura de madeira, que articulada de maneira horizontal, vertical e inclinada forma um conjunto rígido e acabado através do encaixe dos caibros de madeira”, como explica a arquiteta, mestra em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Angelina Wittmann (2016); e complementa: as construções, em técnica enxaimel, continuam sendo erguidas até os dias atuais, fazendo parte de algumas culturas europeias. Os fechamentos de suas paredes variam de acordo com as regiões implantadas e o período em que foram construídas; e seus adornos variam, dependendo da região.

A edificação levantada como de interesse patrimonial, possui dois momentos distintos da produção arquitetônica em sua composição: sua fachada foi identificada pelos técnicos da CPC como “protomoderna”, e em seu interior há um galpão construído em técnica enxaimel (Figuras 05 a 08). Em sua defesa, há a raridade da técnica construtiva enxaimel aplicada em um galpão e a sua ampliação e fachada, que “representa um momento de transição que buscava romper com os estilos coloniais europeus e buscava a limpeza das construções modernistas, mas não chega a ser um exemplar típico modernista”, conforme afirma documento da SECULT (2008, p. 8).

O estilo arquitetônico identificado como “protomoderno” tem grandes expressões na arquitetura da cidade. Segundo as arquitetas

⁴ Processo de tombamento FCJ.CPC.2008-015. Ficha de análise do processo de tombamento disponível no Apêndice B, p. 194.

e urbanistas Fernanda de Castro Farias e Nelci Tinem (2019), protomoderno é uma das designações do que, somente da década de 1960, foi identificado como *Art Déco*. Há várias denominações em estudos produzidos, o que gera diversas vertentes de pensamento sobre a evolução do estilo, colocando-o como “pós-eclético ou pré-moderno”. Subentende-se de tais nomenclaturas que este tipo de movimento estilístico acontece entre os períodos, de maneira isolada, entretanto, como diversas expressões artísticas e arquitetônicas, seu desenvolvimento se dá em paralelo às produções de diversos outros estilos. O *Art Decó* busca ornamentações com tendências geometrizantes, linhas imponentes e fachadas com linhas retas. Entende-se, aqui, este estilo identificado como protomoderno, como uma vertente estética escolhida para representar a modernização que aflorava na arquitetura do país (Figura 05).

O laudo da vistoria defende sua preservação como uma edificação que apresenta estes dois momentos da produção arquitetônica local e que está implantada em um dos principais eixos de preservação da cidade, a Rua do Príncipe, conforme a SECULT (2008, p. 8).

Figura 05 – Fachada da edificação identificada como protomoderna



Fonte: Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2008-015: Rua do Príncipe, 836

Entretanto, após a notificação e impugnação do proprietário, foi decidido pela preservação somente da construção em técnica enxaimel, localizada no centro do terreno, sob os registros de valor histórico, arquitetônico, urbanístico e arqueológico. Esta construção foi considerada um exemplar importante por se tratar de uma aplicação rara da técnica enxaimel em uma estrutura de grande porte. Sendo o único exemplar conhecido na cidade, atribuiu-se a ela um valor de raridade. A deliberação ainda trata de sua localização, em uma “via de formação urbana”, remetendo ao núcleo inicial de expansão da cidade, ligado aos colonizadores, como uma forma valorativa ao edifício, aponta a SECULT (2008, p. 23).

No processo não há menções sobre a modificação realizada no galpão. Foi realizado um corte diagonal ao lado esquerdo (Figuras 06 e 07), com a instalação de uma esquadria; e outras esquadrias foram modificadas, por estilos e materiais modernos.

Figura 06 – Galpão construído em técnica enxaimel, localizado no centro do terreno



Fonte: Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2008-015: Rua do Príncipe, 836

Figura 07 – Vista aérea do galpão construído em técnica enxaimel



Fonte: Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2008-015: Rua do Príncipe, 836

Evocam-se valores histórico-culturais que advêm das características que identificam uma organização social, forma de vida, que “configuram a memória histórica coletiva”; valores arquitetônicos, por sua composição, materiais e, principalmente, por sua técnica construtiva; e o valor de singularidade, por ser a única aplicação da técnica enxaimel nesta proporção, diz a SECULT (2008, p. 99). Estes valores não seriam passíveis também de aplicação em todo o conjunto formado pelo galpão construído em técnica enxaimel e em sua ampliação mais contemporânea, identificada como protomoderna?

A fachada, apesar de não estar inclusa na preservação, permanece erguida. No pavimento térreo estão dispostas salas comerciais que abrigam lojas variadas de diversos departamentos,

mas a fachada acaba por “esconder” o galpão em enxaimel, que está localizado no centro do terreno (Figura 08).

Figura 08: Fachada atual da edificação



Fonte: Foto da autora (2023)

Há outros dois processos de preservação de edifícios identificados como arquitetura moderna. O processo do imóvel da Rua Dr. João Colin, 222, acontece em dois momentos⁵: teve início por meio da notificação ao CPC de uma solicitação de alvará de demolição. Por esta causa, foi realizado o laudo pericial no imóvel, que apontou a importância da empresa da qual o prédio foi sede e sua relevância para o conjunto formado com os demais prédios da R. Dr. João Colin (Figuras 09 e 10).

Após a instituição do IPCJ, foi deliberada pela COMPAAH a substituição do processo de tombamento pelo processo de

⁵ Processo de tombamento FCJ.CPC.2010-002. Ficha de análise do processo de tombamento disponível no Apêndice C, p. 196.

inventariação. A instrução n. 55, de 2018, anexada ao processo, discorre sobre a relevância da empresa e da família que a fundou, agregando ao processo a descrição do edifício como exemplar da “arquitetura modernista Joinvilense” e a sua relevância como marco urbano, conforme consta nos documentos da SECULT (2010, p. 60).

Figura 09 – Edificação na esquina das Ruas Dr. João Colin e Princesa Izabel



Fonte: Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2010-002: Rua Dr. João Colin, 222

Há uma notável distinção no foco de cada laudo pericial apresentado para a mesma edificação. No primeiro, anexado ao processo administrativo de tombamento, existe um foco maior na história das empresas que usufruíram do espaço, colocando-as como ponto focal do processo de valoração do imóvel, explanando as várias histórias sitiadas pelo edifício, numa valoração como *relicquia*. Já na instrução do inventário, há uma longa exposição sobre as características arquitetônicas, valendo-se destas como um

atributo de valor patrimonial, e então a construção é apresentada como um exemplar da arquitetura moderna de Joinville, menção que não havia no laudo anterior.

Uma vistoria não anula a outra, pelo contrário, elas se complementam e se somam. Este processo exemplifica a subjetividade dos laudos para patrimonialização, pois, como sugere Heinich (2019, p. 03), “dois pesquisadores não irão necessariamente admirar os mesmos elementos, ou não anotarão as mesmas informações”.

Figura 10 – Edificação na esquina das Ruas Dr. João Colin e Princesa Izabel, atualmente



Fonte: Foto da autora (2023)

Este imóvel ainda está em processo de patrimonialização, em trâmites jurídicos devido a pedidos de recurso sobre a decisão da sua inclusão no IPCJ.

O último exemplar de arquitetura moderna tombado é o prédio que abriga o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) (Figuras 11, 12 e 13). O processo para o seu tombamento foi iniciado após a coordenação do AHJ entrar em contato com a CPC para uma orientação sobre as intervenções feitas na calçada e escadaria de acesso externo do prédio, visto que o imóvel estava listado como UIP, e neste documento é sugerido que se inicie o processo para a salvaguarda do imóvel⁶, conforme a SECULT (2013, p. 08-10).

Figura 11 – Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.201-003: Arquivo Histórico de Joinville / Avenida Hermann August Lepper, 650

⁶ Processo de tombamento FCJ.CPC.2013-003. Ficha de análise do processo de tombamento disponível no Apêndice D, p. 198.

Figura 12 – Detalhe dos *brise-soleils* instalados na fachada



Fonte: Foto da autora (2022)

Figura 13 – Detalhe da fachada do Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Foto da autora (2022)

Na notificação da deliberação da COMPHAAN pela manutenção do tombamento do imóvel enviada ao proprietário – a Prefeitura Municipal de Joinville –, destacam-se os atributos para o tombamento tais quais aponta a legislação municipal, conforme a SECULT (2013, p. 25):

I – Valor urbanístico: características de um bem material imóvel que definem, referenciam historicamente ou qualificam a malha urbana e o espaço público;

II – Valor arquitetônico: características de um bem material imóvel que expressam qualidades significativas, períodos históricos, composição, materiais, coerência tipológica, bens integrados e outras particularidades relevantes;

III – Valor histórico-cultural: características de um bem material móvel ou imóvel que identificam e preservam elementos testemunhais de uma organização social, manifestação cultural ou forma de vida que configure a memória histórica coletiva;

IV – Valor singular: características peculiares de um bem material móvel ou imóvel, de qualidade quanto aos aspectos técnicos, históricos, artísticos, construtivos ou de desenho.

Entretanto, não há argumentações quanto ao que está posto em lei e nem de que maneira estes valores se articulam com o imóvel em questão. Ainda assim, na solicitação de orientação enviada pela coordenação do AHJ, como se vê no documento da SECULT (2013, p. 10), defende-se que o edifício é um marco arquitetônico e urbanístico, representando “um referencial importante da transformação arquitetônica da cidade”, e destacando seu valor de comunidade sendo parte de um “conjunto significativo com o Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville [...] e outros prédios públicos ao longo da Av. Herman August Lepper”.

Até sua construção, o projeto da sede do AHJ teve algumas mudanças. A primeira proposta, do engenheiro arquiteto Paul H. Keller, é de maio de 1981, e já possuía em sua concepção traços da arquitetura moderna, como o térreo livre, com estrutura em *pilotis*, as janelas em sequência formando grandes aberturas em vidro, pilares demarcando o ritmo da fachada e uma suelta rampa configurando-se como um importante elemento estético (Figura 14).

Figura 14 – Proposta de sede do AHJ, desenvolvida pelo engenheiro arquiteto Paul H. Keller (1981)



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Porém, o projeto não foi executado. Estudos realizados posteriormente resultaram no projeto que viria a ser construído entre os anos de 1985 e 1986, realizado pela equipe de arquitetas da Prefeitura de Joinville, Deisi Lopes de Oliveira Casarin e Ros-Mari T. Cima. Nos primeiros estudos das arquitetas, os traços modernistas

estavam presentes na concepção do edifício. Mas, para além dos elementos visuais e estilísticos, a maneira de concepção dos espaços refletia os preceitos da arquitetura moderna, informam Souza, Brüske e Souza (2020).

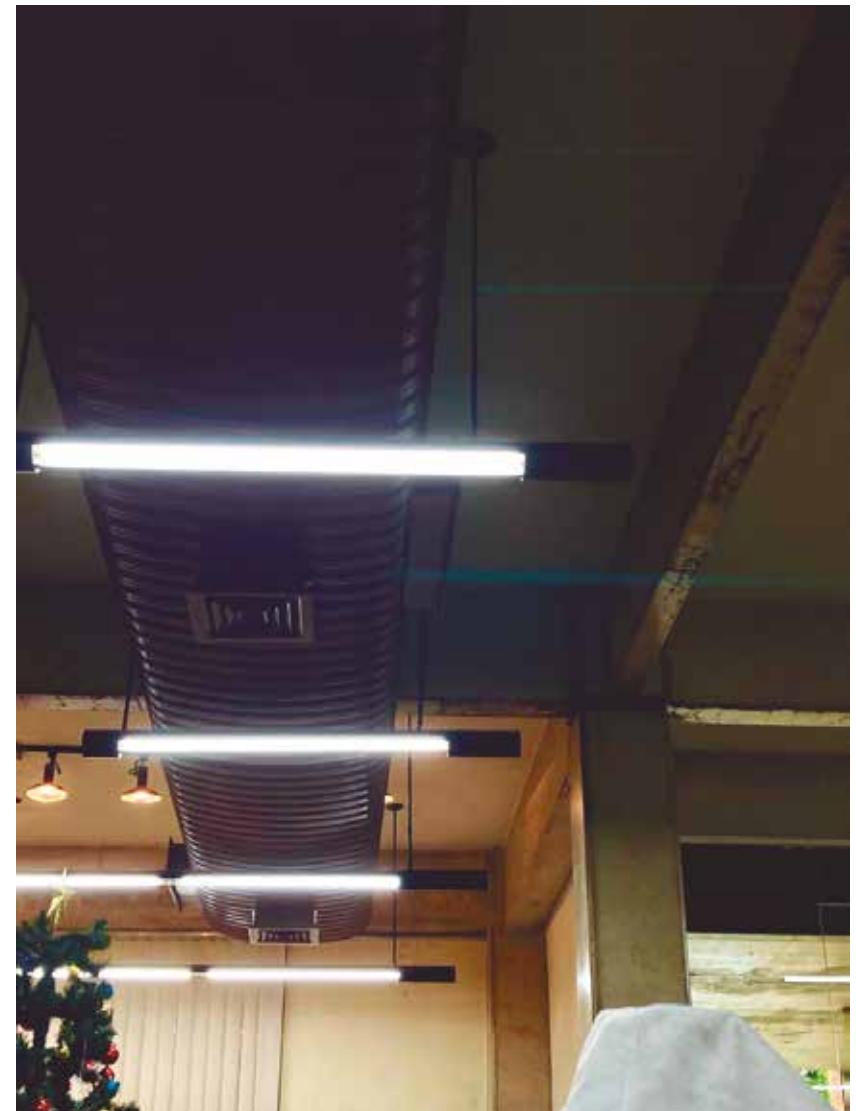
O edifício foi pensado para acondicionar o acervo documental do Arquivo Histórico e auxiliar na manutenção e conservação destes documentos: e para a sua funcionalidade, soluções projetuais foram concebidas (Figuras 15 a 17). Destacam-se as escolhas de recursos tecnológicos disponíveis na época, espessura de paredes, localização e tamanho de aberturas, controle térmico e de insolação etc. Os *brise-soleils*, marcantes em sua fachada externa, já mostrados na Figura 12, possuem a função de regulação da insolação no interior do edifício, exemplificando a preocupação com o conforto ambiental, conforme descrevem Souza, Brüske e Souza (2020).

Além do foco em sua funcionalidade, a escolha dos acabamentos reflete, do mesmo modo, os ideais modernistas, mas com uma interpretação local. O prédio possui grandes superfícies de acabamento com concreto aparente, material benquisto nas expressões arquitetônicas modernas, entretanto, traz em sua fachada uma composição com tijolos “à vista”, uma referência ao visual predominante das casas construídas em técnica enxaimel na região.

O projeto ainda traz a união das artes para o espaço arquitetônico, uma proposta da Bauhaus, difundida nos projetos modernistas. Em seu interior está um mural do artista plástico joinvilense Edson Machado (Figura 16), e na parte externa, no centro do espelho d’água do jardim, uma escultura da artista plástica joinvilense Helena Montenegro.

A proposta para o edifício ainda conta com a integração do jardim, característico do modernismo brasileiro, e terraços-jardim, um dos pontos da arquitetura moderna, para Le Corbusier.

Figura 15 – Interior do Arquivo Histórico de Joinville



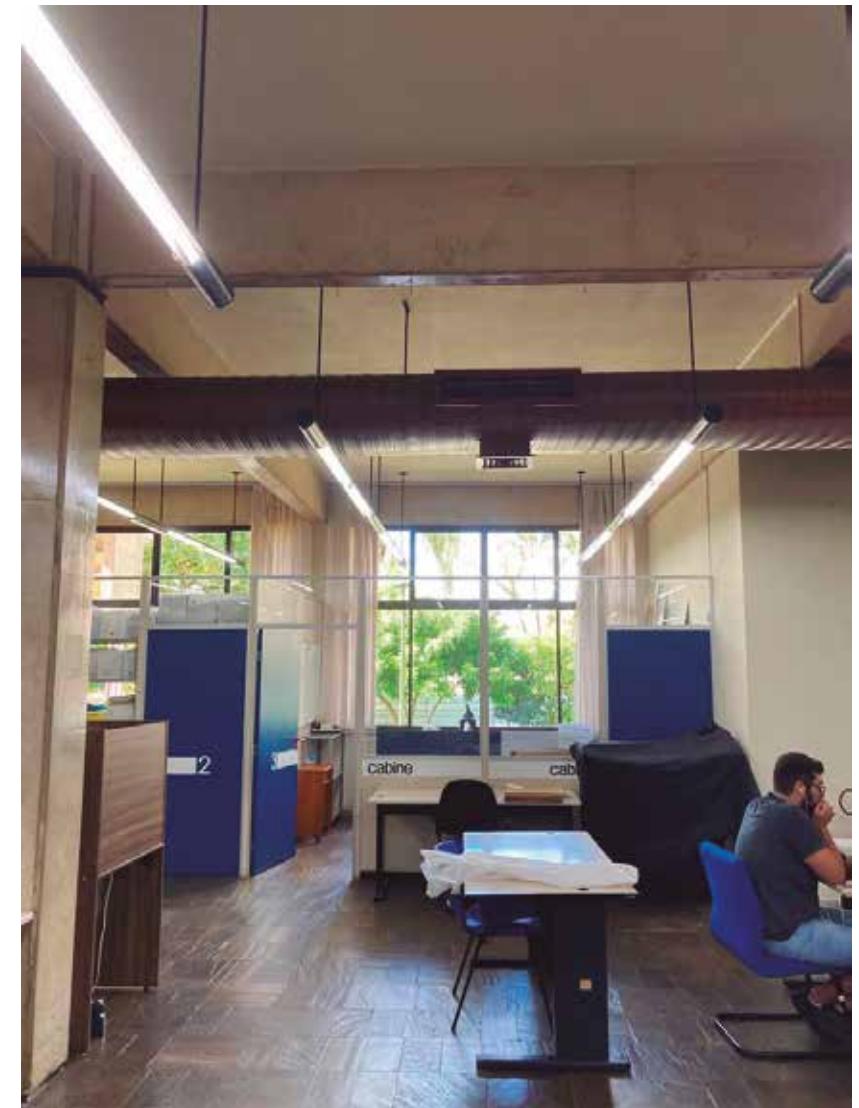
Fonte: Foto da autora (2022)

Figura 16 – Obra do artista plástico Edson Machado, no interior do AHJ



Fonte: Foto da autora (2023)

Figura 17 – Interior do AHJ: cabines de trabalho e atendimento ao pesquisador



Fonte: Foto da autora (2023)

A sede do AHJ é uma construção distinta, de qualidade técnica e plástica, que se destaca na malha urbana, articulando valores arquitetônicos, urbanísticos, históricos e culturais.

De fato, assim como o edifício que abriga o Arquivo Histórico de Joinville, os imóveis citados acima, salvaguardados ou em processo, compõem um “referencial importante da transformação arquitetônica da cidade” (SECULT, 2013, p. 10). São edificações que testemunham a modernização da cidade, a busca por novas tecnologias, pelo foco na funcionalidade, na racionalização dos espaços, resultando em novas composições estilísticas. Neste cenário, há diversas edificações na cidade que se somam ao recorte patrimonializado, apresentando configurações e valores similares, mas que não foram objeto de estudos ou levantamentos patrimoniais.

O valor arquitetônico atribuído aos imóveis muitas vezes por seus atributos físicos, precisa ser articulado com sua inserção na malha urbana, suas contribuições para a organização da cidade, ser entendido como um facilitador da vida cotidiana, considerando-se o contexto histórico ao qual está relacionado, as relações interpessoais que se desenrolaram (ou desenrolarão) em suas instalações e as referências à memória do corpo social em que está inserido, ou seja, estar relacionado com valores históricos, culturais e urbanos. As edificações, assim como itens urbanos, explicam visualmente o espaço, configurando-se um suporte para a vida citadina entremeado no cotidiano de todos que utilizam ou se deslocam pelos espaços.

Há de se questionar qual o referencial para a baliza desta “réguas” pela qual se aplicam os valores aos bens. Como traz Meneses (2009), não há um “checklist” com atribuições dos bens para se preencher, e ao completar uma quantidade satisfatória, um bem poderá ser considerado como patrimonializável, ou seja, o processo é interpretativo.

Apesar de alguns exemplares distintos sob salvaguarda, no panorama dos bens patrimonializados da cidade é notável a inclinação voltada à patrimonialização de itens vinculados aos valores éticos dos imigrantes, que provocam uma lacuna gerada pela falta do reconhecimento do valor cultural das edificações da arquitetura moderna. Isto impacta na formação da imagem da cidade, uma uniformização do que se entende por patrimônio dentro desta malha urbana em detrimento de outras edificações que são elementos testemunhais de uma organização social.

3

Arquitetura, Memória e as Percepções sobre a Cidade



O patrimônio cultural pode ser um meio de evocação de certas narrativas sobre memórias e identidades da comunidade na qual está inserido. Nas legislações, delineia-se o patrimônio como os bens “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, como é dito na Constituição Brasileira (1988), e que “configurem a memória histórica coletiva”, como se lê no teor da Lei Complementar Municipal n. 363, de 19 de dezembro de 2011.

Mas do que se está tratando ao se falar de memória neste âmbito? Quais são os bens escolhidos para demarcar estas referências? Sob quais quereres?

As memórias, como forma de conhecimento, dão base às pessoas como seres, fornecem amparos para formar suas identidades, as situam no tempo e no espaço vivido, ligando-as às que vieram antes. Segundo Candau (2011, p. 59-60), sem memória, cada um possui somente “pensamentos sem duração”, nos quais não pode ancorar as lembranças que lhe permitem compor suas capacidades conceituais e cognitivas.

Todavia, com os limites da capacidade humana de memorização foi preciso criar mecanismos para auxiliar este processo. As sociedades valeram-se de meios e lugares para criar o que Candau (2011, p. 107) chamou de “extensões de memória”, marcas e registros no tempo para “fazer memória” e garantir sua transmissão.

A conservação patrimonial equivale-se deste depositário de signos para evocar memórias e transmitir a perenidade de valores e saberes por entre as tramas do tecido social, ou, nas palavras de Jeudy (2005, p. 15), “a profusão de locais de memória oferece uma garantia real contra o esquecimento”. Para Candau (2011), ao ser patrimonializado, o bem cultural vem a se tornar um simulacro de narrativas suscitadas em seu processo, legitimando-as e garantindo sua transmissão.

No entanto, tratar sobre uma “memória coletiva”, é, ainda de acordo com Candau (2011), uma retórica holista. Os processos de interpretação e representação das memórias de cada um, que forjam a sua identidade, são únicos e variam de indivíduo para indivíduo. Torna-se insustentável que o resultado de diversas representações sejam as mesmas ao tratar de uma memória compartilhada com um corpo social, deixando à margem grupos sociais que são lócus de enunciação de memórias distintas.

A cristalização destes locais de memória na malha urbana reflete também na imagem que os cidadãos fazem da cidade. Pierre Nora chamou de *lugares de memória* locais àqueles aos quais foi atribuída a função de salvaguardar as memórias, como depositários necessários contra o esquecimento, uma marca na eternidade. Para Nora (1993, p. 21), estes lugares acontecem simultaneamente no sentido “material, simbólico e funcional”, efetivando-se na relação entre o bem e o usufruidor.

A produção arquitetônica, ao tornar-se patrimônio cultural, inscreve esses bens na marca do tempo e os insere no cotidiano dos usuários da cidade, tornando-se uma constante fomentação desses signos, escolhidos como legítimos para compor o patrimônio cultural, marcando sua perenidade. O patrimônio edificado abrange referências distintas que dão suporte à formação das identidades da comunidade, criando vínculos com a memória.

Neste sentido, considera-se o patrimônio edificado como um qualificador na formação de identidades, uma vez que estas estão vinculadas a laços sociais e culturais, apesar de subjetivos e variáveis a cada pessoa. Articula-se também como um “elemento imbuído de valor simbólico”, potencializando memórias, já que está atrelado a vivências e saberes, como lembram as docentes de Arquitetura e Urbanismo Barbara Reichert, Patrícia Dalmina Oliveira e Douglas Franzen (2017, p. 160).

Os bens arquitetônicos são atribuídos como tendo valor para a comunidade por meio do aporte que fornecem às sociabilidades, as quais resultam na transmissão sobre o bem e nas relações que

acontecem em seu entorno. Deste modo, concluem Reichert, Oliveira e Franzen (2017, p. 161), possuem a capacidade de despertar “vínculos de identidade, de pertencimento, de solidariedade e de responsabilidade”, quando se constrói um vínculo cultural.

Assim sendo, a avaliação para a inclusão de um bem edificado no rol do patrimônio cultural articula signos e símbolos que permanecem, material e imaterialmente, na configuração da cidade, impactando na vida citadina. Os valores empreendidos a favor de um bem cultural se relacionam diretamente com a evocação de memória e o aporte para legitimação de identidades, visto que, como discorre Roth (2017), a arquitetura “nos toca constantemente”, condicionando comportamentos, sentimentos “e até nosso humor”. Em seguida, será mostrado como o patrimônio arquitetônico impacta na imagem da cidade e como os elementos simbólicos da arquitetura patrimonializada reverberam no cotidiano contemporâneo.

O papel da salvaguarda na imagem da cidade

A cidade se apresenta como um movimento orgânico, ininterrupto e único a cada usufruidor de seus espaços. Para Jeudy (2005), a apreensão deste organismo acontece de maneira singular para cada indivíduo, possuindo variações de acordo com a atividade que cada um exerce ao usufruir ou se mover pelas tramas da cidade.

O complexo enredo urbano se apresenta como suporte para a vida cotidiana e sua organização, logo, uma imagem clara da paisagem urbana é capaz de oferecer qualidade de vida e bem-estar aos cidadãos. Apesar dos esforços para uma ordenação deste complexo sistema, controlar cada parte da espacialidade da cidade é um anseio utópico, pois há uma incansável sucessão de signos e imagens que se refazem à medida que ocorrem as perdas: “não há resultado final, mas apenas uma contínua sucessão de fases” ressalta Lynch (2011, p. 2).

Entretanto, as “âncoras” da legibilidade do espaço são atribuições positivas dentro da leitura espacial. Lugares reconhecíveis tornam-se pontos de referência, criam uma certa ordem em meio ao caos das cidades modernas. Tais pontos são capazes de orientar, padronizar e trazer segurança emocional, cumprem seu papel social dentro da comunidade, fornecendo-se como símbolos e experimentações sensoriais ligadas às identidades e às memórias de cada cidadão. Lynch (2011, p. 134) afirma que a cidade necessita de locais, meios poéticos e simbólicos que representem os indivíduos e o corpo social que nela estão inseridos, que demonstrem seus anseios e as tradições históricas, simbolizem seu passado e seu futuro, e equivalham aos “complexos movimentos e funções do mundo urbano”.

Os bens patrimonializados, enraizados na cidade, podem ser chamados a serem tais pontos de referência, imaginabilidade⁷ e legibilidade do espaço urbano. Lynch (2011) cita que cada indivíduo tem uma cidade própria, apreendida a partir de seu ponto de vista. Assim também, cada um possui uma leitura sobre esses bens inscritos em seu cotidiano, e a cada leitura o passado continua se alterando, em uma esteira na qual o presente também se torna passado – e busca-se assim a própria “marca para a posteridade”.

A salvaguarda é o meio pelo qual o bem patrimonial se insere de maneira perene na malha urbana. O processo de salvaguardar bens culturais, como informa o IPHAN (2017), visa garantir a viabilidade do patrimônio cultural por meio da identificação, documentação, investigação, proteção, preservação, promoção, valorização, transmissão e revitalização daqueles bens que possuam valor para a comunidade, garantindo sua permanência e cumprindo uma função social. Este recurso, valendo-se de instrumentos legais, visa, como se lê no documento *Salvaguarda*, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (2023), a “manutenção

⁷ Cf. Lynch (2011, p. 11) “característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado”.

dos valores reconhecidos como dignos de preservação”, garantindo o “interesse social e coletivo” sobre o bem.

Tais lugares, nas palavras de Candau (2011, p. 156), se constituem de “referências perenes, percebidas como desafio ao tempo”, inscritas em paisagens que servem de afirmação para memórias compartilhadas e podem se organizar como marcos identitários. Dessa forma, o patrimônio se configura como um veículo depositário de memórias, inserido em um complexo jogo de identidades, no qual diferentes grupos articulam estratégias para legitimar determinadas narrativas identitárias. A cidade como ponto de encontro dos contrastes individuais vê em seu patrimônio uma homogeneização, ofuscando as camadas dos grupos que formam uma grande e complexa comunidade.

Para Jeudy (2005, p. 22), estes locais colocam as memórias em “exposição”, ao passo que se acredita que seu “aspecto simbólico é gerável”. O apelo a uma “vontade supostamente coletiva” no momento da patrimonialização ascende a um ideal no qual a comunidade, como um movimento uniforme, se idealiza pela materialização e constância destes registros na malha urbana.

Para os doutores em Ciência da Informação, Rosilene Paiva Marinho de Sousa e Carlos Xavier Azevedo Netto, e a doutora em Letras Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (2018, p. 34), o patrimônio edificado é um dos meios de materialização das manifestações culturais de um grupo social, das suas experiências enquanto comunidade, da organização urbana e de seus conhecimentos, tanto empíricos quanto técnicos, entendido assim, como fortalecedor de “um vínculo com o lugar através da memória”.

A pluralidade cultural dos arranjos sociais e das sociabilidades que se desdobram dos entremesos do bem material edificado demarcam a legitimidade de seu valor cultural e urbano, tornando-se marcos legíveis. Entendidos como expressões culturais, apresentam profundidade histórica, remetendo a memórias e dando entendimento a cada um enquanto ser humano. Para além, esses signos auxiliam

no cotidiano, fazendo com que a cidade seja um lugar familiar, com âncoras de legibilidade, (re)conhecimento urbano, qualificando a convivência de todos em sociedade e afazeres costumeiros, mesmo que não se perceba.

O que se almeja neste trabalho é demonstrar que outros arranjos e novos marcos legitimados pela salvaguarda podem impactar de maneira positiva na legibilidade e na imagem da cidade que os cidadãos registram, como discorre Kevin Lynch (2011, p. 6-7): “o que procuramos não é uma ordem definitiva, mas uma ordem aberta, passível de continuidade em seu desenvolvimento”, para que as imagens sejam mutáveis e capazes de interpretações e reinterpretações, pois “uma paisagem na qual cada pedra conta uma história pode dificultar a criação de novas histórias”.

Um retrato da cidade de Joinville

Percorrer por centros históricos ou áreas de preservação do patrimônio cultural edificado é algo que é comum a todos que sabem o que esperar desses espaços: edifícios não muito altos, por vezes ornamentados, ruas estreitas, praças, que muitas vezes são ladeadas por edifícios, configurando seus limites visuais, comércios, serviços, pelo menos uma igreja nos arredores e até turistas. Há também as edificações que se pulverizam entre as ruas e os bairros, marcando contrastes entre o passado e o presente, tornando-se marcos referenciais para quem passa por estes locais. Tais marcos se organizam como fontes de transmissão, referências para a construção de identidades, que perpassam e excedem as narrativas que tais bens são chamados a testemunhar.

Entre a seleção, a valoração, a ordenação e a interpretação dos bens patrimoniais estão o poder econômico, os interesses acadêmicos e as habilidades dos técnicos, em um conjunto que reforça narrativas

das partes interessadas, lembra Machado (2018b). Segundo a Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, Christiane Kalb, e a doutora em história Maria Bernadete Ramos Flores (2017, p. 12), a listagem de Unidades de Interesse Patrimonial desempenhou – ainda que de maneira não formal, pois não tinha efeitos legais de salvaguarda – um papel central para a formação da narrativa patrimonial joinvilense, que se desenvolveu sob as bases do “imigrante herói europeu”, especialmente de ascendência germânica”.

Havia uma preocupação com as edificações construídas em técnica enxaimel, nas áreas urbana e rural, que estavam listadas no Inventário das Correntes Migratórias, pois muitas delas já haviam sido destruídas. Os bens arquitetônicos construídos com esta técnica, ligada aos saberes dos imigrantes alemães, foram valorizados por meio da pretensão de preservar “uma forma antiga de construção”, e por fim, fundamentaram um enaltecimento da técnica. Apesar do foco não ter sido o “desejo de preservar a herança da imigração germânica em Joinville”, as construções com esta técnica predominam no cenário patrimonial da cidade, ressalta Machado (2018a, p. 215-216).

Mesmo com a afirmação de que o foco não era a “herança da imigração germânica”, a gênese deste trabalho patrimonial teve como embasamento o inventário realizado com a premissa de identificar e catalogar os bens produzidos pela imigração em Santa Catarina.

Em Joinville, há cerca de 25 edificações tombadas que foram construídas em técnica enxaimel (Figuras 18, 19 e 20). Há 21 edificações tombadas em âmbito estadual, algumas destas com salvaguarda municipal e estadual. E outras três tombadas na esfera estadual e federal. Quinze residências tombadas pelo estado fazem parte do levantamento dos *Roteiros Nacionais de Imigração*, publicação conjunta da SECULT, FCC e IPHAN (2022).

Figura 18 – Casa em técnica enxaimel, na Rua General Valgas Neves, 281



Fonte: Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2004-005:
Rua General Valgas Neves, 281

Figura 19 – Casa em técnica enxaimel, na Rua General Valgas Neves, 458



Fonte: Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2004-012:
Rua General Valgas Neves, 458

Figura 20 – Casa em técnica enxaimel, na Rua Henrique Dias, 140



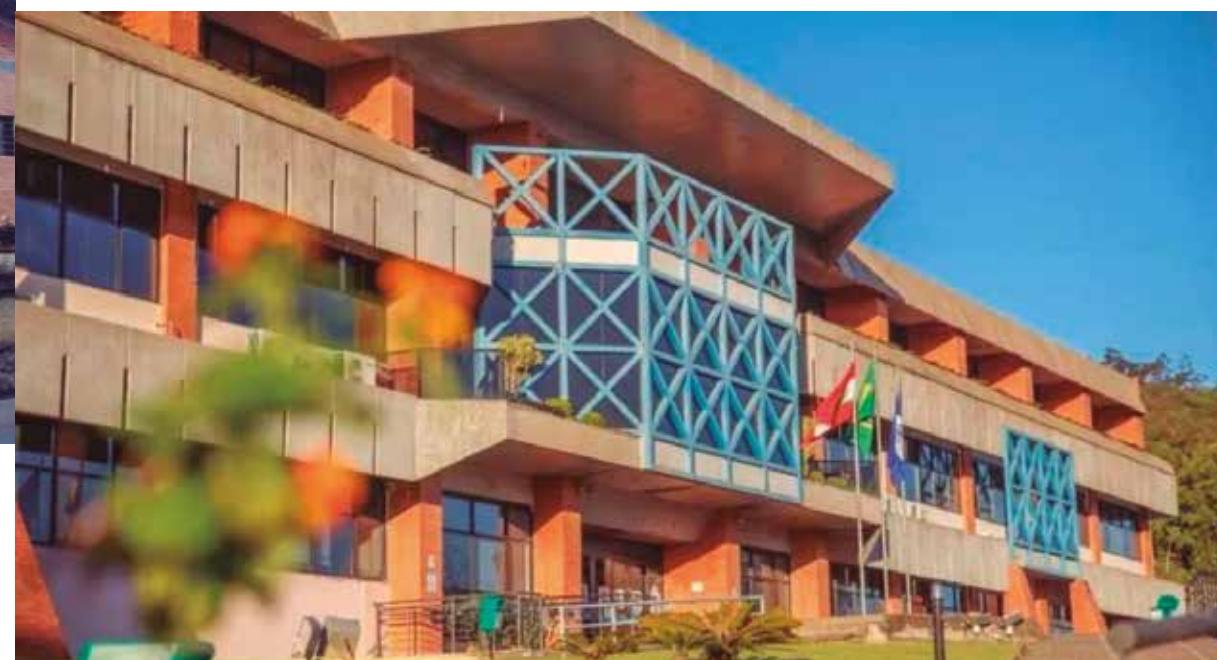
Fonte: Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2006-004: Rua Henrique Dias, 140

Não somente estas edificações escolhidas para adentrar o rol do patrimônio cultural demarcam estas referências dentro da malha urbana, pois há pistas por meio da arquitetura em diversas aplicações mais contemporâneas. Esse visual característico, formado pelo madeiramento de sua estrutura, está no imaginário, referindo-se a esta identificação do imigrante europeu, remetendo às tais narrativas sobre as raízes da construção de todos como cidade, como comunidade.

A atual Prefeitura Municipal de Joinville, que passou a sediar o poder executivo da cidade em 1996, possui em sua arquitetura traços que aludem a essa técnica construtiva (Figuras 21 e 22). Em sua fachada, o tom brutalista de seu concreto aparente, suas janelas em fita e sua horizontalidade trazem traços de uma arquitetura

moderna, porém, em seus adornos a referência são as formas marcantes do desenho das casas em enxaimel. Além dos adornos da fachada, a escolha pelos tijolos vermelhos “à vista”, remete visualmente aos fechamentos de paredes comumente utilizados na região, feitos em tijolos maciços de barro.

Figura 21 – Fachada externa, sede da Prefeitura Municipal de Joinville



Fonte: Prefeitura de Joinville/SECOM

Figura 22 – Sede da Prefeitura Municipal de Joinville



Fonte: Prefeitura de Joinville/SECOM

Logo em seguida, após passar o prédio da prefeitura, replicam-se as mesmas referências na ponte “Dona Helena Dorothéa Trinks Lepper”, popularmente conhecida como “ponte azul” (Figura 23).

Figura 23 – Ponte Dona Helena Dorothéa Trinks Lepper



Fonte: Prefeitura de Joinville/SECOM, via OCP News

A estrutura da ponte, do mesmo modo, faz alusão às estruturas do enxaimel. Seguindo a mesma linguagem visual dos adornos da fachada da sede da prefeitura, a ponte, que faz ligação entre as ruas Hermann August Lepper e Princesa Isabel, foi denominada de Dona Helena Dorothéa Trinks Lepper pela Lei municipal n. 3.978, de 01 de setembro de 1999, em homenagem à esposa de Germano Augusto Lepper.

Conforme o documento *Memória Política de Santa Catarina*, da Alesc (2022), Germano Augusto Lepper foi um imigrante alemão que exerceu papéis na política como vereador e deputado estadual. Os ramos da empresa de sua família originaram a fundação da Cia. Lepper, da qual partiu sua influência social, comercial e política. Além disso, foi presidente da câmara de vereadores e o primeiro presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), de 1911 a 1915. Sua esposa, Helena Dorotéa Thrinks Lepper⁸, foi uma das forças motoras para que a Fundação da Sociedade de Socorro das Senhoras Evangélicas se tornasse o atual Hospital Dona Helena, que leva seu nome como homenagem. Observa-se aqui o símbolo tanto visual, atrelado às escolhas da composição plástica da ponte, como também o caráter simbólico da escolha da figura homenageada com a nomeação.

Já o Mercado Público de Joinville passou por algumas mudanças. A sua primeira sede, construída no ano de 1906 e entregue oficialmente em 1907, possuía traços ecléticos, dialogando com parte da arquitetura da região central da cidade, na época⁹. Foi escolhido o terreno próximo ao Porto de Joinville, nas redondezas onde mais tarde também se instalou o Moinho Joinville. A área tornou-se um entreposto comercial de pescados, erva mate e produtos regionais (Figura 24).

⁸ Nas fontes consultadas há o registro de duas escritas diferentes para os sobrenomes de Helena. Em legislação está redigido como “Helena Dorothéa Trinks Lepper” e na biografia de seu esposo, como “Helena Dorotéa Thrinks Lepper”.

⁹ A edificação do Mercado Público de Joinville nesta época se assemelha a outras construções dedicadas ao mesmo uso, possuindo características arquitetônicas similares, como o Mercado Público de São Francisco do Sul e o de Florianópolis, entre outros. É possível entender melhor essa questão no artigo dos especialistas em Urbanismo, Douglas Murilha e Ivone Salgado (2011).

Figura 24 – Mercado Público Municipal, em meados de 1920, às margens do Rio Cachoeira. Ao fundo vê-se o Moinho Joinville



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Na década de 1950, a construção foi substituída por uma edificação com traços modernos (Figura 25). Com linhas retas, sem adornos, pilares estruturais em formatos de “V” – utilização da estrutura como composição, símbolo da arquitetura moderna brasileira – e marquises marcando a entrada, suas características arquitetônicas – com traços característicos modernistas – afastavam-se das do prédio anterior.

Figura 25 – Segunda sede do mercado público

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Entretanto, na década de 1980 houve uma outra substituição da construção que sedia o mercado, a qual permanece funcionando até hoje. Erguida ainda no mesmo local, a construção perdeu suas características modernas, em um novo rompimento com o estilo arquitetônico anterior. O edifício configura-se como um galpão com telhado em duas águas, que formam um beiral alongado, o qual os restaurantes se apropriaram para oferecer seus serviços. Esta configuração formal é vista com recorrência nas edificações construída em enxaimel. O edifício possui uma disposição retangular e recursos estilísticos em sua fachada que remetem às construções em enxaimel¹⁰. O mercado foi denominado de “Germano Kurt

¹⁰ O que se observa nas edificações como a da Prefeitura ou na estrutura da Ponte Dona Helena Dorothea Trinks Lepper é uma ressignificação, ou seja, há uma elaboração a partir da configuração visual que a construção em enxaimel traz, fazendo referência a partir dos elementos arquitetônicos. Já na edificação construída para abrigar o mercado público, houve uma reprodução de fachada das construções em enxaimel. Enquanto nas edificações construídas com esta técnica, o madeiramento tem a função de estrutura,

Freissler”, em homenagem ao empresário joinvilense que fez parte da Cia. Antártica. Novamente, nota-se a utilização de recursos visuais que se referem ao imigrante, este associado a influentes empresários, que aludem à narrativa do caráter de um povo trabalhador (Figuras 26 e 27).

Figura 26 – Atuais instalações do mercado público municipal.

Fonte: website Viva Joinville

nestas edificações é colocado somente como item decorativo. Havia incentivos fiscais por parte do poder público para edificações em técnica enxaimel, e muitas construções pelo centro da cidade utilizaram deste subterfúgio para desfrutar de tais benefícios.

Figura 27 – Atuais instalações do mercado público municipal



Fonte: Max Schwoelk, via perfil DThinking Univille no site Medium

Bem mais recentes, outras edificações que carregam tais referenciais simbólicos são os pavilhões anexos ao Instituto Internacional Juarez Machado. O instituto foi inaugurado em 2014, contando em sua composição com a casa principal, patrimônio histórico da cidade, na qual viveram os pais do artista, e com o pavilhão de exposições, localizado logo atrás da casa principal. Em 2018, abriu as portas o Pavilhão JM, que ampliou a área edificada do Instituto Internacional Juarez Machado (2022).

Nestas edificações dos pavilhões, com características e tecnologias contemporâneas, nota-se mais uma vez o uso simbólico do desenho do madeiramento da construção em enxaimel. Além disto, o galpão reproduz os telhados característicos dos galpões industriais encontrados pela cidade. A cobertura tipo *shed*, encontrada, por exemplo, nas construções da empresa Ciser, permite iluminação zenital e ventilação (Figuras 28 e 29).

Figura 28 – Foto aérea das instalações do Instituto Internacional Juarez Machado



Fonte: Instituto Internacional Juarez Machado

Figura 29 – Foto da fachada frontal das instalações do Instituto Internacional Juarez Machado



Fonte: Instituto Internacional Juarez Machado

Esses exemplos são alguns dos que estão dispostos pela cidade, mas há outras apropriações deste elemento visual permeando a malha urbana. Nota-se que estes símbolos estão presentes no imaginário da comunidade e são nutridos por diversas dessas referências ao passar dos anos. Ou seja, representam uma parcela do patrimônio joinvilense e permanecem de maneira constante nas construções.

Vinculados diretamente aos valores éticos – assunto explanado no capítulo interior –, estes resquícios somam-se em uma grande narrativa, porém, em seu entremeio, percebe-se que há espaço para novas apropriações, novas narrativas e novos meios de expressões arquitetônicas – e não somente o patrimônio salvaguardado por aparatos legais que engendram símbolos, soluções formais, funcionais e estéticas.

As produções da arquitetura moderna, por suas soluções projetuais definidas claramente em preceitos formais, permitem identificar as reappropriações arquitetônicas e urbanas de seus ideais.

Grandes aberturas em vidro, *brise-soleil*, a construção sobre *pilotis*, que se desdobra por vezes em térreos ativos, a integração com jardins, a valorização das obras de arte junto à arquitetura, as grandes avenidas para fluxos de automóveis e a ordenação territorial, são algumas das configurações que se pode perceber nos edifícios recentes. A arquitetura moderna criou símbolos que reverberam até a contemporaneidade, pois, segundo Vale (2019), aprendeu-se a construir, planejar e gerir cidades com o modernismo, formando toda uma geração de arquitetos com base nessas premissas.

Novos marcos surgem à medida que se desenvolve a cidade, novas imagens são dispostas diariamente, e alguns dos signos espelham estes novos padrões, da transição para uma cidade que busca se inserir na modernidade, inclusive em sua arquitetura. Estas edificações já estão inseridas no contexto urbano de modo a servir de referência urbana, de marco visual e como um depositário de lembranças. Esta marca no cotidiano da comunidade pode suscitar valores para que essas edificações modernistas se insiram neste complexo jogo patrimonial. Adiante, serão mostradas algumas produções da arquitetura moderna de maneira detalhada, com o intuito de especificar características formais e seu impacto no contexto urbano, a fim de tencionar valores e sociabilidades em torno dos edifícios.

4

As Expressões da Arquitetura Moderna em Joinville: desafios e potencialidades



Sede da antiga Prefeitura.
Foto da autora, 2023.

Ao se espalhar pelo território brasileiro, a arquitetura moderna se desenvolveu em confluência com as realidades locais, ressignificando seus preceitos e reinterpretando seus formalismos, o que resultou em uma série de edifícios com as características modernas adequadas ao ambiente em que estão inseridos, como é o caso de Joinville.

As décadas nas quais as edificações com linguagem moderna foram erguidas pela cidade confluem com as de progresso econômico, alavancado, principalmente, pelo desenvolvimento industrial. O jornalista brasileiro Apolinário Ternes (1986), autor de 30 livros sobre a história de Joinville, relata que dos anos 1954 até 1975 houve um crescimento de cerca de 394% de trabalhadores no setor industrial, passando de 7.091 empregados em pátios fabris para 35.000. Dados de 1977 apontam as indústrias da cidade como responsáveis por 75% da produção industrial da microrregião, 28% da produção catarinense e 5% da produção industrial da região Sul.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, um grande número de migrantes chegou à cidade, fazendo com que a população quase dobrasse em uma década. A cultura do trabalho era alimentada, nos habitantes e nos migrantes, com um discurso de uma cidade que se desenvolvia pelo esforço de seus habitantes. A imagem da “Manchester Catarinense”, epíteto adotado pela cidade, reverberava no discurso do empresariado e do poder público e encontrava na população um receptáculo. A ideia de uma cidade que se desenvolveu por meio do trabalho de seus habitantes, que atuam interminavelmente para o crescimento, progresso e ordem da maior cidade do estado, perpassou lideranças e gerações, reverberando até os dias atuais (Figura 30), ressalta a especialista em direito, educação e história, Sirlei de Souza (2005).

Figura 30 – Grafite em fachada na área central de Joinville, com a escrita “Joinville é a locomotiva catarinense”



Fonte: Foto da autora (2023)

O rápido crescimento populacional ocasionou um crescimento desordenado, em porções urbanas sem infraestrutura para a habitação, marginais aos espaços desenvolvidos. Os resultados, vistos ainda na década de 1980, eram os de uma cidade com desemprego e marginalização. O que Ternes (1986) chamou de “desajustes”, são resultado de um crescimento urbano vertiginoso, do qual sucedem os itens apontados por ele, como a poluição do Rio Cachoeira, o desmatamento, a falta de áreas de lazer etc., ou seja, baixa qualidade de vida.

Entretanto, em meio à ascensão do poder industrial e do empresariado joinvilense, investiu-se também em uma imagem modernizada da cidade. Edifícios com maior número de pavimentos, a abertura de grandes avenidas e a implantação de novas tecnologias contrastavam com a malha urbana ligada ao período colonial. Um exemplo é o Edifício Manchester, inaugurado em 1970, consistindo em um símbolo da potência industrial joinvilense, o qual, além de seu nome carregar a conotação aos discursos sobre a cidade, foi o edifício mais alto de Joinville e com a maior metragem quadrada construída no estado, na época. O edifício ainda possui impacto na atual imagem da cidade, como também é o caso da Avenida Juscelino Kubitschek (Figura 31). Via importante, configurando um eixo norte-sul, a avenida teve sua obra iniciada por volta de 1975. Além disso, construíram-se pontes, como a do Rio Cachoeira, próxima ao Mercado Municipal, na década de 1960.

Figura 31 – Foto da obra para abertura da Avenida Juscelino Kubitschek, em 1975. Ao fundo, da esquerda para direita, Residencial Fauhy, Edifício Manchester e o Edifício Bonneville, todos exemplares da arquitetura moderna da cidade



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

É nesta época também que se desenham os primeiros planos urbanísticos para a cidade. Em 1965, foi lançado o Plano Básico de Urbanismo de Joinville, que apresentava, de maneira geral, um caminho para o desenvolvimento urbano da cidade, com um maior tom de reparação e soluções menos eficientes, como a ocupação dos morros. Em 1972, foi lançado o Plano Diretor de Joinville, no qual se delinearam os zoneamentos da cidade, diretrizes de uso e ocupação do solo, áreas de usos especiais e áreas de preservação permanente, informa a especialista em patrimônio cultural, ambiental e arqueológico Eleonora Bahr Pessôa (2022). Esta racionalização do

espaço urbano, com demarcações de eixos, setorização de atividades e planejamento do uso e ocupação do solo, é um preceito das cidades planejadas e pensadas por modernistas. Tais padrões ressoavam de locais como Brasília e eram aplicados em cidades já desenvolvidas, com “desajustes” que o planejamento tentava regular.

A cidade foi um solo fértil para que fossem construídas edificações que demarcam este ciclo sociocultural, e muito disto resulta da sua proximidade com o estado do Paraná. O curso de arquitetura e engenharia civil da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba (PR), foi aberto anos antes do curso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis (SC), o que resultou em uma migração de estudantes para a capital paranaense, os quais, após suas formações, constituíram uma carreira consistente em Joinville. Engenheiros como Rubens Meister, Harry N. Schmidt e Nobuo Fukuda, e os arquitetos Antonio Alberto Cortez e Luiz Napoleão Abreu Carias de Oliveira, são alguns dos nomes que têm uma ampla produção arquitetônica na cidade; e todos são graduados pela UFPR, informa a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA-SC) (2022).

Ainda assim, são poucos os estudos sobre a arquitetura moderna e suas influências na organização e imagem de Joinville. Entre eles, destaca-se a dissertação de Fárida Mirany De Mira (2012), que analisa a Catedral Diocesana São Francisco Xavier. Em 2020, Giane Souza, Dinorah Brüske e Luísa Souza, do Arquivo Histórico de Joinville, publicaram um estudo sobre a patrimonialização da arquitetura moderna e institucional do Arquivo Histórico, entendendo-o como documento/monumento. Já o arquiteto e urbanista Thiago Borges Mendes (2018) investigou o desempenho térmico em residências modernistas e criou o perfil no @modjoinville, onde divulga um acervo de pesquisas, além de ter promovido um ciclo de conferências sobre o tema. Mais recentemente, a AsBEA-SC (2022) lançou o livro *Grandes Nomes da Arquitetura Catarinense: arquitetura moderna*, que reúne arquitetos proeminentes do estado e apresenta exemplares de Joinville e seus autores.

São discussões importantes que embasam um reconhecimento para esse estilo arquitetônico e das quais derivam este estudo. Em busca de um olhar mais amplo para retratar a arquitetura moderna em Joinville, apresenta-se aqui uma catalogação de edificações e o estudo aprofundado de quatro delas, a fim de subsidiar uma análise das suas potencialidades para a patrimonialização, seu elo com a comunidade, sua significação e o contexto histórico e socioeconômico em que foram construídas.

Dos entraves pelo caminho: a lei geral de proteção de dados e a pesquisa da arquitetura moderna

Além da falta de estudos sobre essas edificações, também se enfrentam dificuldades para acessar documentações relativas a elas, já que existem poucos dados compilados. Por conta do período em que foram realizados os respectivos projetos, o arquivamento é realizado por duas instituições distintas: alguns projetos elaborados até 1971 estão junto ao acervo do AHJ, e os posteriores a esta data estão armazenados na Secretaria de Meio Ambiente (SAMA). Os projetos acondicionados no AHJ estão disponíveis para consulta pública, tais como outros itens do acervo da instituição. No entanto, os projetos armazenados junto à SAMA se encontram sob a proteção da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Vinda ao encontro de uma crescente preocupação em escala global sobre a coleta e tratamento de dados em meios digitais, a LGPD – Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 – foi publicada com o objetivo de indicar balizas para o processamento de dados, tornando o processo mais seguro e confiável, almejando também “maior transparência e privacidade aos indivíduos”, como explica a advogada Bárbara Santini (*et al.*, 2019, p. 20).

Apesar de os registros, e por vezes a venda, dos dados obtidos por meios físicos serem práticas constantes há algum tempo – vide

empresas de crédito consignado –, houve um aumento de meios facilitadores para a coleta destes dados pessoais, instituída com o alargamento de processos realizados via internet e da utilização de dados de navegação, compras etc., uma nova problemática que tem causado impactos em diversas esferas da vida cotidiana.

Pode parecer que a Lei federal n. 13.709/2018 se destine somente a tratamento de dados coletados digitalmente, entretanto, ela impacta toda a cadeia de acesso aos dados pessoais nas esferas públicas e privadas de pessoas físicas ou jurídicas. O artigo 3º da LGPD descreve que a legislação se aplica se a “operação de tratamento for realizada no território nacional”, “a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional” e os “dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional”, exemplifica Santini (*et al.*, 2019, p. 23).

A lei descreve direcionamentos para uma boa governança dos dados, não estabelecendo meios para que isto aconteça. Apesar disto, é necessária uma reestruturação organizacional dos tratamentos de dados pessoais, partindo de uma revisão “das atividades que envolvam direta ou indiretamente o manuseio de dados”, ressalta Santini (*et al.*, 2019, p. 27) e também o advogado especialista em Direito Digital, proteção de dados e inteligência artificial, Marcelo Crespo (2021).

Nesta esteira, os dados obtidos e armazenados pelos setores públicos também carecem de adequações quanto ao manuseio e acesso por terceiros. Segundo Crespo (2021), o volume de dados pessoais e sensíveis que os órgãos públicos possuem dos cidadãos da comunidade é bastante significativo, pois o atendimento em locais como o sistema de saúde, a emissão de carteiras de habilitação, a compra de um imóvel, entre outras coisas, não é possível sem o fornecimento de nossos dados.

Para além de questões sobre tratamento, venda, uso e privacidade, esse rearranjo em torno da questão de acesso aos dados

pessoais impactou este estudo no que concerne à realização das pesquisas históricas referentes ao patrimônio, mais precisamente às edificações com linguagem moderna.

Como o acervo de projetos a partir do ano de 1972 está sob responsabilidade da SAMA, o acesso (ou o não acesso) perpassa os novos arranjos que se desdobram das adequações descritas na LGPD. Atualmente, não é mais possível, por exemplo, consultar projetos junto à secretaria sem que haja a prévia autorização do proprietário. Contudo, também não é possível consultar quem é proprietário, pois isso somente é permitido com a inscrição imobiliária do imóvel, a qual, do mesmo modo, não está disponível para pesquisa pública. Ou seja, são ciclos que não possuem entradas, dados aos quais não se possui acesso – e depende-se ainda de outros dados que não estão acessíveis para consulta.

O patrimônio cultural é um assunto delicado. Pesquisar sobre os bens, principalmente materiais, pode gerar um efeito contrário do esperado. O descontentamento sobre o tombamento dos imóveis é um tópico recorrente, e o número de impugnações é altíssimo, face à relevância cultural e social dos bens. Dos 132 processos, entre os anos de 2001 e 2014, cerca de 64% sofreram impugnações. Isto num cenário em que quase a totalidade dos bens patrimonializados estão ligados ao conjunto de edificações das primeiras organizações da cidade, ou seja, uma imagem patrimonial que está no imaginário da comunidade.

Para o doutor em História da Arquitetura e do Urbanismo, Luiz Eduardo Fontoura Teixeira (*et al.*, 2014), ao se tratar da arquitetura moderna, de edificações que têm cerca de 30, 40 ou 50 anos, percebe-se a falta de reconhecimento destas obras como bens culturais, como testemunhas de arranjos socioculturais, com valores sociais e patrimoniais. A dificuldade para acessar as informações pertinentes a essas edificações acarreta dificuldade para realizar pesquisas que possam subsidiar tal reconhecimento – por meio dos órgãos públicos e da comunidade – destes bens.

As teses e dissertações que abordam questões sobre o patrimônio cultural da cidade são “complementares e problematizadoras do campo”, auxiliando a produção técnica e propiciando futuras análises, afirmam os colaboradores da Coordenação de Patrimônio Cultural de Joinville, Souza, Abrantes e Rothert (2018, p. 85). Neste sentido, os estudos e pesquisas “são fundamentais para ampliar a escala de análise sobre as histórias dos múltiplos patrimônios que compõem a paisagem da cidade”.

Uma demonstração desta relevância é o caso do segundo processo de tombamento registrado pela CPC, em 2002, do Cine Palácio (SECULT, 2002). No ano de 2001 foi desenvolvido pela professora Dr^a Sandra P. L. de Camargo Guedes, em conjunto com os acadêmicos do primeiro ano do Curso de História, da Univille, o *Dossiê pela preservação e tombamento do Cine Palácio: O resgate de uma história*. O trabalho foi realizado por meio de pesquisas de campo, pesquisa documental junto ao AHJ e por meio de entrevistas orais, resultando em um compilado que organizou, em ordem cronológica: os usos e as atividades do edifício; um histórico da vida cultural da cidade, que demonstra os laços do Cine Palácio com a comunidade; e o resultado da pesquisa de campo.

Houve uma exposição com os dados coletados e organizou-se, junto à comunidade, um abaixo assinado a favor do tombamento. O arquivo enviado ao Ministério Público desencadeou uma série de estudos técnicos para o tombamento do edifício. O dossiê encontra-se anexado ao processo de tombamento, como parte importante desta salvaguarda, tornando-se o ponto de partida para a patrimonialização.

Joinville tem a oportunidade de dispor de uma universidade com um programa de pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, voltado a estudos, problematizações, subsídios e defesa do patrimônio histórico cultural da cidade e da região. A pesquisa arquitetônico-urbanística desempenha um papel fundamental para o entendimento dos itens valorativos quando se trata de imóveis. O acesso aos projetos permite, além de entender a organização espacial

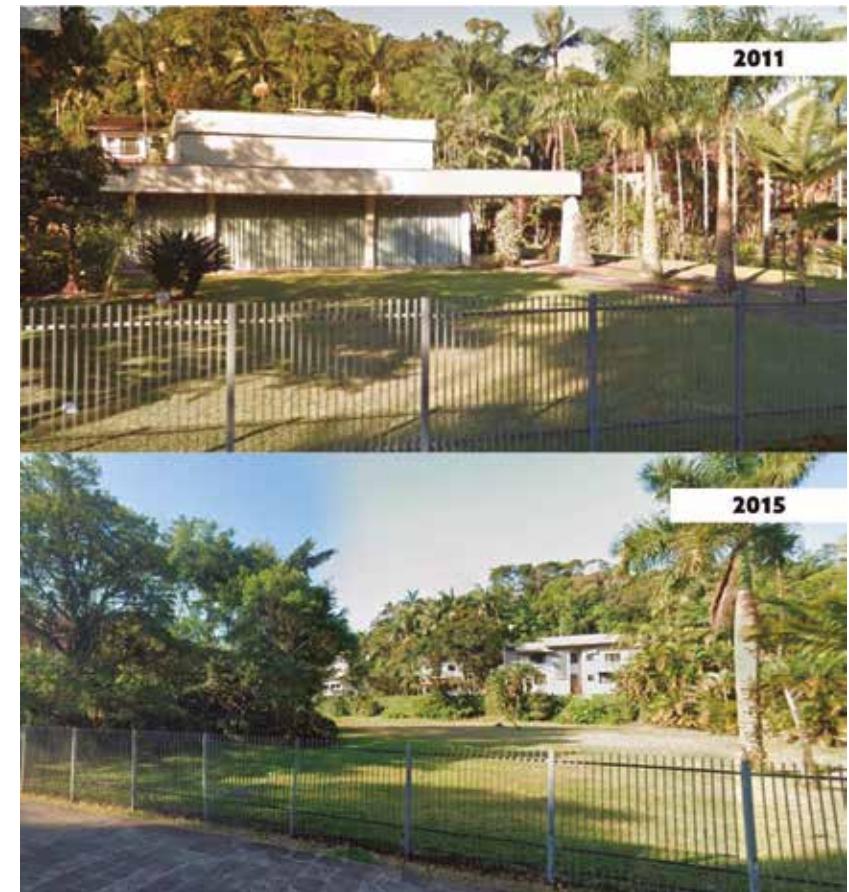
dos espaços e elencar os materiais, itens tão caros aos preceitos da arquitetura moderna, conhecer o responsável pelo projeto, a datação e detalhes relevantes sobre o edifício. Saber quem são os responsáveis pelos projetos pode abrir novos rumos para estudos, identificando o conjunto de suas obras. Afinal, “por mais que esforços já tenham sido feitos em estudos e pesquisas, a história da arquitetura em Santa Catarina está por ser escrita.”, ressalta a AsBEA-SC (2022).

Dadas as circunstâncias apresentadas acima, o principal critério definido para o decurso da proposta deste estudo foi a disponibilidade dos projetos constantes no acervo do Arquivo Histórico de Joinville, permitindo que se tivesse acesso às documentações para análise.

Sobre as consequências da falta de reconhecimento

A falta de visibilidade de um produto cultural e de valor histórico resulta na carência de instrumentos efetivos de conservação ou proteção das edificações modernistas pela cidade. A crescente especulação imobiliária, tendo em vista a localização destas edificações (ver próximo item, *Um inventário para a arquitetura moderna joinvilense*), resulta na valorização desses lotes e, consequentemente, em demolições, que crescem vertiginosamente, como é o caso da residência da Rua Aquidaban, 700, demolida em 2015 (Figura 32). O imenso terreno, agora vazio, está à venda desde então. Na placa para sua venda destaca-se o setor do zoneamento urbano ao qual pertence o terreno e a permissão de altura para edificações. Entende-se que o objetivo com a demolição era a venda para a construção de um edifício multifamiliar, quer pelas dimensões de seu terreno, quer por sua localização em uma região valorizada da cidade.

Figura 32 – Casa da Rua Aquidaban, 700, demolida em 2015



Fonte: Google StreetView. Compilação da autora (2022)

Outro caso de demolição é a residência da artista plástica Helena Montenegro (Figuras 33 e 34). Nascida no Rio de Janeiro, ela se instalou em Joinville na década de 1970, quando iniciou sua carreira nas artes plásticas. Ao deambular pelos pontos turísticos da cidade, encontram-se esculturas da artista, que exprimem leveza por meio do concreto. As obras encontram-se no jardim do Museu de Arte de Joinville (MAJ), no Mercado Público Municipal, na Casa da Cultura e sobre o espelho d’água do Arquivo Histórico, todas elas doadas pela artista entre as décadas de 1970 e 1980. Para a jornalista

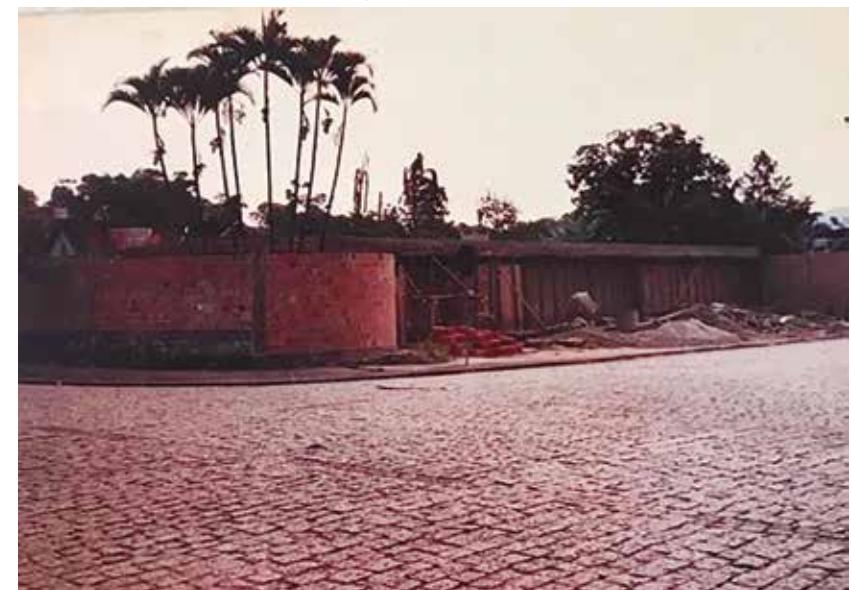
Thabata Martin (2021) e o *Jornal ND* (2014), este foi um período de grande atividade na cena das artes plásticas joinvilense; e além de Helena, artistas como Luiz Henrique Schwanke, Hamilton Machado e Mário Avancini se destacavam no cenário cultural da cidade.

Figura 33 – Residência da artista Helena Montenegro. Em destaque a obra *Fases*



Fonte: Thiago Borges Mendes/@modjoinville

Figura 34 – A residência em construção, 1988



Fonte: Thiago Borges Mendes/@modjoinville

Para além destes lugares públicos, a artista, conforme o *Jornal ND* (2014), “acredita que as obras deveriam estar em contato com a comunidade” (ND, 2014), e assim instalou no jardim externo de sua residência a obra *Fases*. Projetada por Norma Lacerda Gonçalves e construída em 1988, a residência da artista é um dos imóveis que foram demolidos pela demanda do mercado imobiliário (Figura 35).

Figura 35 – Demolição da residência, em maio de 2021



Fonte: Thiago Borges Mendes/@modjoinville

No local, está sendo construído um empreendimento de alto padrão. O edifício, nomeado “Montenegro”, preserva a escultura da artista em sua fachada como um ponto de destaque, e suas campanhas publicitárias o apresentam como uma homenagem à artista (Figura 36).

Figura 36 – Imagem realística do projeto do empreendimento Montenegro, da construtora Daxo



Fonte: Imagem de divulgação via *website* da construtora Daxo

A sua demolição leva a uma reflexão sobre os valores que já estavam presentes na residência da artista. O valor arquitetônico, por apresentar uma construção da arquitetura moderna da cidade; o valor urbanístico, dado o diálogo da residência e de sua obra com o meio urbano e a comunidade; e o valor histórico-cultural, pois a artista tem grande expressividade no meio cultural da cidade. E ainda: a residência poderia ter sido salvaguardada pelo fato de ter pertencido à artista, tornando-a uma relíquia, como ressalta Heinich (2009).

Em outros casos, há a modificação dessas edificações, que têm seus elementos construtivos alterados antes mesmo que se possa realizar o levantamento e estudos sobre o bem (Figura 37). Entende-se aqui também o valor do projeto arquitetônico. A análise desses projetos pode apresentar proposições arquitetônicas evidenciando o seu valor arquitetônico, uma hipótese de valoração do projeto como um documento histórico que retrata e representa essas edificações já modificadas ou demolidas.

Figura 37 – Casa da Rua Conselheiro Arp, 630, reformada para abrigar uma clínica em 2019



Fonte: Google StreetView. Compilação da autora (2022)

O edifício que abrigava uma agência do Banco Nacional também sofreu com alterações da sua composição. Projetada em 1974 pelo arquiteto Sidono Porto, a agência acompanhava as características de outras agências do banco já idealizadas pelo arquiteto. A edificação, localizada em uma esquina, mostrava o contraste entre o peso visual de sua estrutura em concreto com a

leveza dos grandes panos de vidro, além da utilização de materiais como alumínio e tijolos maciços. A integração paisagística e uma imponente escada em concreto marcavam o edifício (Figura 38) (AsBEA-SC, 2022).

Figura 38 – Agência do Banco Nacional, sem data



Fonte: AsBEA-SC (2022)

Posteriormente, abrigou uma agência do Banco Itaú, e para isto uma reforma fechou os grandes panos de vidro e modificou o desenho da laje em concreto aparente (Figura 39). Atualmente, o prédio abriga uma farmácia e teve boa parte de suas características, tanto arquitetônicas como paisagísticas, modificadas (Figura 40).

Figura 39 – Edifício reformado para abrigar a Agência do Banco Itaú (2019)



Fonte: Google StreetView (2019)

Figura 40 – Edifício reformado para abrigar uma unidade da farmácia Panvel (2021)



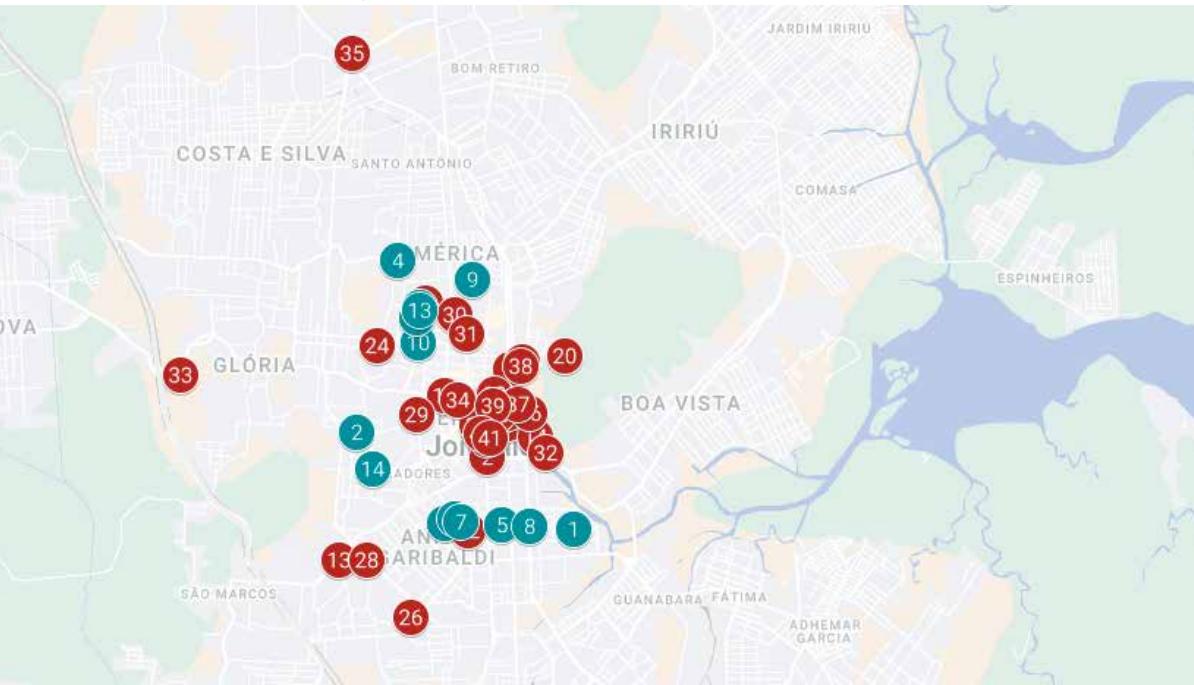
Fonte: Google StreetView (2021)

Essas edificações demonstram somente uma pequena parcela dos exemplares que já foram demolidos ou remodelados. Também soam como justificativa para este trabalho, para que se possa salvaguardar, independentemente do instrumento, exemplares significativos para o contexto urbano, social, cultural e organizacional da cidade.

Um inventário para a arquitetura moderna joinvilense

Como ponto de partida, e ao longo deste estudo, foi realizada uma catalogação das edificações que, por meio de uma inspeção visual pelas ruas da cidade, dos estudos e dos artigos publicados, se mostraram pertinentes ao recorte escolhido. Para além do auxílio à presente pesquisa, o intuito é subsidiar futuros estudos sobre essas edificações e apresentá-las como um conjunto de valor patrimonial, a fim de despertar o interesse dos setores públicos (Mapa 01).

Mapa 01 – Edificações catalogadas durante a pesquisa



● Residências catalogadas ● Edifícios catalogados

Fonte: Google MyMaps, editado pela autora

Este mapa, certamente incompleto, resulta da pesquisa e do registro das edificações que nele constam. Trata-se de um levantamento em constante construção, aberto a reinterpretações e acréscimos oriundos de futuras investigações. Nele estão listadas as edificações que fundamentaram os desdobramentos apresentados ao longo deste estudo.

Quadro 01 – Catalogação das edificações de arquitetura moderna de Joinville

Imagen	Denominação/Endereço
	<i>Sede do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS</i> R. 9 de Março, 241 – Centro
	<i>Catedral de Joinville / Catedral São Francisco Xavier</i> R. do Príncipe, 724 – Centro
	<i>Hotel Colon</i> R. São Joaquim, 50 – Centro
	<i>Edifício Manchester</i> R. do Príncipe, 330 – Centro
	<i>Edifício Beirute</i> R. do Príncipe, 387 – Centro
	<i>Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ</i> R. Dona Francisca, 600 – Centro

Imagen	Denominação/Endereço	Imagen	Denominação/Endereço
	<p><i>Galeria Príncipe</i> R. Princesa Isabel, 238 – Centro</p>		<p><i>Farmácia Panvel – Antiga Sede do Banco Nacional</i> R. do Príncipe, 177 – Centro</p>
	<p>R. do Príncipe, 112 – Centro</p>		<p><i>Tigre S/A – Centro Administrativo</i> R. Xavantes, 54 – Atiradores</p>
	<p><i>Sede da Embratel</i> R. do Príncipe, 12 – Centro</p>		<p><i>Ciser – Edifício na Rua Aubé</i> Rua Aubé, 330 – Saguáçu</p>
	<p><i>Agência do Banco do Brasil</i> R. Luiz Niemeyer, 54 – Centro</p>		<p><i>Hospital Dona Helena – Parte da edificação</i> R. Blumenau, 123 – América</p>
	<p>Travessa Dr. Norberto Bachmann, 134 – Centro</p>		<p><i>Residencial Fauhy</i> R. Cmte. Eugênio Lepper, 97 – Centro</p>
	<p><i>Antiga Sede Central dos Correios</i> R. Quinze de Novembro, 72 – Centro</p>		<p><i>Agência do Banco do Brasil</i> R. Engenheiro Niemeyer, 50 – Centro</p>

Imagen	Denominação/Endereço	Imagen	Denominação/Endereço
	<i>Sede da Biblioteca Pública Municipal Prefeito Rolf Colin</i> R. Cmte. Eugênio Lepper, 60 – Centro		<i>Ginásio Ivan Rodrigues</i> R. Max Colin, 1.640 – América
	<i>Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior</i> R. Dona Francisca, 800 – Saguaçu		<i>Terminal Central de Joinville</i> R. 9 de Março, 1.351 – Centro
	<i>Clube de Radioamadores de Joinville – CRAJE</i> R. Saguaçu, 365 – Saguaçu		<i>Rodoviária de Joinville</i> R. Paraíba, 769 – Anita Garibaldi
	<i>Edifício Comercial – Vago</i> R. Araranguá, 505 – América		<i>Edifício Comercial</i> R. Anita Garibaldi, 1.190 – Anita Garibaldi
	<i>Edifício Natalie</i> R. Paraná, 272 – Anita Garibaldi		<i>Edifício Bonneville</i> R. Jacob Richlin, 13 – Centro
	<i>Ginásio Abel Schulz</i> R. Rio Branco, 54 – Centro		<i>Edifício Antônio Jorge Cecyn</i> Av. Getúlio Vargas, 813 – Bucarein

Imagen	Denominação/Endereço
	<i>Vestiários S. E. R. Tigre</i> R. Gothard Kaesemodel, 254 – Anita Garibaldi
	<i>Neomind</i> R. Expedicionário Holz, 351 – América
	<i>Edifício Comercial – Vago</i> R. Quintino Bocaiuva, 300 – América
	<i>Ferramentas Gerais</i> R. Dr. João Colin, 940 – América
	<i>Ciser – Prédio do Administrativo</i> R. Carlos Frederico Adolfo Schneider, 70 – Boa Vista
	<i>Centro de Convenções e Exposições Expoville</i> R. Quinze de novembro, 4.315 – Glória

Imagen	Denominação/Endereço
	<i>Edifício Comercial</i> R. Mário Lobo, 131 – Centro
	<i>Prédio Döhler S.A.</i> R. Arno Waldemar Döhler, 145 – Zona Industrial Norte
	R. Porto Belo, 250 – Bucarein
	R. Euzébio de Queirós, 73 – Glória
	R. Pernambuco, 100 – Anita Garibaldi
	R. Orleans, 1.008 – América

Imagen	Denominação/Endereço
	R. Pres. Affonso Penna, 1100 – Bucarein
	R. Alexandre Schlemm, 850 – Bucarein
	R. Miguel Couto, 194 – Anita Garibaldi Obs.: Foto de 2011
	Av. Cel. Procópio Gomes, 762 – Bucarein
	R. Itaiópolis, 143 – América Obs.: Foto de 2016
	R. Jaraguá, 580 – América
	R. Jaraguá, 863 – América

Imagen	Denominação/Endereço
	R. Jaraguá, 1.006 – América
	R. Jaraguá, 945 – América
	R. Aquidaban, 70 – Glória

Das edificações desta listagem, apesar de não ser possível acessar os seus projetos ou documentações, há algumas informações em estudos e livros que permitem saber um pouco mais sobre elas. Como são os casos ordenados a seguir:

Rodoviária de Joinville¹¹

Projetada pelo arquiteto Rubens Meister, em 1968, a estrutura de grande porte construída por meio de sucessivos pórticos modulares, feitos em concreto armado e moldados *in loco*, ainda mantém a base inicialmente projetada (Figuras 41, 42 e 43).

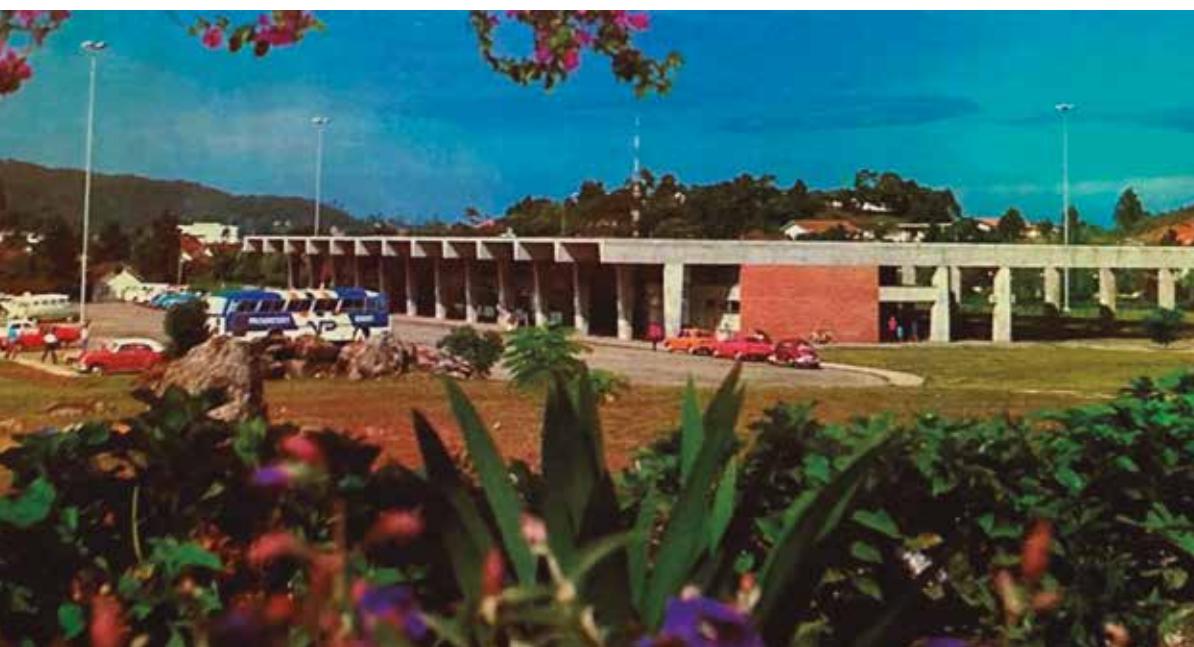
¹¹ Os textos que descrevem as edificações listadas a seguir têm como base a obra *Grandes Nomes da Arquitetura Catarinense*, organizada pela jornalista Letícia Wilson para a AsBEA-SC (2022).

Figura 41 – Rodoviária de Joinville, em construção na década de 1970



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Figura 42 – Rodoviária de Joinville, 1980. Fotografia presente em uma fotolembança da cidade de Joinville



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

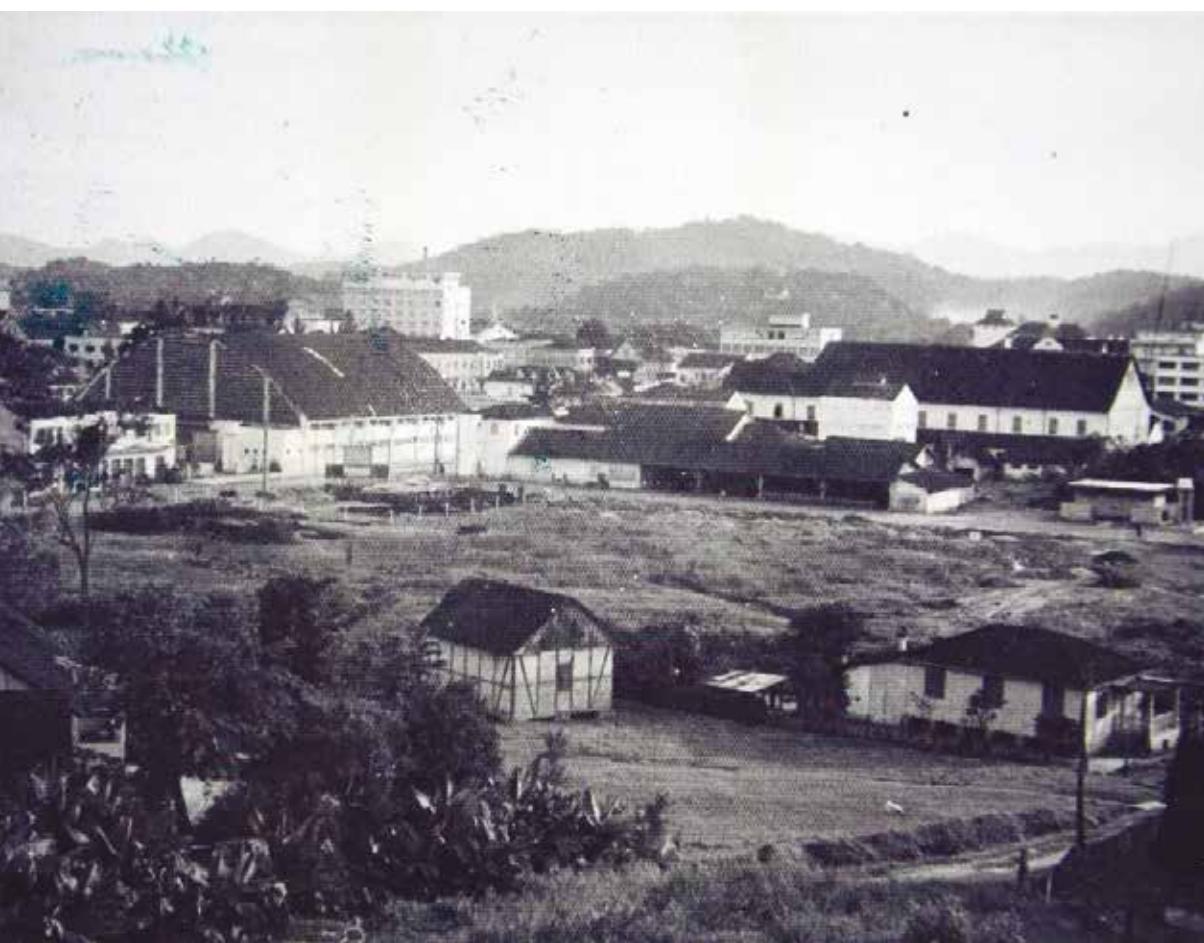
Figura 43 – Rodoviária de Joinville, 2022



Fonte: Mauro Schlieck via [website NSCTotal](#)

Hotel Colon

Outro projeto de Rubens Meister, o hotel foi o prédio mais alto da cidade por anos (Figura 44). Projetado em 1963, o edifício distribuía, em seus sete pavimentos, 50 quartos para hospedagem, além de lojas voltadas para a rua, estrutura aparente e recuada em relação à fachada principal e o pé direito alto, itens inovadores para a época (Figura 45). Junto ao hotel, foi projetado por Meister o Cine Colon. Cinemas e casas de espetáculo eram a especialidade do arquiteto, e seu projeto para o Cine Colon era luxuoso e moderno para a época, contando com 1.200 assentos e sistema de refrigeração. O cinema encerrou suas atividades em 1983, após um incêndio consumir suas instalações; e o hotel encerrou suas atividades em 2021.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Figura 44 – Panorama da área central de Joinville. É possível ver ao fundo o prédio do Hotel Colon e seu destaque na paisagem, ainda sem seu vizinho, o Edifício Manchester. Foto com data estimada entre os anos 1963 a 1970

Figura 45 – Hotel Colon, 2022



Fonte: Foto da autora (2022)

Pavilhão da Expoville

O pavilhão, que foi construído para abrigar a Feira de Amostras de Santa Catarina, teve seu projeto escolhido através de um concurso realizado em 1966, cujo vencedor foi o arquiteto Rubens Meister. Com um projeto estrutural enxuto e elegante, o pavilhão possui somente quatro pilares de apoio, nos quais se sustenta uma rede de treliças aparentes. Seu fechamento em tijolos, por não possuir caráter estrutural, possibilitou um assentamento que se configura como elemento vazado, permitindo a ventilação natural. Por sua configuração estrutural, que viabiliza um grande vão sem pilares, o pavilhão permite uma diversidade de usos e apropriações do espaço (Figura 46).

Figura 46 – Pavilhão de eventos da Expoville



Fonte: Mauro Artur Schlieck via [website](#) Rotas Comunicação

Agência da Caixa Econômica Federal

Projetada pelo arquiteto Antonio Alberto Cortez, em 1970, a agência da Caixa Econômica Federal da Rua do Príncipe marca a paisagem com o jogo cênico dos *brise-soleils* que compõem sua fachada. Além de composição visual, os *brises* atuam no conforto térmico da edificação, sombreando e ventilando o seu interior. Sua fachada em vidro, recuada do alinhamento predial, forma em conjunto com a marquise um espaço de apropriação e permanência para quem transita pelo local (Figuras 47, 48 e 49).

Figura 47 – Agência da Caixa Econômica Federal, 2022



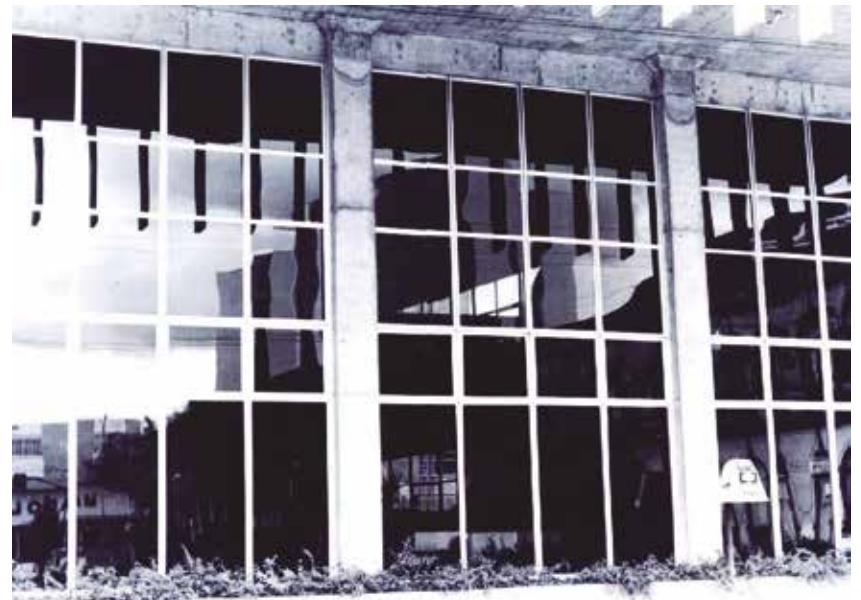
Fonte: Foto da autora (2022)

Figura 48 – Detalhe do desenho formado pelos *brise-soleils* da fachada



Fonte: Foto da autora (2022)

Figura 49 – Detalhe da grande esquadria em vidro e seu sistema estrutural, foto de 1988



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Clube de Radioamadores de Joinville - CRAJE

O edifício, aos pés do morro do Boa Vista, possui o projeto assinado pelo arquiteto Joaquim Guedes, nome importante da chamada Escola Paulista. Sua execução foi realizada sob os cuidados do engenheiro Harry Schmidt. O destaque da obra é seu telhado, que configura uma grande marquise que parece flutuar, graças às escolhas estruturais. A cobertura não possui laje, e se configura por meio da estrutura, das telhas e do forro em madeira. O fechamento de vidro é recuado, permitindo um beiral avantajado e aumentando a sensação de leveza de sua cobertura. O edifício se apropria do desnível da área, em um jogo de volumes cúbicos, justapostos pelo terreno (Figuras 50 e 51).

Figura 50 – CRAJE, entre os anos 1960 e 1970

Fonte: Thiago Borges Mendes/@modjoinville

Figura 51 – CRAJE, 2019

Fonte: Google StreetView

Catedral Diocesana São Francisco Xavier

A grandiosa estrutura da catedral da cidade de Joinville foi projetada pelo arquiteto René Marie Felix Mathieu, em 1959. A edificação se desenvolve em um complexo jogo estrutural, com a cobertura do átrio executada em cascas de concreto com curvatura dupla, sustentadas por esbeltos pilares, que deixam todo o vão livre. A catedral ainda conta com duas capelas cilíndricas, as quais possuem fechamento em elementos vazados e vitrais do artista Lorenz Heilmair.

Figura 52 – Catedral Diocesana São Francisco Xavier, em 2022

Fonte: Foto da autora (2022)

Figura 53 – Campanário e capela lateral com fechamento em elemento vazado



Fonte: Foto da autora (2022)

Claramente, o objetivo não é a patrimonialização de todo esse conjunto exposto, e sim, que este panorama permita uma visualização da sua importância como conjunto arquitetônico e sua expressividade urbana. Há uma rica produção arquitetônica na cidade, passível de valoração patrimonial e que não está refletida no rol do patrimônio salvaguardado pelas instituições responsáveis. Nesta esteira, aprofunda-se o estudo nas quatro edificações as quais os seus respectivos projetos estavam disponíveis no acervo do AHJ.

Para um estudo aprofundado

Durante a pesquisa junto ao AHJ, foram obtidos quatro projetos das edificações listadas acima. Oportunamente, são edificações com grande representatividade na malha urbana, marcando tanto o desenvolvimento deste movimento arquitetônico na cidade quanto os arranjos culturais, sociais e econômicos da época. Serão apresentados os aspectos referentes aos projetos e contextos urbano e social do Edifício Manchester, da Residência Schneider, do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e da Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior.

Para o estudo dos documentos disponíveis, organizou-se uma ficha de análise destinada a ordenar e subsidiar as explanações feitas a seguir.

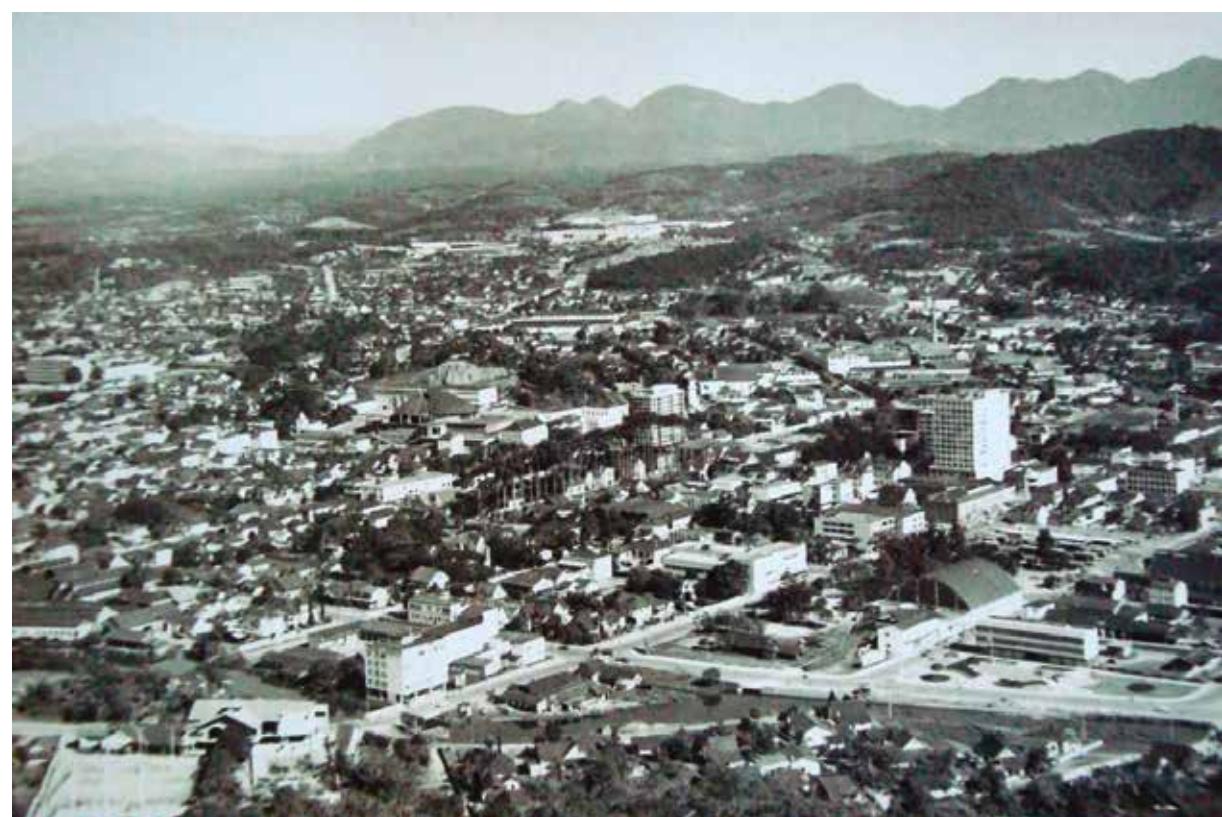
Edifício Manchester

Inaugurado em 1970, o Edifício Manchester¹² foi a edificação mais alta de Joinville e com a maior metragem quadrada construída no estado de Santa Catarina, à época (Figuras 54, 55 e 60). O edifício foi projetado pela empresa Comasa S. A., responsável também por sua execução, e está localizado na Rua do Príncipe, 330, na região Central.

¹² Ficha de análise de Projeto Arquitetônico disponível no Apêndice E, p. 200.

Figura 54 – Edifício Manchester, fachada da Rua do Príncipe

Fonte: Foto da autora (2022)

Figura 55 – Panorama da área central da cidade, em 1974

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Sua localização em meio ao maior conjunto patrimonial da cidade, que está diretamente ligado à formação inicial de Joinville, promove um contraste de temporalidades e técnicas arquitetônicas, contrapondo materiais, formas, volume, porte e ornamentação (ou a falta dela) (Figura 56).

Figura 56 – Fotografia de um cartão postal da Rua do Príncipe. Ao fundo está o Edifício Manchester, atrás da arborização da praça Nereu Ramos. No lado direito, é possível ver a ponta do minarete do Palacete Scheleemm. Cartão postal de 1972



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Partindo do ponto de vista de quem transita pela Praça Nereu Ramos, o Edifício Manchester e o edifício do Hotel Colon formam um conjunto imediato de edificações modernistas, provocando a impressão de que tais prédios fazem os limites da praça, como paredes para essa “sala de estar” urbana. Tal sensação é ampliada por toda a configuração de seu entorno, que, pela falta de afastamento entre os prédios, conforma uma única grande fachada. O Edifício Manchester e o Hotel Colon se destacam nesta imagem pelo fato de suas fachadas serem distintas do restante do entorno. Por possuírem uma linguagem arquitetônica semelhante e uma distribuição de esquadrias visualmente similares, podem ser percebidos como uma continuação e, de alguns pontos de vista, parecem estar muito próximos, formando um volume único. No seu entorno imediato encontra-se ainda o edifício Fauhy, outra edificação modernista que complementa esta imagem do ponto de vista da praça (Figura 57).

Figura 57 – Praça Nereu Ramos, vista da Rua do Príncipe. Ao fundo, da direita para a esquerda: o Edifício Manchester, o Hotel Colon e o Edifício Fauhy



Fonte: Google StreetView (2021)

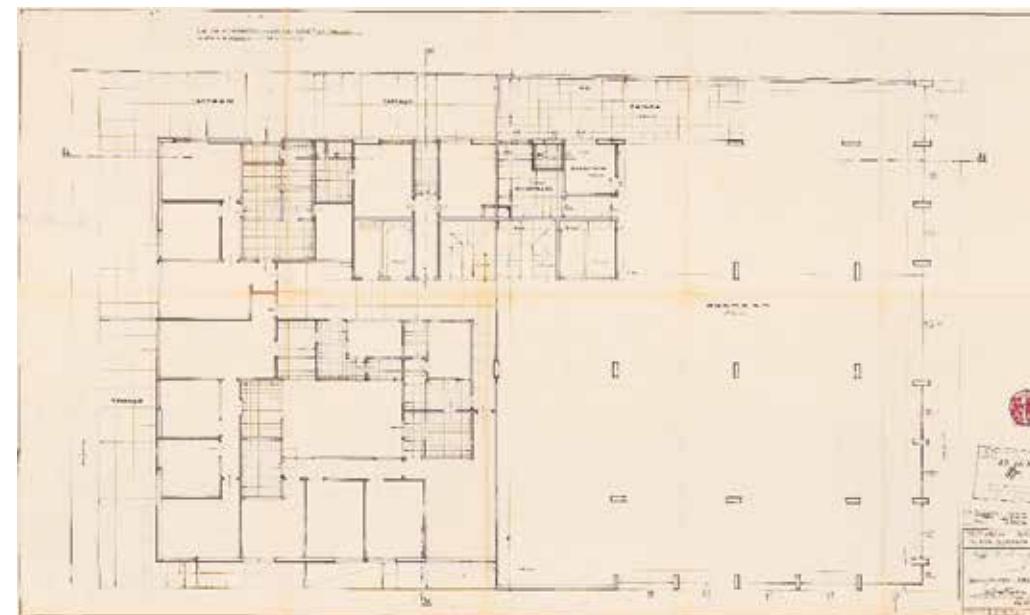
O Edifício Manchester possui 14 pavimentos com uso misto – residencial, comercial e de serviços – e foi construído entre as ruas do Príncipe e São Joaquim. No pavimento térreo distribui-se uma galeria comercial com lojas voltadas para a rua e lojas internas ao longo da passagem que liga as ruas do Príncipe e São Joaquim, configurando um espaço semipúblico e proporcionando permeabilidade urbana. O térreo ativo, com comércio e serviços, é uma solução também utilizada por Rubens Meister no Hotel Colon, edifício vizinho, que deriva dos princípios da arquitetura moderna nas edificações inseridas no contexto urbano. Este conceito decorre da premissa de que o uso misto (residencial, comercial e de serviços) garante à população que habita os edifícios – ou no caso do Hotel Colon, seus hóspedes – o fornecimento de serviços necessários de maneira

facilitada, solução vista em outra escala nas *superquadras* de Lúcio Costa projetadas em Brasília.

Outro ponto é a permeabilidade urbana. O térreo oferece uma circulação que liga as duas vias para as quais o edifício possui fachada, um recurso que existe em outras edificações pelos arredores e promove a facilidade de percorrer pela malha urbana, privilegiando quem transita pedonalmente. Esta circulação entre as lojas do Edifício Manchester possui pé direito duplo, configurando assim a disposição do segundo pavimento, no qual estão as sobrelojas. O segundo pavimento é configurado em dois blocos, que se desenvolvem sobre as lojas, ligados por um patamar central em frente da escada principal. Quatro salas são duplex, com acesso interno ao andar superior. A edificação possui, assim, dez salas comerciais no térreo e seis salas na sobreloja.

A partir do terceiro pavimento, a planta se divide de maneira que um lado não tem acesso ao outro. No terceiro pavimento, o lado voltado para a Rua São Joaquim está distribuído em garagem, incineradora e a sala do garagista. E no lado voltado para a Rua do Príncipe estão quatro apartamentos tipo que possuem terraços, o que hoje se costuma chamar de *Giardino*, ou seja, apartamentos com uma área externa descoberta (Figura 58).

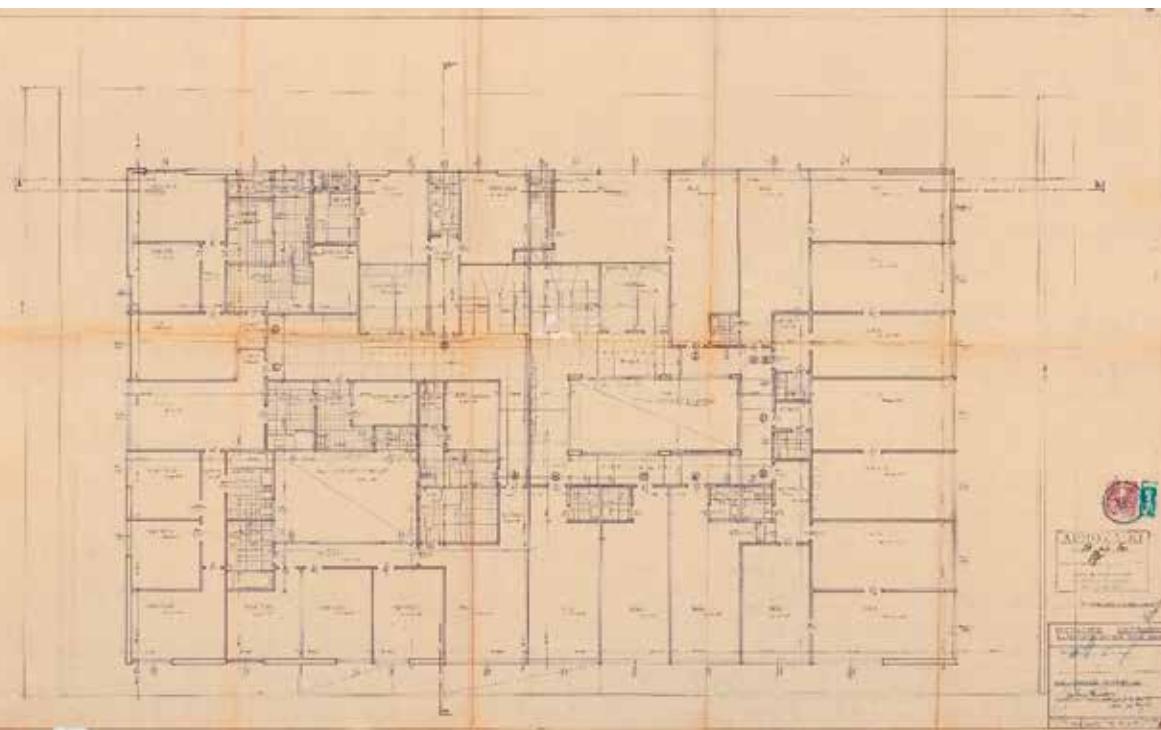
Figura 58 – Planta baixa do terceiro pavimento do Edifício Manchester



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Do quarto ao nono pavimento estão os pavimentos tipo, configurados pelos apartamentos com a mesma disposição do terceiro pavimento; mas na parte voltada para a Rua São Joaquim, estão distribuídas oito salas comerciais. São quatro configurações de apartamento tipo, A, B, C e D. O apartamento A possui um dormitório; o apartamento B, dois dormitórios; e os apartamentos C e D, três dormitórios. Todos possuem sala, cozinha, banheiro social, vestíbulo e área de serviço. Os apartamentos C e D possuem quarto e banheiro de serviço (Figura 59).

Figura 59 – Planta baixa dos pavimentos tipos (4º ao 9º andar) do Edifício Manchester



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

O décimo andar foi modificado para ser ocupado pela Rádio Cultura S/A, e a parte onde se localizavam salas comerciais foi ajustada para que se adequasse ao programa de necessidades da rádio. No 11º pavimento, a planta original foi modificada para abrigar o “Terraço Tupy”, também numa parte projetada para salas comerciais. O terraço possuía sala de reuniões, espaço para leitura, estar, área de jogos e uma ilha projetada para funcionar como bar.

No edifício ainda estavam presentes o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Joinville, no nono andar, o Banco do Estado de São Paulo, que se instalou no terceiro andar, e a Associação Empresarial de Joinville (ACIJ), que foi responsável pela inauguração do edifício em 24 de julho de 1970, com a presença do então Ministro

da Fazenda, Delfim Netto. Nomes como Rodrigo de Oliveira Lobo, senador federal, também possuíam apartamentos no edifício¹³.

Figura 60 – Edifício Manchester, fachada da Rua do Príncipe



Fonte: Foto da autora (2022)

¹³ Projeto para adequação de apartamentos para Rodrigo de Oliveira Lobo, além de solicitações ao Departamento Urbanísticos, disponível na documentação obtida no Arquivo Histórico de Joinville.

Como solução arquitetônica para iluminação e ventilação das áreas molhadas dos apartamentos C e D e do *hall* das salas comerciais, projetou-se um eixo vertical que perpassa todo o edifício, até sua cobertura, permitindo a entrada de luz natural e a ventilação destes locais. Nos apartamentos, as janelas encontram-se voltadas para este espaço e no *hall* das salas comerciais há elementos vazados que permitem a entrada de luz e a circulação de ar.

Em sua fachada, os pilares demarcam o ritmo das esquadrias. No térreo e na sobreloja, as aberturas de vidro são as vitrines. No terceiro pavimento, os cobogós fazem o fechamento dos terraços, permitindo ventilação e iluminação. O volume do corpo principal do edifício é composto por um jogo ritmado de esquadrias, que se sobressaem por seu acabamento preto nos fechamentos de vidro. O destaque são as linhas verticais que surgem por meio da pintura branca entre as esquadrias, proporcionando uma sensação de maior estatura, alongando as visuais do prédio. Em sua fachada para a Rua São Joaquim, os cobogós são substituídos por um muro de menor estatura, fechando a garagem (Figura 61).

Figura 61 – Edifício Manchester, fachada da Rua São Joaquim



Fonte: Foto da autora, 2022

O edifício marcou, e ainda marca, a paisagem urbana da cidade de Joinville. Sua construção representa um momento de grande expansão econômica da indústria joinvilense e suas instalações foram utilizadas por representantes deste crescimento. Na “cidade do trabalho”, o Edifício Manchester é uma materialização deste discurso, simbolizando a robustez e imponência da imagem da cidade que se gostaria de passar.

Além disso, seu projeto implementa características da arquitetura moderna brasileira, como os elementos vazados, o térreo ativo, a permeabilidade urbana, soluções para conforto térmico e fachada com aberturas maiores.

Levando-se em consideração os itens descritos, pode ser atribuído ao bem um valor urbanístico, dada a sua importância na legibilidade e imagem da cidade, um valor arquitetônico, por suas características projetuais e um valor histórico-cultural, dado

o contexto social em que foi construído e sua singularidade, que qualifica os demais valores atribuídos.

Residência Schneider

A residência projetada por Rubens Meister para Carlos F. A. Schneider, fundador da empresa Ciser, está localizada na servidão Fritz Alt e é um exemplar da maestria de Meister. Implantada em um terreno alto com topografia acidentada, a residência tira partido dos desniveis para se projetar em balanços, exibindo a racionalização de sua estrutura¹⁴ (Figuras 62 a 66).

A casa é desenvolvida em três blocos, formando um 'H' (Figura 62). Na área central, está a entrada principal da residência, que leva a uma espaçosa sala de estar da qual é possível ver o jardim e a área da piscina. No lado direito está a área íntima, com uma suíte, três quartos, dois banheiros e uma sala de costura. Pelo lado esquerdo tem-se o acesso para o subsolo, no qual está a garagem e uma adega. No pavimento térreo, se distribui a sala de jantar, sala de estar íntima, copa, cozinha, lavanderia, despensa, quarto e banheiro de serviço e depósito.

Figura 62 – Vista aérea da residência



Fonte: AsBEA-SC (2022, p. 163)

¹⁴ Ficha de análise de Projeto Arquitetônico disponível no Apêndice F, p. 203.

Figura 63 – Fachada frontal da residência. Entrada para a sala de estar principal

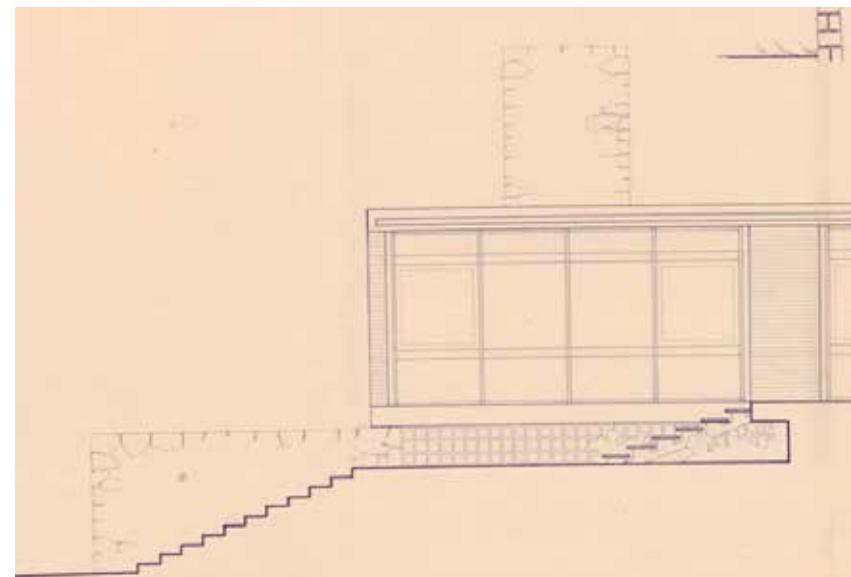


Fonte: AsBEA-SC (2022, p. 163)

O projeto arquitetônico favorece soluções interessantes. Na circulação da área íntima, que fica no centro do bloco sem contato com a área externa, Meister projetou uma iluminação zenital, por meio de uma claraboia no telhado, levando iluminação natural

para o corredor de acesso aos quartos. Já na garagem, entre a laje do pavimento superior e o patamar da escada de acesso, foram instalados cobogós, permitindo assim a ventilação cruzada no ambiente (Figura 64). Este também foi o recurso para o depósito, no pavimento térreo, que possui uma de suas paredes erguidas com elementos vazados.

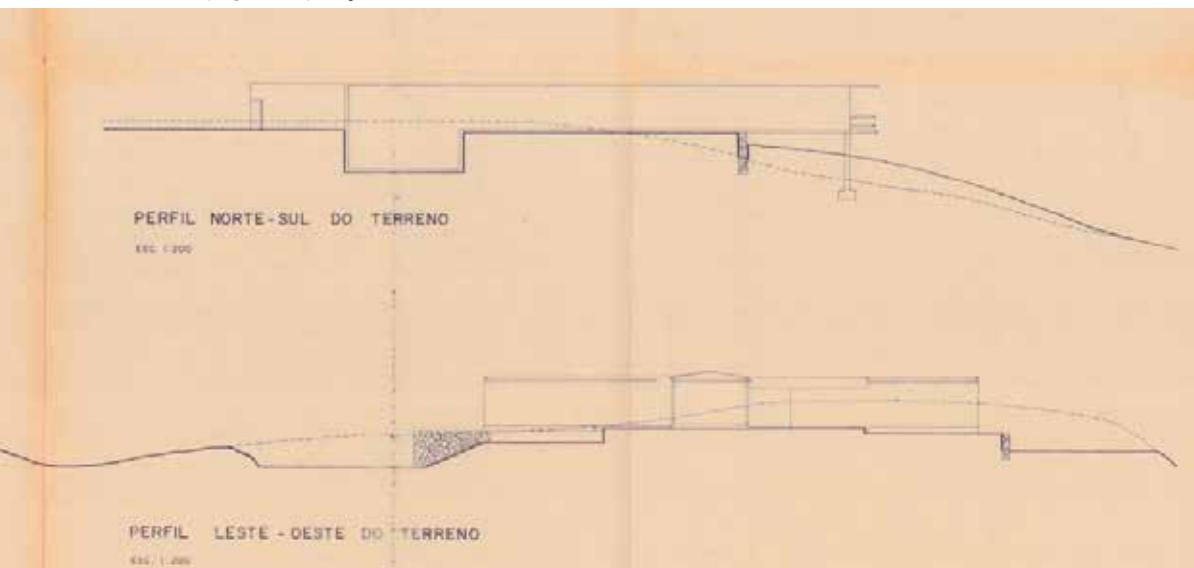
Figura 64 – Parte do desenho da fachada, projetada por Meister. Abaixo da esquadria é possível ver o desenho dos cobogós da garagem



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

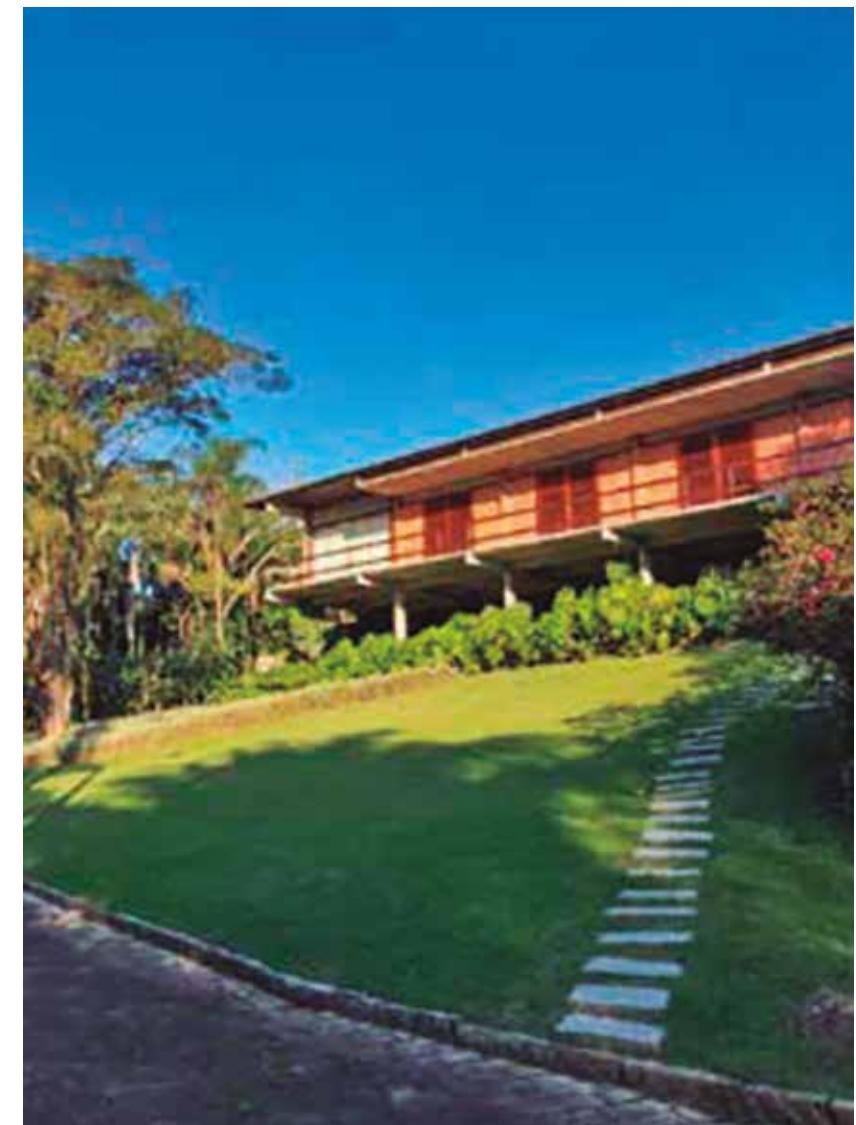
A apropriação do desnível do terreno pode ser entendida na Figura 65. O arquiteto aproveitou a topografia para criar um volume semienterrado para a garagem, com paredes de pedra que servem também para contenção. Nesta base, com um visual pesado, a casa parece repousar sobre os volumes da garagem e do terreno. Na extremidade do bloco da área íntima, este volume é levado em balanço; e Meister utilizou o paisagismo do jardim para dar a sensação de leveza, como se todo o bloco pairasse sobre o jardim (Figura 66).

Figura 65 – Alteração do perfil do terreno feito por Meister, indicação dos cortes da topografia e posição da residência no terreno.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Figura 66 – Fotografia da fachada do bloco de área íntima



Fonte: AsBEA-SC (2022, p. 163)

Em todas as áreas da residência há um jogo de interno-externo. Na sala principal, o jardim adentra ao ambiente pelas laterais da lareira, e mesmo separado pelo vidro da esquadria dá a impressão de continuidade. A sala possui visual para a área da piscina e para o jardim. A ligação entre o bloco central e o bloco da área íntima é feita por um corredor que possui suas laterais com esquadrias em vidro, tendo permeabilidade visual para o jardim e para o terraço. Assim também, a copa, a sala de jantar, a lavanderia e a despensa possuem aberturas para o jardim e para o espelho d'água.

A disposição volumétrica dos blocos no terreno muito se assemelha às obras de Frank Lloyd Wright, que, assim como Meister nesta residência, valia-se da topografia e do entorno para projetar suas residências. A utilização enfática das linhas horizontais no projeto alude à sensação de repouso, como se as formas se acomodassem, transmitindo a sensação de “tranquilidade doméstica”, tal qual descreve Roth (2017, p. 61).

Os materiais utilizados como acabamento na residência se assemelham muito aos de outros projetos de Meister: pedra, madeira, tijolo e concreto aparente, adotados também nos acabamentos do Pavilhão da Expoville e dos prédios administrativos da Ciser (Figura 67) (AsBEA-SC, 2022). Projetados por Meister nas décadas de 1970 e 1980, os edifícios que abrigam as atividades administrativas da Ciser possuem as mesmas soluções visuais, se assemelhando à residência do proprietário da empresa.

Figura 67 – Edifícios administrativos da Ciser, projetados por Meister



Fonte: Google StreetView (2021)

Meister teve uma extensa produção na cidade de Joinville, e em seu portfólio constam edifícios como os da Expoville, do Hotel Colon, do Cine Colon, da Rodoviária de Joinville, além dos projetos para Carlos Schneider, entre outros. Formado pela UFPR em engenharia civil, foi aprovado no curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, mas optou por não seguir os estudos. Meister recebeu o título de Arquiteto Honorário, concedido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 1997 (AsBEA-SC, 2022). O engenheiro-arquiteto tem uma vasta produção arquitetônica pública e privada nos estados do Paraná e Santa Catarina.

Nesta esteira, pode-se fazer algumas conjecturas quanto à valoração desta edificação. A residência foi projetada para Carlos Schneider, figura relevante na industrialização da cidade, retornando ao tratamento como relíquia, segundo Heinich (2009). Como dito, Meister também projetou os edifícios administrativos da Ciser, além de outras edificações importantes no contexto urbano, o que potencialmente pode ser entendido como um conjunto das obras do arquiteto. Além disso, a residência apresenta soluções arquitetônicas

que respondem tipologicamente à arquitetura moderna: disposição de volumes, utilização do entorno, integração paisagística, traço simples e materiais aparentes, configurando seu valor arquitetônico.

Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) possui um papel fundamental na preservação do patrimônio arqueológico de Joinville e região¹⁵ (Figuras 68 e 69). Segundo Adriana Maria Pereira dos Santos (2005), Especialista Cultural em Preservação e Restauro do MASJ, a região Nordeste do estado de Santa Catarina possui um considerável número de sítios arqueológicos de tipologia sambaqui. Joinville possui 39 sambaquis, e destes, onze estão dentro do perímetro urbano. Em toda a Baía da Babitonga, que abrange os municípios de Araquari, São Francisco do Sul, Barra do Sul, Itapoá, e Garuva, o MASJ possui registrados 161 sítios arqueológicos, e há outros 24 presentes na literatura que ainda possuem sua localização desconhecida, revelam a arqueóloga Dione da Rocha Bandeira, o geógrafo, Eloy Labatut de Oliveira e Adriana Souza (2009), profissionais da equipe do museu.

A unidade museológica, localizada na área central da cidade, atua sob a tutela do município de Joinville e concentra os esforços para a defesa do patrimônio arqueológico na região, realizando pesquisa, preservação, comunicação e a guarda permanente do material oriundo da região, informa o arqueólogo Diego Lemos Ribeiro (2014).

Figura 68 – Museu Arqueológico de Sambaqui, 1980. Fotografia presente em uma fotolembança da cidade de Joinville.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

A sede do MASJ foi inaugurada em 1972, porém seu percurso teve início anos antes. A edificação foi construído com o intuito de abrigar o acervo do pesquisador Guilherme Tiburtius, comprado pela administração pública em 1963, e seu ato regulamentador data de dezembro de 1969, com a aprovação da Lei municipal n. 1.042. Desde que foi inaugurado, o museu se tornou referência por guardar um importante acervo arqueológico e realizar diversas pesquisas, possuindo um caráter inovador na criação de um serviço educativo.

O edifício foi construído exclusivamente para ser museu. Segundo a doutora em Educação Elizabete Tamanini (2003), comumente eram utilizados espaços e edifícios, por vezes patrimonializados, para receber o acervo e abrigar exposições. Entretanto, a sede do MASJ foi projetada para abrigar as necessidades do museu, seu acervo, pesquisas e dar suporte aos programas educacionais realizados pela instituição.

¹⁵ Ficha de análise de Projeto Arquitetônico disponível no Apêndice G, p. 204.

Figura 69 – Detalhe da fachada, janelas do auditório do MASJ

Fonte: Foto da autora, 2023

O projeto para o museu é de autoria de Sabino Barroso, em parceria com o museólogo Alfredo Teodoro Rusins, do IPHAN, e teve sua execução realizada pela Prefeitura Municipal de Joinville. Sabino foi estagiário de Oscar Niemeyer, na década de 1950, fazendo parte da equipe que realizou os projetos para Brasília. Em 1965, o arquiteto passou a atuar junto ao IPHAN, onde foi diretor. Seus primeiros trabalhos dentro do instituto foram estudos para implantação de edificações junto às Ruínas de São Miguel das Missões e o projeto para o Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, conforme o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ) (2021).

Em um amplo terreno com formato triangular no encontro das ruas Dona Francisca e Dr. Albano Schulz, a edificação se ergue em dois blocos, formando um 'L' espelhado (Figuras 70, 71 e 72).

Tirando proveito do formato do terreno, a esquina tem um trabalho paisagístico com espelho d'água e escultura.

Figura 70 – Área externa do MASJ, esquina das ruas Dona Francisca e Dr. Albano Schulz

Fonte: Foto da autora (2023)

Figura 71 – Área externa do MASJ, acesso ao espaço expositivo e ao auditório

Fonte: Foto da autora (2023)

Figura 72 – Área externa do MASJ, acesso ao espaço expositivo e ao auditório



Fonte: Foto da autora (2023)

Os blocos são conectados pelo jardim, que se desenvolve desde a parte exterior do edifício, adentrando pela passagem entre eles. No bloco com testada para a Av. Dr. Albano Schulz estão dispostos: sala para exposição permanente (Figura 73) e para exposição temporária, secretaria, sala do diretor, laboratório, oficina, depósito e área de carga e descarga.

Figura 73 – Sala de exposição permanente



Fonte: Foto da autora (2023)

O bloco posterior, com testada para a Rua Dona Francisca, possui um pátio central sem cobertura (Figura 74), no lado direito estão um auditório e a biblioteca, e no lado esquerdo estão dispostos quartos e sanitários, além de um pequeno apartamento para o zelador.

Figura 74 – Pátio interno; no lado esquerdo está localizado o auditório



Fonte: Foto da autora (2023)

Suas fachadas prezam por linhas simples. Na fachada para a rua Dona Francisca, a composição compreende grandes planos brancos pontuados por pequenas aberturas em vidro, equidistantes. Há um detalhe chanfrado em volta das esquadrias, afastando os vidros da face principal, como se estivessem cravadas na parede (Figura 75). Na fachada para a Av. Dr. Albano Schulz, o plano branco se repete, as linhas verticais configuram o ritmo das esquadrias, que estão recuadas da face externa, como em um nicho, com um anteparo de alvenaria que configura uma face horizontal na fachada (Figuras 76 e 77). Este anteparo forma o espaço para a exposição do acervo permanente na parte interior do edifício, a qual segue as modulações do exterior. A platibanda, escondendo o telhado, dá a forma cúbica aos volumes. O museu se configura em blocos geométricos dispostos pelo terreno e permeados pelo paisagismo.

Figura 75 – Detalhe da fachada, janelas do auditório do MASJ



Fonte: Foto da autora (2023)

Figura 76 – Fachada Av. Dr. Albano Schulz



Fonte: Foto da autora (2023)

Figura 77 – Fachada Av. Dr. Albano Schulz



Fonte: Foto da autora (2023)

A sede do MASJ possui um estreito vínculo com a preservação do patrimônio arqueológico, sendo um edifício símbolo do trabalho realizado, centralizando em suas dependências as ações em torno deste patrimônio. O MASJ, como espaço físico, é a referência material do desenvolvimento científico desde a década de 1970.

Seus aspectos arquitetônicos expressam “qualidades significativas”, visto sua qualidade projetual e funcionalidade; representam “ períodos históricos”, dada a relevância da arquitetura moderna no contexto local e nacional, apresentando uma composição de materiais que resulta em uma “coerência tipológica”. São estes os critérios postos em leis para a atribuição de valor arquitetônico nos bens culturais. Para além, o edifício é um marco referencial, qualificando a malha urbana, e reflete valores histórico-culturais, evidenciando o conjunto de ações na proteção de uma “manifestação cultural” e de uma “forma de vida”, conforme termos da citada Lei Complementar Municipal n. 363, de Joinville (2011).

Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior

A Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior abriu suas portas em 1973, com o objetivo de ser uma unidade educativo-cultural, oferecendo aulas de formação em artes visuais, dança, música e teatro (Figura 78). Sob sua gerência estão a Escola de Artes Fritz Alt, a Escola Municipal de Ballet, a Escola Municipal de Teatro, a Escola de Música Villa-Lobos, a Galeria Municipal de Arte Victor Kursancew (Figura 79) e o Programa de Extensão Comunitária.¹⁶

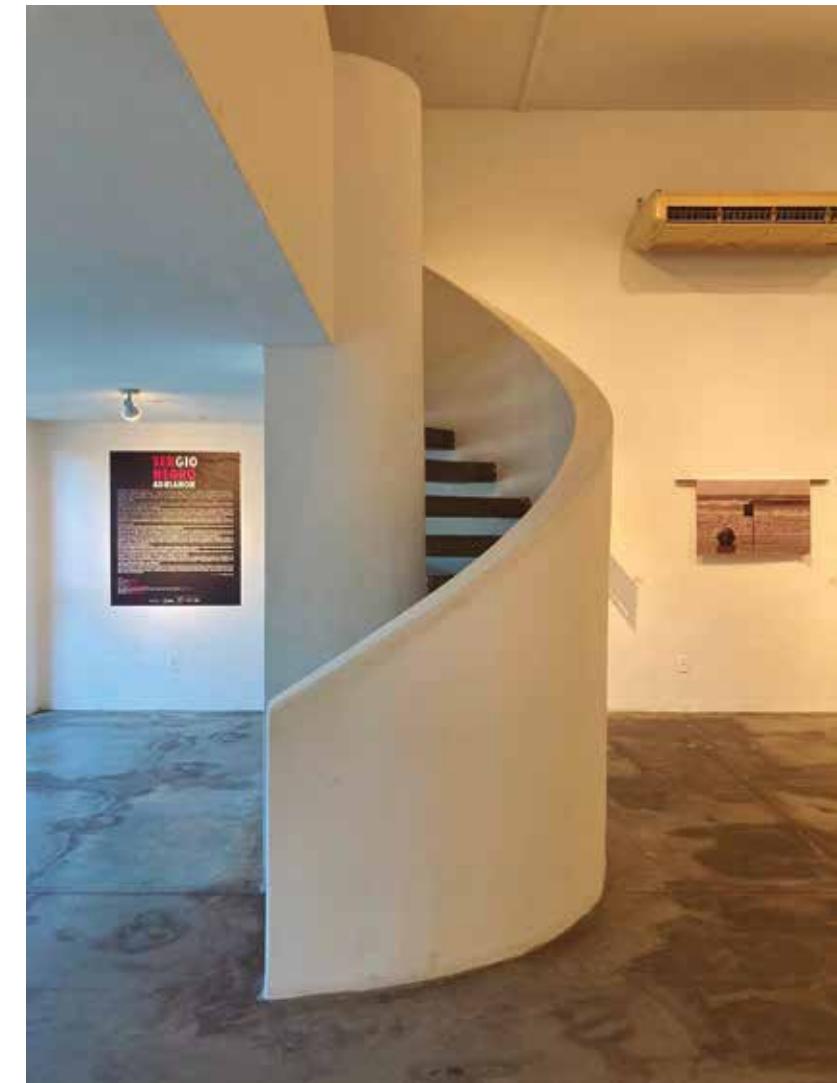
¹⁶ Ficha de análise de Projeto Arquitetônico disponível no Apêndice H, p. 205.

Figura 78 – Acesso principal da Casa da Cultura



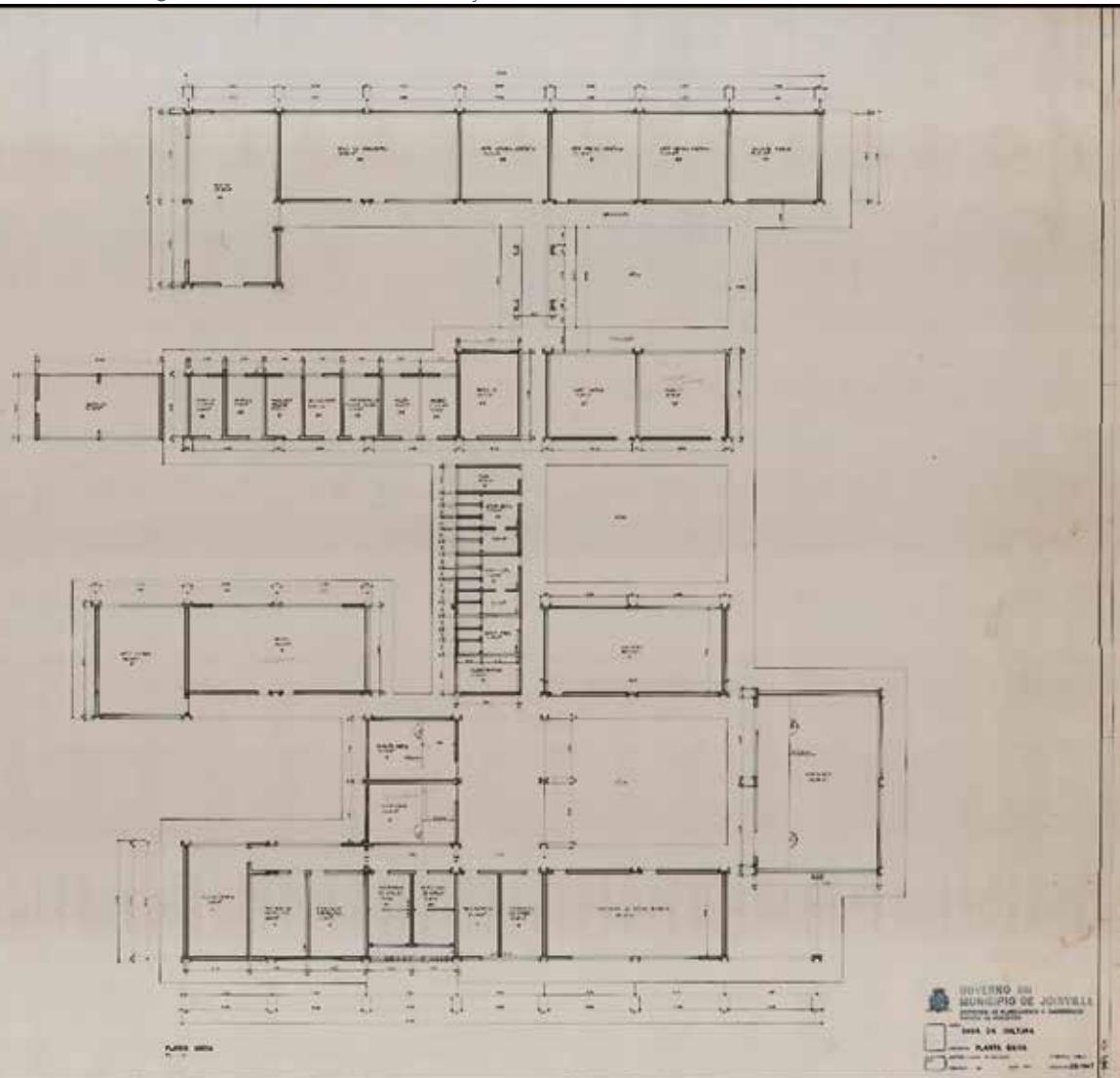
Fonte: Divulgação/Prefeitura Municipal de Joinville

Figura 79 – Fotografia interna, Galeria Municipal de Arte Victor Kursaceous



Fonte: Foto da autora (2022)

A edificação foi projetada para abrigar as diferentes necessidades das escolas que atuam no espaço. O projeto foi realizado por arquitetos da Prefeitura Municipal de Joinville e passou por várias fases projetuais e de estudos (Figuras 80, 81 e 82).

Figura 80 – Planta Baixa das instalações da Casa da Cultura

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Figura 81 – Pátio interno, bloco com atividades administrativas

Fonte: Foto da autora (2023)

Figura 82 – Fachada interna, bloco administrativo

Fonte: Foto da autora (2023)

O projeto dispõe de blocos organizados em torno de pátios, ligados por uma cobertura (Figura 83). Toda a circulação se dá na passagem entre os blocos ou nas passagens externas, porém cobertas (Figura 84). Os espaços acontecem em um único pavimento, onde se encontram a sala de exposições, salas da escola de artes, secretarias, direção, sala dos professores, salas para pintura, sala para *ballet*, salas para oficina de cerâmica, sala para teatro, salas de música, auditório, sanitários, copa e almoxarifado.

Figura 83 – Pátio interno; ao fundo a galeria



Fonte: Foto da autora (2023)

Figura 84 – Circulação entre blocos

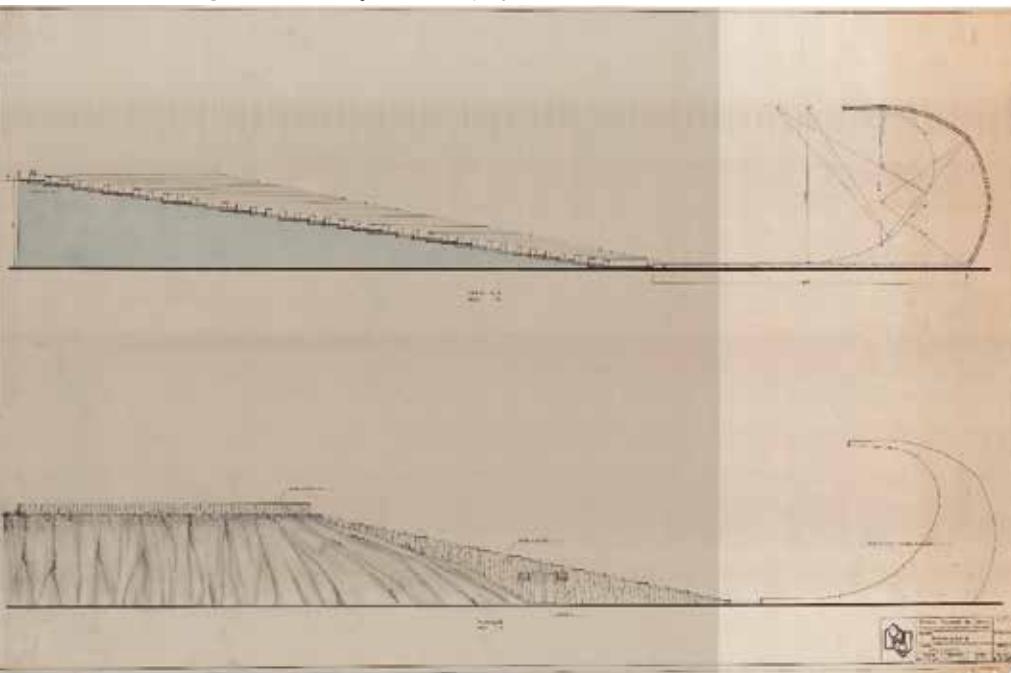


Fonte: Foto da autora (2023)

Nos documentos acessados, constam estudos para a implantação de uma concha acústica, localizada a leste da edificação, em uma área com desnível (Figura 85), e dois estudos para um auditório. As propostas são distintas, porém ambas de grande porte. A primeira, localizada a oeste no terreno, faz parte do complexo

existente e utiliza o terreno onde hoje está o AHJ. Junto com o auditório, serão construídos *hall*, sanitários, chapelaria e parte técnica. Nesta proposta estuda-se também a ampliação do número de salas de aula. A segunda, de 1997, também está localizada a oeste, entre as edificações do AHJ e da Galeria Municipal de Arte Victor Kursancew, parte existente das instalações da Casa da Cultura. A proposta engloba a estrutura para o palco e uma praça. Estas expansões não foram concretizadas, mas há de se pressupor a relevância que haveria nestes espaços culturais junto a uma escola de formação artística.

Figura 85 – Elevação e corte, projeto Concha Acústica



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

A Casa da Cultura é uma importante instituição no cenário cultural da cidade, promovendo formação em diferentes áreas de maneira acessível à população. Suas instalações dão aporte físico

para o trabalho realizado junto à comunidade. O edifício, projetado para desempenhar de maneira ideal suas funções, possui soluções projetuais já expostas anteriormente, como a integração paisagística, o jogo da disposição e volumes sólidos, linhas retas, o assentamento horizontal dos blocos que compõem a edificação, a permeabilidade e a conexão entre externo e interno. Seu valor arquitetônico é ampliado por seu valor cultural, vide o trabalho que é desenvolvido desde a década de 1970 na instituição.

Circuitos pela arquitetura moderna de Joinville

Como um dos desdobramentos e produtos desta pesquisa, foram produzidos roteiros pela malha urbana tendo o objetivo de aproximar a comunidade com as edificações estudadas. Considerando-se que, neste estudo, o patrimônio foi defendido como enraizado na esfera pública, especialmente quando reconhecido e vivenciado pela comunidade à qual pertence, o intuito foi criar percursos para que os cidadãos possam conhecer um pouco mais das histórias desses edifícios e ter uma aproximação com tais bens, entendidos aqui como bens culturais.

A partir do levantamento e mapeamento dessas edificações, foram delineadas três rotas que apresentam aos moradores e visitantes da cidade diversas produções da arquitetura moderna. As rotas propostas acontecem na região central da cidade, por ser uma região de fácil acesso, de grande movimentação pedonal, e por apresentar em meio ao centro histórico da cidade esses símbolos do processo de modernização da arquitetura.

As rotas foram planejadas da seguinte forma: Rota 01, na extensão da Rua do Príncipe e seu entorno imediato; Rota 02, em torno do terminal urbano central; e Rota 03, no decorrer da Avenida Beira Rio. As rotas se comunicam e são próximas, podendo ser efetuadas a pé, de bicicleta e até de carro – mesmo sendo altamente não recomendada esta última opção.

Rota 01

Mapa 02 – Percurso e edificações da Rota 01



Fonte: Google MyMaps, editado pela autora (2023)

Quadro 02 – Lista das edificações que compõem a Rota 01

1		<i>Agência do Banco do Brasil</i> R. Luiz Niemeyer, 54 – Centro 26°17'55.8"S 48°50'41.4"W
2		<i>Sede da Claro / Embratel</i> R. do Príncipe, 12 – Centro 26°17'57.4"S 48°50'43.1"W
3		<i>Edifício comercial/Residencial</i> R. do Príncipe, 17 – Centro 26°17'59.8"S 48°50'43.4"W
4		<i>Justiça Federal</i> R. do Príncipe, 123 – Centro 26°18'00.5"S 48°50'42.5"W
5		<i>Edifício Manchester</i> R. do Príncipe, 330 – Centro 26°18'07.3"S 48°50'44.5"W
6		<i>Edifício Beirute</i> R. do Príncipe, 387 – Centro 26°18'09.5"S 48°50'43.2"W

7		<p><i>Hotel Colon Palace</i> R. São Joaquim, 80 – Centro 26°18'08.6"S 48°50'46.4"W</p>
8		<p><i>Residencial Fauhy</i> R. Cmte. Eugênio Lepper, 97 – Centro 26°18'09.9"S 48°50'47.8"W</p>
9		<p><i>Biblioteca Pública Municipal Prefeito Rolf Colin</i> R. Cmte. Eugênio Lepper, 60 – Centro 26°18'07.7"S 48°50'48.6"W</p>
10		<p><i>Antiga Sede do Banco do Brasil</i> R. Eng. Niemeyer, 87 – Centro 26°18'11.0"S 48°50'47.4"W</p>
11		<p><i>Edifício Bonneville</i> R. Jacob Richlin, 13 – Centro 26°18'13.7"S 48°50'45.1"W</p>
12		<p><i>Caixa Econômica Federal</i> R. do Príncipe, 547 – Centro 26°18'14.8"S 48°50'43.4"W</p>
13		<p><i>Catedral São Francisco Xavier</i> R. do Príncipe, 724 – Centro 26°18'19.6"S 48°50'44.1"W</p>

Rota 02

Mapa 03 – Percurso e edificações da Rota 02



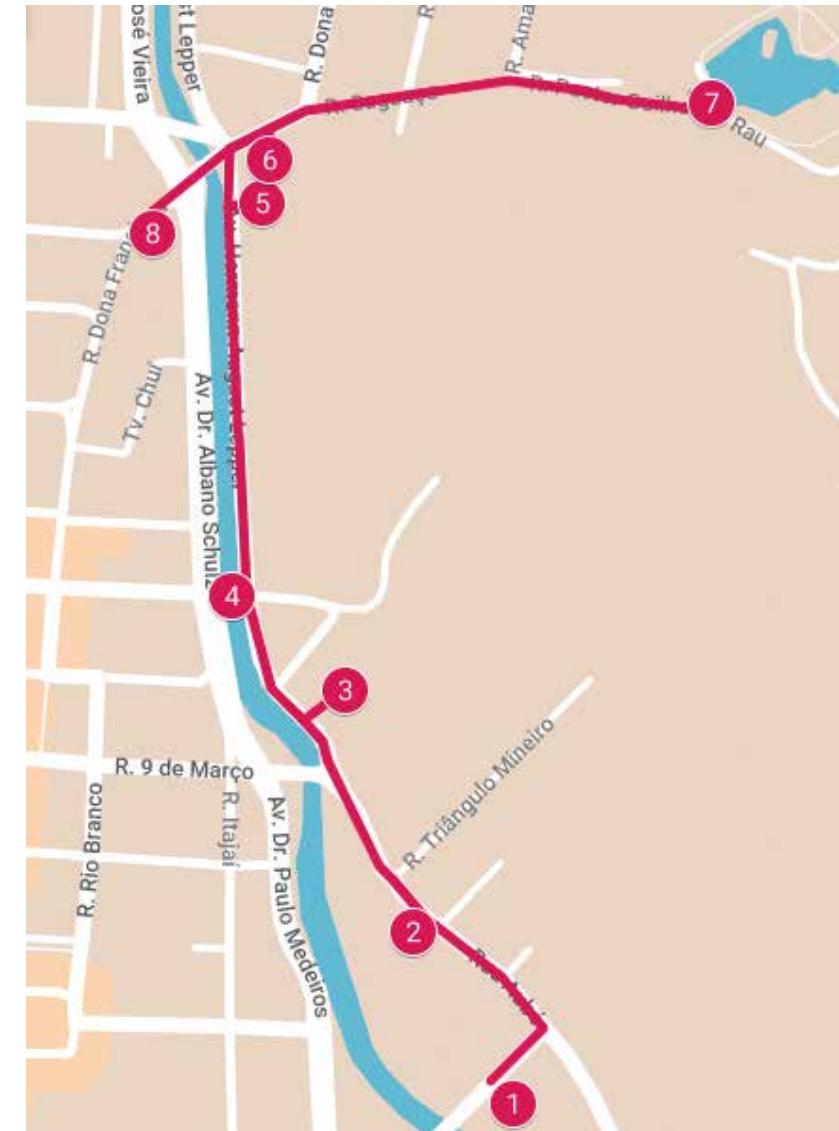
Fonte: Google MyMaps, editado pela autora (2023)

Quadro 03 – Lista das edificações que compõem a Rota 02

1		<i>Antiga Sede Central dos Correios</i> R. Quinze de novembro, 475 – Centro 26°18'01.7"S 48°50'33.8"W
2		<i>Ginásio Abel Schulz</i> R. Rio Branco, 54 – Centro 26°18'03.9"S 48°50'36.1"W
3		<i>Terminal Central de Joinville</i> R. 9 de Março, 1351 – Centro 26°18'04.9"S 48°50'40.2"W
4		<i>Sede do Instituto Nacional Seguro Social (INSS)</i> R. 9 de Março, 241 – Centro 26°18'06.8"S 48°50'36.5"W
5		<i>Edifício Comercial</i> Tv. Dr. Norberto Bachmann, 134 – Centro 26°18'07.2"S 48°50'41.7"W

Rota 03

Mapa 04 – Percurso e edificações da Rota 03



Fonte: Google MyMaps, editado pela autora (2023)

Quadro 04 – Lista das edificações que compõem a Rota 03

1		<i>Ciser – Prédio do Administrativo</i> R. Carlos Frederico Adolfo Schneider, 70 – Centro 26°18'18.4"S 48°50'20.7"W
2		<i>Ciser – Edifício na rua Aubé</i> Rua Aubé, 330 – Saguaçu 26°18'12.3"S 48°50'24.0"W
3		<i>Prefeitura Municipal de Joinville</i> Av. Hermann August Lepper, 10 – Saguaçu 26°18'03.5"S 48°50'26.8"W
4		<i>Ponte Dona Helena Trinks Lepper – Ponte Azul</i> R. Princesa Isabel – Centro 26°17'60.0"S 48°50'31.5"W
5		<i>Arquivo Histórico de Joinville</i> Av. Hermann August Lepper, 650 – Saguaçu 26°17'45.6"S 48°50'30.3"W
6		<i>Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior</i> R. Dona Francisca, 800 – Saguaçu 26°17'43.9"S 48°50'29.9"W

7		<i>CRAJE – Clube de Radioamadores de Joinville</i> R. Saguaçu, 365 – Saguaçu 26°17'41.5"S 48°50'12.8"W
8		<i>Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville</i> R. Dona Francisca, 600 – Centro 26°17'46.7"S 48°50'34.7"W

O intuito destes roteiro é trazer conhecimento, a fim de agregar valor aos bens. Conforme Souza, Abrantes e Rother (2018, p. 84), o trabalho para uma educação patrimonial favorece “desenvolver, instigar e vislumbrar múltiplos senso de pertencimento”, permitindo um diálogo com o público, que se reverte em ações afirmativas e de “corresponsabilidade coletiva”, ampliando a dimensão cidadã e econômica da cultura.

Como maneira de viabilizar a divulgação, o trabalho foi iniciado com a Rota 01, escolhida por se ter acesso maior aos dados das edificações e apresentar diferentes tipologias no centro histórico da cidade. Para aproximar a teoria da prática, foram consideradas duas oportunidades distintas para a divulgação da rota. A primeira, com a maneira habitual de se divulgar rotas turísticas, por meio de um folder, o qual pode ser distribuído de diversas maneiras, além de ser disponibilizado *online*.

Como uma forma de intervenção na cidade, foram adesivados em frente e no entorno dos edifícios presentes nesta rota códigos QR-Code, os quais direcionam a um *site* (Figuras 86 e 87) em que se apresenta o edifício em questão e os outros pertencentes ao roteiro do qual foi escaneado o código¹⁷. A proposta é uma provocação,

¹⁷ Disponível em <https://rotasarqmoderna.wixsite.com/circuito-arq-moderna>.

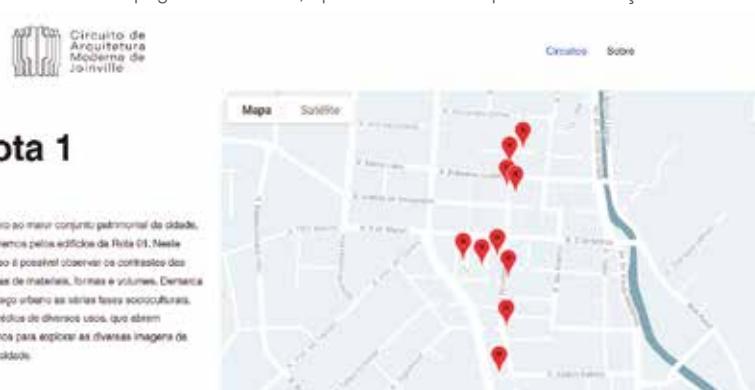
para uma interação dos elementos da cidade com os transeuntes por meio da tecnologia.

Figura 86 – Parte da página inicial do site



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Figura 87 – Parte da página da Rota 01, apresentando o mapa e as edificações



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Ao escanear o código, o endereço leva ao local no qual o usuário está no momento e são sugeridos os próximos passos. Nesta página, estão fotografias e, quando possível, dados sobre as edificações.

Como estes edifícios não possuem um longo acervo de fotografias, informações, menções em documentos etc., foi projetado na página do site um espaço para envio de comentários, com a intenção de instigar quem percorreu pelos edifícios a deixar suas sensações ao interagir com as obras, para que se possa encontrar fontes com informações que subsídiam futuros estudos.

Esta proposta tem possibilidades de expansão, com a divulgação das Rotas 02 e 03, apresentando diversas possibilidades de trajetos urbanos, podendo se desdobrar em outros meios de divulgação e promoção destes percursos.

Tal proposição é um caminho para evidenciar essas edificações pela malha urbana, aproximando-as da comunidade, reforçando sua importância na imagem da cidade e explorando os critérios de valor que podem ser atribuídos a esses bens.

Um Final para este Percurso...

A inquietação que direcionou esta pesquisa veio do fato de as edificações modernas estarem à margem dos processos de salvaguarda. Logo, quais valores poderiam ser empreendidos em seu favor?

Um dos objetivos deste estudo foi apresentar o conjunto de obras arquitetônicas modernistas situadas na cidade de Joinville, com o intuito de demonstrar seu caráter cultural, de transmissão e de qualificação da malha urbana. As edificações aqui apresentadas representam dinâmicas socioculturais, a organização da cidade, além de possuírem atributos arquitetônicos como coerência tipológica, composições formais, materiais, entre outros.

A arquitetura, como aporte para as relações sociais, torna-se um qualificador de identidades. Seu estreito vínculo com o corpo social resulta na transmissão sobre o bem e sobre as relações que acontecem em seu entorno. A inclusão de bens arquitetônicos no rol patrimonial garante sua permanência na comunidade, articulando signos e símbolos que permanecem, material e imaterialmente, na configuração da cidade.

Um dos eixos deste estudo diz respeito à discussão sobre valor patrimonial e aos processos de salvaguarda, porém foram poucas as edificações apresentadas nesta tipologia sob a proteção municipal. Foi constatado, no entanto, que nesses processos pouco se tratou sobre as qualificações como expressões modernistas. Não há argumentações quanto ao que está posto em lei e nem de que maneira esses valores se articulam com o imóvel em questão.

Mesmo possuindo alguns bens sob salvaguarda, é considerável a propensão à patrimonialização de edificações vinculadas aos valores

éticos dos imigrantes. Todavia, a ênfase sobre essas escolhas provoca lacunas, como a gerada pela falta do reconhecimento sobre o valor cultural e patrimonial das edificações da arquitetura moderna, impactando na formação da imagem da cidade. Reverbera também em uma uniformização do que se entende por patrimônio, em detrimento de outras edificações que são elementos testemunhais de uma organização social.

Um outro fator relevante detectado são os entraves causados pela legislação para a realização de pesquisas, os quais impactam diretamente nos estudos sobre a arquitetura moderna, principalmente em cidades como Joinville, em que grande parte das edificações foi construída a partir da década de 1970, e por isso elas possuem restrição de acesso às informações. A falta de visibilidade dessas obras como um produto cultural e de valor histórico ocasiona uma carência de instrumentos efetivos de conservação ou proteção; e junto à crescente especulação imobiliária e à valorização dos lotes, os desfechos são as demolições.

Esta pesquisa possibilitou demonstrar que outros arranjos e novos marcos legitimados pela salvaguarda podem impactar de maneira positiva na legibilidade e na imagem da cidade, com o intuito de inserir novos enredos urbanos por meio do patrimônio, para que esta imagem seja mutável e capaz de interpretações e reinterpretações.

O desenvolvimento da arquitetura moderna joinvilense aconteceu, principalmente, nas décadas da sua pujança econômica, alavancada sobretudo pelo desenvolvimento industrial. Esta produção arquitetônica representa os ideais de modernização da cidade e de sua expansão. Nota-se que, entre as décadas de 1970 e 1980, houve uma demanda de edifícios públicos projetados com a presença de traços modernistas, reverberando até a década de 1990, com a construção da nova sede da Prefeitura, por exemplo. E não somente edifícios públicos, tais quais o AHJ, o MASJ e a Casa da Cultura, apresentados nesta pesquisa, mas também edificações privadas de

grande presença na imagem da cidade, como as obras da Ciser, o Edifício Manchester e as agências bancárias.

A presente pesquisa apresentou, assim, um inventário, realizado por meio de uma inspeção visual pelas ruas da cidade, por estudos e artigos publicados, o qual apresenta as edificações com tipologia moderna em Joinville. Um mapa certamente inacabado, pois novas descobertas acontecem todos os dias. A partir deste inventário, foram selecionadas seis edificações sobre as quais foi possível reunir informações suficientes para uma apresentação mais detalhada. Além disso, outras quatro edificações, cujos projetos estavam disponíveis no AHJ, foram analisadas de forma mais aprofundada, contemplando aspectos arquitetônicos e históricos.

A pesquisa visou estimular e subsidiar futuros estudos sobre essas edificações e apresentá-las como um conjunto, a fim de que despertem o interesse dos setores públicos justamente por constituírem um conjunto de valor patrimonial.

Nesta esteira, como um dos desdobramentos e produtos desta pesquisa, foram desenvolvidos roteiros pela malha urbana com o objetivo de aproximar a comunidade com as edificações estudadas. Nessa perspectiva, como um dos resultados e desdobramentos da pesquisa, foram elaborados roteiros pela malha urbana com o propósito de aproximar a comunidade das edificações estudadas. A proposta foi criar percursos que permitissem aos transeuntes conhecer melhor as histórias desses edifícios e fortalecer a relação com esses bens, aqui compreendidos como bens culturais.

Estes diálogos abrem possibilidades de salvaguarda para estas produções, com um novo olhar para o patrimônio edificado. Manifestar as contribuições desse recorte arquitetônico escolhido para a construção do espaço da cidade e sua imagem, tais como a atribuição à memória coletiva dos transeuntes, e como ele traz outras narrativas às presavações arquitetônicas da cidade, visa abrir caminhos para o entendimento destas obras como bens culturais aptos a serem reconhecidos como patrimônio.

Referências

ALESC – MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA.

Biografia Germano Augusto Lepper. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/346-Germano_Augusto_Lepper. Acesso em: 06 ago. 2025.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. **Correio da Manhã**, 18 mar. 1924. Disponível em: <http://tropicalia.com.br/leituras-complementares/manifesto-da-poesia-pau-brasil>. Acesso em: 06 ago. 2025.

AsBEA-SC, Leticia Wilson (org.). **Grandes Nomes da Arquitetura Catarinense**: arquitetura moderna. Florianópolis: Santa Editora, 2022. Disponível em: <https://grandesnomes.arq.br/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BANDEIRA, Dione da Rocha; OLIVEIRA, Eloy Labatut de; SANTOS, Adriana Maria Pereira dos. Estudo estratigráfico do perfil nordeste do Sambaqui Cubatão I, Joinville/SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 19, p. 119-142, 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Brasília, DF: Casa Civil, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. **Lei n. 3.188, de 2 de julho de 1957**. Brasília, DF: Casa Civil, 1957. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3188.htm. Acesso em: 08 ago. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.

CAU/RJ. **CAU/RJ lamenta a morte do arquiteto e urbanista Sabino Barroso**. 2021. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/cau-rj-lamenta-a-morte-do-arquiteto-e-urbanista-sabino-barroso/>. Acesso em: 09 set. 2024.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia. História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. In: CHUVA, Márcia (org.). **Revista do Patrimônio: histórico e artístico nacional**. 34. ed. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2012. p. 11-24.

COHEN, Jean-Louis. **O futuro da arquitetura desde 1889**: uma história mundial. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CRESPO, Marcelo. Proteção de Dados Pessoais e o Poder Público: noções essenciais. In: CRAVO, Daniela Copetti; CUND, Daniela Zago Gonçalves da; RAMOS, Rafael (org.). **Lei Geral de Proteção de Dados e o Poder Público**. Porto Alegre: Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena; Centro de Estudos de Direito Municipal, 2021. p. 16-28.

FARIAS, Fernanda de Castro; TINEM, Nelci. As Expressões da Modernidade no Brasil: o lugar do Art Déco. **Docomomo Brasil**, out. 2019.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA (FCC). **Tombamentos Estaduais**. 2022.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de Valor**: patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016.

GOTZ, Cleidiane. **Um Novo Olhar Sobre o Mercado Municipal de Joinville**. 2017. Disponível em: <https://medium.com/@dthinkinguniville/um-novo-olhar-sobre-o-mercado-municipal-de-joinville-126720ac5f27>. Acesso em: 06 ago. 2025.

HEINICH, Nathalie. Os Objetos-Pessoas: fetiches, relíquias e obras de arte. **Revista Seropédica**, v. 31, n. 1, p. 159-179, jun. 2009.

HEINICH, Nathalie. O Inventário: um patrimônio em vias de desartificação? **PROA Revista de Antropologia e Arte**, Campinas, SP, v. 5, 2014. DOI: 10.20396/proa.v5i.16486. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/proa/article/view/16486>. Acesso em: 20 ago. 2025.

HEINICH, Nathalie. A Fabricação do Patrimônio Cultural. Tradução de Diego Finder Machado e Fernando Cesar Sossai. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Chapecó, v. 2018/02, n. 32, p. 175-186, jan. 2019.

INSTITUTO INTERNACIONAL JUAREZ MACHADO. **O Espaço**. 2022. Disponível em: <https://institutojuarezmachado.com/o-espaco/>. Acesso em: 06 jan. 2022.

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Salvaguarda**. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/patrimonio-cultural/salvaguarda>. Acesso em: 14 fev. 2023.

IPHAN. **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina**. Brasília, DF: Iphan, 2011.

IPHAN. **Salvaguarda de bens registrados**: patrimônio cultural do brasil: apoio e fomento. Brasília, DF: Iphan, 2017.

IPHAN. **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento**. Brasília, DF: IPHAN, 2022.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.

JOINVILLE. **Lei Ordinária n. 1.773, de 10 de dezembro de 1980**. Joinville, SC, 10 dez. 1980.

JOINVILLE. **Lei n. 3.978, de 01 de setembro de 1999**. Joinville, SC, 01 set. 1999.

JOINVILLE. **Lei Complementar n. 363, de 19 de dezembro de 2011**. Joinville, SC, 19 dez. 2011.

JOINVILLE, Prefeitura Municipal de. **Museu de Sambaqui de Joinville comemora 50 anos com evento e site de realidade virtual.** 2022. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/museu-de-sambaqui-de-joinville-comemora-50-anos-com-evento-e-site-de-realidade-virtual/#>. Acesso em: 06 jul. 2025.

KALB, Christiane H.; FLORES, Maria Bernardete Ramos. A invenção de um discurso de patrimônio na cidade de Joinville (SC): políticas públicas na construção de unidades de interesse de preservação – UIP. **Confluências Culturais**, Joinville, v. 6, n. 1, p. 9-17, mar. 2017.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MACHADO, Diego Finder. **Redimidos pelo passado?** Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea. 2009. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MACHADO, Diego Finder. **Marcas da profanação:** versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville-SC. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018a.

MACHADO, Diego Finder. Nós difíceis de desatar: reaberturas do passado e sobreposições de narrativas patrimoniais sobre a presença negra em Joinville (SC). **Confluências Culturais**, Joinville, v. 7, n. 1, p. 21-35, mar. 2018b.

MARTIN, Thabata. **Arte de Helena Montenegro Inspira Mercado Imobiliário de Joinville.** 2021. Disponível em: <https://thaqueta.com.br/arte-de-helena-montenegro-inspira-mercado-imobiliario-de-joinville/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** 4. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN: 9788597008821.

MAZZARO, Rafaela. **Minha História, Meu Patrimônio.** 2014. Disponível em: https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_especiais_patrimonio/torre/index.html. Acesso em: 17 jul. 2025.

MENDES, Thiago Borges. **Desempenho Térmico nas Residências Modernas de Joinville:** Análise dos Recursos Construtivos e das Envoltórias pelo RTQ-R. 2018. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Centro de Ciências Tecnológicas – CCT, Universidade do Estado de Santa Catarina, Joinville, 2018.

MENDES, Thiago Borges. Sobre as residências modernas de Joinville. **Vitruvius**, Joinville, out. 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/projetos/15.178/5768>. Acesso em: 06 ago. 2025.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, I, Ouro Preto, MG, 2009. **Anais** [...]. Ouro Preto: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Brasília: Iphan, 2009. p. 25 -39.

MIRA, Fárida Mirany de. **Arquitetura Moderna em Joinville:** a Catedral Diocesana São Francisco Xavier. 2012. Dissertação (Mestrado) – Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno:** arquitetura da segunda metade do século XX. São Paulo: G. Gili Ltda., 2013.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. A arquitetura dos mercados públicos: tipos, modelos e referências projetuais. **Arquitextos**, São Paulo, n. 138, 02 nov. 2011. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>. Acesso em: 08 ago. 2025.

ND, Redação. **Depois de quase três décadas afastada, Helena Montenegro revisita suas obras.** 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/diversao/depois-de-quase-tres-decadas-afastada-de-joinville-helena-montenegro-revisita-suas-obras/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ND, Redação. **1906:** o ano da construção do Mercado Municipal de Joinville às margens do Cachoeira. 2016. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/1906-o-ano-da-construcao-do-mercado-municipal-de-joinville-as-margens-do-cachoeira/>. Acesso em: 06 ago. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Vara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **05.**

Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville. Disponível em: <https://www.oabjoinville.org.br/conselhos-municipais/9/05--comissao-do-patrimonio-historico--arqueologico--artistico-e-natural-do-municipio-de-joinville/#:-:text=A%20Comiss%C3%A3o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico,junho%20de%202010%2C%20%C3%A9%20inst%C3%A2ncia>. Acesso em: 26 dez. 2022.

PESSÔA, Eleonora Bahr. **Patrimônio Cultural, Ambiental e Arqueológico nos Planos Diretores de Joinville.** 2022. 207 f.

Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2022.

PISTORELLO, Daniela. Iphan e Fundação Catarinense de Cultura: políticas para o patrimônio cultural do imigrante europeu em Santa Catarina na década de 1980. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 28, p. 1-27, 2020.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI:** do monumento aos valores. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 471-480, jul. 2011.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio.** Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

REICHERT, Bárbara; OLIVEIRA, Patrícia Dalmina de; FRANZEN, Douglas. Arquitetura, memória e identidade: interfaces do patrimônio edificado no extremo-oeste catarinense. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 26, n. 43, p. 157-190, fev. 2017.

RIBEIRO, Diego Lemos. A musealização da arqueologia: um estudo dos museus de arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. **Revista da Arqueologia**, v. 27, n. 1, p. 96-114, 2014.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos:** a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROTH, Leland M. **Entender a arquitetura:** seus elementos, história e significado. São Paulo: G. Gili, 2017.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 1937/1968. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei n. 17.565, de 6 de agosto de 2018.** Florianópolis, SC: ALESC, 06 ago. 2018. Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17565_2018_lei.html. Acesso em: 06 ago. 2025.

SANTINI, Barbara *et al.* A Eficácia da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). In: SALDANHA, Paloma Mendes (org.). **O que estão fazendo com os meus dados?:** a importância da lei geral de proteção de dados. Recife: Serifafina, 2019. p. 19-30.

SANTOS, Adriana Maria Pereira dos. A conservação dos acervos no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, n. 21, p. 227-242, 2005.

SEBRAE. **Rua do Príncipe – Trilha do Patrimônio Histórico.** 2022. Disponível em: <https://www.visitjoinville.com.br/trilha-do-patrimonio>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO (SECULT). **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2002-001:** Rua XV de Novembro, 158 – Cine Palácio. Joinville, SECULT, 2002.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO (SECULT). **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2005-003:** Rua Dr. João Colin, 550. Joinville, SECULT, 2005.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO (SECULT). **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2008-015**: Rua do Príncipe, 836. Joinville, SECULT, 2008.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO (SECULT). **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2010-002**: Rua Dr. João Colin, 222. Joinville, SECULT, 2010.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO (SECULT). **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2013-003**: Arquivo Histórico de Joinville/Av. Hermann August Lepper, 650. Joinville, SECULT, 2013.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO (SECULT). **Lista de Imóveis com Proteção Cultural**. Joinville, SECULT, 2022.

SEPUD. **Joinville em Dados 2020**: Gestão Institucional. Joinville, SEPUD, 2020.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, Rosilene Paiva Marinho de; NETTO, Carlos Xavier Azevedo; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. A efetividade dos mecanismos de proteção do patrimônio cultural na preservação da memória coletiva. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 2, p. 27-47, set. 2018/fev. 2019.

SOUZA, Giane Maria de; ABRANTES, Cristiano Viana; ROTHERT, Dietlinde Clara. Tombamentos, processos, disputas e tensões nas histórias do patrimônio cultural de Joinville – outras questões para o debate público. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 32, p. 71-91, fev. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071493006>. Acesso em: 04 ago. 2025.

SOUZA, Giane Maria de; BRÜSKE, Dinorah Luisa de Melo Rocha; SOUZA, Luiza Morgana Klueger. Arquivo Histórico de Joinville: o processo de patrimonialização da arquitetura moderna e institucional como monumento e documento. **Confluências Culturais**, Joinville, v. 9, n. 1, p. 68-80, 2020.

SOUZA, Sirlei de. Movimentos de resistência em tempos sombrios. *In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. 2. ed. Joinville: Univille, 2005. p. 193-243.

TAMANINI, Elizabete. Museu e Educação: reflexões acerca da experiência no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 1, n. 1, p. 79-84, jan. 2003.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura *et al.* Um Itinerário para a Arquitetura Moderna em Florianópolis. **NAUI**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 1-16, jan. 2014.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

VALE, Paulo Sa. **Afinal, por que ainda falamos sobre o modernismo?** 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/925778/afinal-por-que-ainda-falamos-sobre-o-modernismo>. Acesso em: 21 ago. 2025.

VICENTE, Tayna. **Traços da modernidade**: uma investigação sobre valor e processo de registro patrimonial em edificações modernas de Joinville – SC. 2023. Dissertação (Mestrado) – Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2023.

WITTMANN, Angelina. Fachwerk, a técnica construtiva enxaimel. **Projetos**, São Paulo, ano 16, n. 187.02. *In: Vitruvius*, jul. 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/16.187/6131>. Acesso em: 06 ago. 2025.

APÊNDICE A – Ficha de análise do processo de tombamento administrativo FCJ.CPC.2005-003

Ficha de Análise de Processos de Tombamento e de Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (SC)

Pesquisadora responsável: Tayna Vicente

Nº do Processo	Tipo	Data de início
FCJ.CPC.2005-003	Tombamento de bens imóveis	13/04/2005
Endereço/Denominação		Rua Dr. João Colin, 550
Nome do proprietário		Prefeitura Municipal de Joinville
Órgão competente		Prefeitura Municipal de Joinville – Fundação Cultural de Joinville
Entrada por		Levantamento UIP's
Solicitante da proteção		Coordenação do Patrimônio Histórico (CPC)
Situação		Tomado por Anuência
Voluntário ou compulsório		Voluntário
Âmbito		Municipal
Registro em livros do tombamento		Inscrição nº 67
Nível de preservação		Não informado
Preservação de entorno		Não informado
Conjunto urbano		Não informado

Histórico sintético do processo	O imóvel foi levantamento como unidade de interesse de preservação do município, foi apresentado à COMPHAAN a proposta de seu tombamento e deliberada pela comissão. O proprietário foi notificado e anuiu com o tombamento. O tombamento foi homologado por meio da Portaria nº 57/2018.
Argumentos para o tombamento	Não informado no processo
Impugnação sob quais argumentos	Não houve impugnação
Houve criação de comissões específicas	Não houve criação de comissões
Teor dos pareceres	N.A.
Recomendações em relação ao bem	Não informado no processo
Uso atual e/ou futuro	Atualmente, o prédio abriga os projetos da PMJ: O Farol, um espaço colaborativo para agentes culturais, sociais e esportivos, os serviços da Vigilância em Saúde e o Centro de Treinamento da Ginástica Artística.

Observações

1. O processo não possui laudo pericial para o tombamento, nem está em anexo um parecer dos técnicos da CPC quanto aos valores levando em consideração para o tombamento.

APÊNDICE B – Ficha de análise do processo de tombamento administrativo FCJ.CPC.2008-015

Ficha de Análise de Processos de Tombamento e de Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (SC)

Pesquisadora responsável: Tayna Vicente

Nº do Processo	Tipo	Data de início
FCJ.CPC.2008-015	Tombamento de bens imóveis	19/11/2008
Endereço/Denominação	Rua do Príncipe, 836	
Nome do proprietário	Comércio e Representação Douat S/A	
Órgão competente	Prefeitura Municipal de Joinville – Fundação Cultural de Joinville	
Entrada por	Levantamento UIP's / Solicitação de demolição enviada pela SAMA	
Solicitante da proteção	Coordenação do Patrimônio Histórico (CPC)	
Situação	Tomado por Decreto	
Voluntário ou compulsório	Compulsório	
Âmbito	Municipal	
Registro em livros do tombamento	Inscrição nº 122	
Nível de preservação	Preservação Parcial (PP)	
Preservação de entorno	Preservação do entorno imediato como "área de interesse arqueológico"	
Conjunto urbano	Não informado	
Histórico sintético do processo	<p>O imóvel estava listado como UIP por sua fachada. Na segunda vistoria no imóvel, foi descoberto um galpão construído em técnica enxaimel. Foi recomendado que se preservasse a construção como um todo, com duas expressões arquitetônicas distintas.</p> <p>Após a notificação e impugnação do proprietário, foi decidido pela preservação somente da construção em técnica enxaimel, localizada ao centro do terreno. A COMPHAAAN deliberou também por seu valor arqueológico, fazendo de seu entorno imediato, dentro do próprio terreno, um sítio monitorado. O imóvel foi tombado pelo decreto nº 27.847, de 3 de novembro de 2016.</p>	

Argumentos para o tombamento	A edificação possui dois momentos distintos da produção arquitetônica em sua composição: sua fachada foi identificada pelos técnicos da CPC como "proto-moderna" e em seu interior há um galpão construído em técnica enxaimel. Em sua defesa, há a raridade da técnica construtiva enxaimel aplicada em um galpão e a sua ampliação e fachada, que "representa um momento de transição que buscava romper com os estilos coloniais europeus e buscava a limpeza das construções modernistas, mas não chega a ser um exemplar típico modernista" (p. 8). Segundo a vistoria: "A preservação deste exemplar se faz necessária, pois marca 2 tempos distintos da arquitetura dentro de um eixo de preservação super importante." (p. 8). Entretanto, somente a edificação construída em técnica enxaimel foi preservada. Sob os registros de valor histórico, arquitetônico, urbanístico e arqueológico, por ser "um exemplar singular e importante, apresentando na sua concepção arquitetônica enxaimel comercial/industrial de grande porte, sendo único exemplar conhecido no município e localizado em via de formação urbana".
Impugnação sob quais argumentos	<ul style="list-style-type: none"> - Não estão presentes no imóvel os pressupostos de valor histórico ou arquitetônico que justifiquem o tombamento. - Quando a empresa adquiriu o imóvel, em 19/07/1967, este já constava de uma construção em alvenaria, conforme escritura. - Em 1971 foi feita uma reforma no imóvel em alvenaria com autorização da prefeitura. - Falando da parte enxaimel dos fundos do imóvel, o proprietário argumenta que: 'Esta faixa (de tijolos com madeira) não pode ser considerada de algum valor artístico, histórico ou arquitetônico para justificar o tombamento como expoente do estilo arquitetônico enxaimel!' (p. 42).
Houve criação de comissões específicas	Sim
Teor dos pareceres	Favoráveis ao tombamento
Recomendações em relação ao bem	Nível de preservação parcial, com a preservação do volume externo, suas fachadas e coberturas. Na parte interna, preservação das estruturas do enxaimel e do sótão, com sistema estrutural da cobertura e piso de madeira. O imóvel possui preservação arqueológica. No entorno imediato do imóvel, em um raio de aproximadamente 10 metros, "qualquer intervenção no solo [...] deverá ser objeto de monitoramento arqueológico, tendo em vista identificar e proteger remanescentes arqueológicos que possam existir." (p. 172).
Uso atual e/ou futuro	Na construção que ladeia a rua, identificada como "proto-moderna", há salas comerciais ocupadas. Não achei registro de uso do galpão enxaimel.

Observações

APÊNDICE C – Ficha de análise do processo de tombamento administrativo FCJ.CPC.2010-002

Ficha de Análise de Processos de Tombamento e de Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (SC)

Pesquisadora responsável: Tayna Vicente

Nº do Processo	Tipo	Data de início
FCJ.CPC.2010-002	Tombamento de bens imóveis	23/06/2010
Endereço/Denominação	Rua Dr. João Colin, 222	
Nome do proprietário	Perville Construções e Empreendimento S.A.	
Órgão competente	Prefeitura Municipal de Joinville – Fundação Cultural de Joinville	
Entrada por	Levantamento UIP's / Solicitação de demolição enviada pela SAMA	
Solicitante da proteção	Coordenação do Patrimônio Histórico (CPC)	
Situação	Em Processo	
Voluntário ou compulsório	N.A.	
Âmbito	Municipal	
Registro em livros do tombamento	N.A.	
Nível de preservação	N.A.	
Preservação de entorno	N.A.	
Conjunto urbano	Sim. Forma conjunto com outras 7 edificações de interesse patrimonial e 5 tombadas no trecho chamado de "Setor A" da R. Dr. João Colin (p. 20).	

Histórico sintético do processo	O imóvel estava listado como UIP e foi notificado a CPC a solicitação do alvará de demolição. O primeiro laudo pericial, aponta a importância da empresa da qual o prédio foi sede e sua relevância para o conjunto formado com os demais prédios da R. Dr. João Colin. Houve a impugnação do processo e, após a instituição do IPCJ, foi deliberado pela COMPHAAN a substituição do processo de tombamento pelo processo de inventariação. A instrução nº 55 de 2018, anexa ao processo, discorre sobre a relevância da empresa, da família que montou a empresa e agrupa ao processo a descrição do edifício como exemplar da "arquitetura modernista Joinvilense" (p. 60) e a sua relevância como marco urbano. Houve a deliberação pela COMPHAAN para a inclusão do edifício no IPCJ. E com a notificação, veio a impugnação do processo de inventariação. Foram realizados pareceres pela equipe técnica sobre a impugnação e a impugnação foi indeferida. Em junho de 2021 o proprietário entrou com recurso para que o imóvel não seja incluído ao IPCJ.
Argumentos para o tombamento	No documento para deliberação da COMPHAAN do qual se trata da instrução do inventário (p. 65), são descritas suas características arquitetônicas, formais e funcionais, ritmo das esquadrias e cheios e vazios da fachada e se dá destaque ao conjunto patrimonial de seu entorno. A CPC destaca seus atributos arquitetônico, urbanístico e histórico.
Impugnação sob quais argumentos	
Houve criação de comissões específicas	Sim
Teor dos pareceres	Favoráveis à inclusão no IPCJ
Recomendações em relação ao bem	N.A.
Uso atual e/ou futuro	Atualmente, o térreo é composto de salas comerciais nas quais funcionam lojas variadas de diversos departamentos.

Observações

APÊNDICE D – Ficha de análise do processo de tombamento administrativo FCJ.CPC.2013-003

Ficha de Análise de Processos de Tombamento e de Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (SC)

Pesquisadora responsável: Tayna Vicente

Nº do Processo	Tipo	Data de início
FCJ.CPC.2013-003	Tombamento de bens imóveis	11/07/2013
Endereço/Denominação	Arquivo Histórico de Joinville / Av. Hermann August Lepper, 650	
Nome do proprietário	Prefeitura Municipal de Joinville	
Órgão competente	Prefeitura Municipal de Joinville – Fundação Cultural de Joinville	
Entrada por	Levantamento UIP's / Solicitação de orientação quanto a intervenções feitas na calçada e na escadaria de acesso feita pela coordenação o AHJ, juntamente com uma solicitação do início processo de tombamento	
Solicitante da proteção	Coordenação do Patrimônio Histórico (CPC)	
Situação	Tomado por Anuência	
Voluntário ou compulsório	Voluntário	
Âmbito	Municipal	
Registro em livros do tombamento	Inscrição nº 113	
Nível de preservação	Preservação Integral (PI)	
Preservação de entorno	Preservação das áreas externas: "Devem ser preservados os jardins, lagos, pisos e demais componentes do projeto paisagístico" (Deliberação da COMPHAAN, p. 2)	
Conjunto urbano	Não informado	
Histórico sintético do processo	O imóvel estava listado como unidade de interesse de preservação. Sabendo desta informação, a coordenação responsável pelo AHJ entrou em contato com o CPC para uma orientação sobre as intervenções feitas na calçada e escadaria de acesso externo do prédio, e neste mesmo documento, solicita o início do processo administrativo de tombamento do edifício. É aprovada a manutenção do tombamento, feita a notificação ao proprietário (PMJ), que anui com a salvaguarda. O tombamento é homologado pela portaria nº 57/2018. A CPC apresenta a COMPHAAN a análise para o nível de preservação e suas recomendações. O nível de PI é deliberado pelo conselho e enviado para o conhecimento da coordenação do AHJ.	

Argumentos para o tombamento	<p>Na notificação enviada à PMJ (proprietário), foi apresentado que o processo administrativo de tombamento seria iniciado com base nos seguintes critérios de valoração:</p> <p>I - valor urbanístico: características de um bem material imóvel que definem, referenciam historicamente ou qualificam a malha urbana e o espaço público;</p> <p>II - valor arquitetônico: características de um bem material imóvel que expressam qualidades significativas, períodos históricos, composição, materiais, coerência tipológica, bens integrados e outras particularidades relevantes;</p> <p>III - valor histórico-cultural: características de um bem material móvel ou imóvel que identificam e preservam elementos testemunhais de uma organização social, manifestação cultural ou forma de vida que configure a memória histórica coletiva;</p> <p>IV - valor singular: características peculiares de um bem material móvel ou imóvel, de qualidade quanto aos aspectos técnicos, históricos, artísticos, construtivos ou de desenho.</p>
Impugnação sob quais argumentos	Não houve impugnação
Houve criação de comissões específicas	Não houve criação de comissões
Teor dos pareceres	N.A.
Recomendações em relação ao bem	<p>Foi recomendado ao bem PI, que estabelece a "manutenção das características arquitetônicas e artísticas, internas e externas do imóvel em questão".</p> <p>Foi recomendado a preservação do volume externo, suas elevações e cobertura; nos ambientes externos, a preservação de suas paredes de alvenaria e concreto aparente, pisos, esquadrias e revestimentos; preservação dos bens integrados, como as obras de arte; e a preservação das áreas externas, jardins lagos, pisos e componentes do projeto paisagístico.</p>
Uso atual e/ou futuro	O edifício abriga o Arquivo Histórico de Joinville, função para qual foi construído.

Observações

- Na solicitação enviada pela equipe do AHJ, é citado como um conjunto com o Museu Arqueológico do Sambaqui.

APÊNDICE E – Ficha de análise do Projeto Arquitetônico do Edifício Manchester

Ficha de Análise de Projeto Arquitetônico

Pesquisadora responsável: Tayna Vicente

Identificação

Nome	Edifício Manchester
Localização	R. do Príncipe, 330 – Centro
Ano	1964 (Aprovação do projeto na prefeitura)
Autor	Comasa S.A. – Responsável Técnico: Engenheiro José Oscar Wunder
Nº do Acervo	183/1964 – Arquivo Histórico de Joinville
Observações	Arquivo total com 124 folhas, contando frentes e versos; O endereço no selo das pranchas está marcado como "Rua do Príncipe – Praça Nereu Ramos – Rua São Joaquim", entretanto o terreno faz divisa com a sede dos Correios e Telégrafos, e não com a praça. Apesar de visualmente, parecer que os correios estão instalados na praça, ele possui terreno próprio.

INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO

Número de pranchas (disponíveis)	Projeto de 1964: 12 pranchas Outras plantas: 7 pranchas Memorial descritivo: 8 folhas
	Projeto Aprovado em 1964: Planta baixa andar térreo; Planta baixa sobreloja; Planta baixa 2 ^a sobreloja e apartamento; Planta baixa andar tipo 3 ^o ao 9 ^o ; Planta baixa 10 ^o pavimento; Planta baixa 11 ^o pavimento; Planta baixa caixa d'água, casa de máquinas e zeladoria; Corte A-B; Corte C-D; Fachada para a rua São Joaquim; Fachada para a rua do Príncipe; Planta de situação, perfis do terreno e estatísticas.
	Adequações em 1968: Planta de modificação dos apartamentos 804 e 806, no 8 ^o Pavimento, de Isidoro Age. Planta do projeto "Terraço Tupy", no 11 ^o pavimento. Planta do projeto de instalação dos estúdios e escritórios da Rádio Cultura, no 10 ^o andar. Sem data: Planta de estudo de adaptação dos apartamentos 613 e 614, no 6 ^o pavimento, para o Rodrigo Lobo. Planta dos apartamentos 702 e 703, de Elvira Meira. Planta dos apartamentos 802 e 803, de Celina Pohl. Planta de situação com indicação de edificação para demolir e reconstruir. Parte do memorial descritivo da obra.

Área total	Somatória do térreo, 1 ^o e 2 ^o sobreloja, 6 pavimentos tipo, 10 ^o e 11 ^o andar, caixa d'água = 11.709,22m ² (Folha 21-183-1964)
Ambientes	Térreo (Galeria de lojas): 10 salas comerciais, todas com wc interno. Loja 2 e 3 sendo duplex, com circulação vertical privativa; Cisterna; Cabine de força; circulação vertical: 2 escadas, que dão acesso a sobreloja e 4 elevadores, para o uso residencial; duas escadas com acesso direto a 5 salas da sobreloja; Rampa de acesso a garagem; Espaço público-privado promovendo a ligação entre a Rua do Príncipe e Rua São Joaquim. Sobreloja: Organizado em dois blocos ligados por um patamar intermediário. 10 salas comerciais, sendo 1, 2 e 3 a parte superior das lojas do térreo; Quatro escadas que dão acesso as lojas, e 4 elevadores de uso residencial; Rampa de acesso ao estacionamento; Bicletário. 3 ^o Pavimento: Uma das escadas junto ao elevador dá acesso a garagem, incineradora e a sala do garagista, equipada com wc; Rampa de acesso; outra escada e 2 elevadores dão acesso ao hall residencial; 4 apartamento que espelham os do pavimento tipo, mas contam com terraço externo; Apartamento A: Vestíbulo, bwc, sala, cozinha, área de serviço e 1 dormitório; Apartamento B: Vestíbulo, sala, circulação, cozinha, área de serviço, wc de serviço, 2 dormitórios e um banheiro social; Apartamento C: vestíbulo, sala, cozinha, área de serviço, quarto e banheiro de serviço, banheiro social e três dormitórios; Apartamento D: vestíbulo, cozinha, área de serviço, banheiro e quarto de serviço, sala, circulação, banheiro social e 3 dormitórios; as áreas molhadas dos apartamentos C e D possuem aberturas para um <i>shaft</i> de 24,8m ² para iluminação e ventilação. Pavimento Tipo (4 ^o ao 9 ^o pavimento): Uma das escadas junto a um par de elevadores dá acesso às salas comerciais. São 8 salas comerciais de diferentes tamanhos, todas com wc; a circulação da área comercial acontece envolta de um <i>shaft</i> de ventilação e iluminação; outra escada e 2 elevadores dão acesso ao hall residencial; há 4 apartamentos distribuídos; Apartamento A: Vestíbulo, bwc, sala, cozinha, área de serviço e 1 dormitório; Apartamento B: Vestíbulo, sala, circulação, cozinha, área de serviço, wc de serviço, 2 dormitórios e um banheiro social; Apartamento C: vestíbulo, sala, cozinha, área de serviço, quarto banheiro de serviço, banheiro social e três dormitórios; Apartamento D: vestíbulo, cozinha, área de serviço, banheiro e quarto de serviço, sala, circulação, banheiro social e 3 dormitórios; as áreas molhadas dos apartamentos C e D possuem aberturas para um <i>shaft</i> de 24,8m ² para iluminação e ventilação. 10 ^o Pavimento: Ocupado pela Rádio Cultura; o andar possui recepção; espera; 13 sanitários; sala para secretaria e tesouraria; presidência; diretor industrial; diretor comercial; biblioteca; consultoria; arquivo; cantina; secretaria; diretor administrativo; diretor comercial; diretor publicidade; departamento de propaganda; diretor artístico; relações públicas; sala de testes e audições e circulações. 11 ^o Pavimento: Lado esquerdo: Sala de espera; sala de estar; plenário; auditório 01 (menor); cantina; cozinha e circulação; Lado direito: circulação; vestíbulo; 4 sanitários; sonoplastia e discoteca; auditório 02 (maior); vestiário; passagem; 2 <i>toilette</i> . (depois, lado direito virou o Terraço Tupy). 12 ^o Pavimento: há um grande terraço; caixa d'água; casa de máquinas; vestíbulo; sala; 2 dormitórios; bwc e cozinha.
Materiais de Acabamentos	

Documentos anexos ao acervo	<p>Pedido de vistoria parcial para Habite-se – 14/04/1970. Pedido da vistoria total para Habite-se – 26/06/1970. Termo de vistoria de 29/07/1970. Certificado de 10/04/1970, endereçado a Rodrigo de Oliveira Lobo, atestando que foi requerido o Habite-se mas o mesmo não foi concedido. Pedido de vistoria para ligação de energia do(a): sala 230, 2º andar; apto 912, 9º andar; 10º andar; apto 811, 8º andar; apto 802 e 803, 8º andar; conjunto do 3º pavimento; apto 211, 2º andar; apto 402, 4º andar. Pedido de certidão de conclusão de obra, de 02/06/1970. Habite-se parcial. Pedido de Rodrigo de Oliveira Lobo ao Dpto. Urbanístico para saber se a construtora havia entrado com o pedido de habite-se e se o mesmo havia sido concedido, 10/04/1970. Pedido de alvará de construção, requerido pela Associação Comercial de Joinville, para construção no terreno da mesma e de Eugenio Bohem. Apresentação das alterações ao setor de planejamento. Termo de ligação de energia elétrica.</p>
Observações	<p>Banco do Estado de São Paulo instala-se no 3º andar, área total de 397m² (Folha 57-183-1964) A empresa Comasa S.A. tinha filiais em Curitiba, Joinville, Florianópolis e, na época, "Crisciuma" (Folha 97-183-1964)</p>

ADIÇÕES OU MODIFICAÇÕES

Ano	s/d
Autor	Comasa S.A. – Responsável Técnico: Engenheiro José Oscar Wunder
Tipo de adição ou modificação	<p>11º andar: propriedade da Fundição Tupy S/A. Foi alterado para o "Terraço Tupy" (Folha 25-183-1964) 10º andar: Ocupado pela Rádio Cultura S/A. Foi alterado o lado esquerdo para abrigar a rádio (Folha 97-183-1964)</p>
Tipo de adição ou modificação (cont.)	<p>9º andar: propriedade do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Joinville. Tornaram-se uma única sala, as sala 902, 903, 904 e 905. 8º andar: propriedade de Isidoro Age, uniu os apartamentos 804, 805 e 806 em um único apartamento (Folha 23-183-1964). 8º andar: propriedade de Celina Pohl, uniu os apartamentos 802 e 803 em um único apartamento (Folha 71-183-1964). 7º andar: propriedade de Elvira Meira, uniu os apartamentos 702 e 703 em um único apartamento (Folha 63-183-1964). 6º andar: propriedade de Rodrigo de Oliveira Lobo, uniu os apartamentos 613 e 614 em um único apartamento (Folha 29-183-1964).</p>

APÊNDICE F – Ficha de análise do Projeto Arquitetônico da Residência Schneider

Ficha de Análise de Projeto Arquitetônico

Pesquisadora responsável: Tayna Vicente

Identificação

Nome	Residência Carlos F. A. Schneider
Localização	Servidão Fritz Alt
Ano	1964
Autor	Rubens Meister
Observações	Arquivo total com 8 folhas, contando frentes e versos.

INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO

Número de pranchas (disponíveis)	4 pranchas
Tipo de Desenhos	Planta baixa pavimento térreo; Planta baixa subsolo; Cortes A-B, C-D e E-F; Planta de Cobertura; Perfis de terreno; Planta de situação.
Área	Casa principal: 603m ²
Ambientes	<p>Térreo: Sala de jantar; 2 salas de estar; vestíbulo; sala de almoço; lavabo; escada (acesso ao subsolo); copa; cozinha; lavanderia; despensa; quarto de serviço; banheiro externo; depósito; estandal; circulações; rouparia; sala de costura; 3 quartos; 2 banheiros; suíte; terraços privativos em todos os quartos e suíte; jardim; piscina; espelho d'água. Subsolo: Garagem; depósito; adega. Circulação e escada.</p>
Materiais de Acabamentos	<p>Banheiro da suíte com piso em granito e paredes revestidas em mármore; demais banheiros: piso em mármore e parede em azulejos; Cozinha, lavanderia e despensa: piso em granilite e paredes revestidas em azulejo; Garagem com piso em cimento alisado; Parte interna do subsolo com piso em ladrilho; Lareira e muros revestidos em pedra; Pisos das áreas sociais e íntimas em tacos de madeira; Telhado em telha fibrocimento 8mm; Esquadrias em madeira e vidro, algumas com venezianas de madeira; paredes externas em tijolos maciços aparentes; acabamento de vigas e pilares em concreto aparente; grande ajardinado com forração em grama e plantas diversas.</p>
Observações	<p>Iluminação Zenital do corredor dos quartos. No depósito, os tijolos maciços são colocados para formar elementos vazados (solução utilizada também na Expoville). A sala de estar principal (com acesso a piscina), possui um sistema de ventilação cruzada por janela em fita no alto da parede. Utilização de elementos vazados na garagem. Todos os ambientes tem integração com a área externa e jardim, não necessariamente pelo acesso, mas por vistas e um jogo de interior/exterior.</p>

ADIÇÕES OU MODIFICAÇÕES

Ano	Sem registro
Autor	Sem registro
Tipo de adição ou modificação	Sem registro

APÊNDICE G – Ficha de análise do Projeto Arquitetônico do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

Ficha de Análise de Projeto Arquitetônico

Pesquisadora responsável: Tayna Vicente

Identificação

Nome	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville
Localização	Rua Dona Francisca, 600 - Centro
Ano	1969
Autor	Sabino Machado
Observações	

INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO

Número de pranchas (disponíveis)	2
Tipo de Desenhos	Planta de Situação e Planta Baixa
Área	
Ambientes	Hall; sala de exposição permanente; exposição temporária; depósito; descarga; estacionamento para descarga; secretaria; sala do diretor; sanitários; copa; laboratório; oficina; auditório; biblioteca; há 5 quartos; 2 sanitários completos; e um apartamento para o zelador com quarto, cozinha e banheiro; jardim; espelho d'água; Telhas tipo meio tubo.
Materiais de Acabamentos	Pisos: cerâmica 15x30cm na cor areia, cimentado com junta seca, friso de 10cm de largura; Paredes: caiação (pintura em cal), reboco pronto, azulejo 15x15cm branco, tijolo furado com junta seca, concreto aparente; Teto: caiação sobre o reboco; Vigas: aparentes, sem revestimento.
Observações	Não há cortes ou fachadas junto ao arquivo, somente duas plantas.

ADIÇÕES OU MODIFICAÇÕES

Ano	Sem registro
Autor	Sem registro
Tipo de adição ou modificação	Sem registro

APÊNDICE H – Ficha de análise do Projeto Arquitetônico da Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior

Ficha de Análise de Projeto Arquitetônico

Pesquisadora responsável: Tayna Vicente

Identificação

Nome	Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior
Localização	R. Dona Francisca, 800 – Saguáçu
Ano	Projeto inicial sem data
Autor	Arquitetos da PMJ
Observações	Arquivo total com 68 folhas, contando frentes e versos.

INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO

Número de pranchas (disponíveis)	35 pranchas (Projeto principal e adições)
Tipo de Desenhos	Planta Baixa; Corte X-X; Y-Y; Detalhe pavimentação do pátio central; Detalhe Floreira; Planta sala de exposições.
Área	
Ambientes	Sala de exposições; escolinha de artes infantil; secretaria de artes; secretaria de música, secretaria de ballet; sala dos professores; 2 salas para pintura em porcelana; sala de fornos; secretaria; direção; auditório; sala de ballet; oficina de artes; almoxarifado; copa; sanitários masculino, feminino e funcionários; 8 salas de música; arte juvenil; ballet; depósito; sala teatro; orquestra; 2 salas de oficina cerâmica; oficina madeira; iniciação musical; pátios e circulações.
Materiais de Acabamentos	Não descritos no material disponível
Observações	

ADIÇÕES OU MODIFICAÇÕES

Ano	1974
Autor	Arquitetos PMJ
Tipo de adição ou modificação	Não executado. Projeto para concha acústica, localizada aos fundos do terreno à leste. A concha ficaria encaixada no declive do morro da Boa vista, com acesso tanto pela casa da cultura, como independente, pela R. Saguáçu.

Ano	S/D
Autor	Arquitetos PMJ
Tipo de adição ou modificação	Estudo não executado. Projeto para auditório de grande porte. Localizado a oeste no terreno, fazendo parte do complexo existente, utilizaria do terreno onde hoje está o AHJ. Junto com o auditório, construir-se <i>hall</i> , sanitários, chapelia e parte técnica. Estuda-se também a ampliação do número de salas.
Ano	1997
Autor	Arquitetos PMJ – Celso Romin
Tipo de adição ou modificação	Lanchonete da Casa da Cultura. Espaço para lanchonete com preparo, atendimento, depósito e vestiário masculino e feminino.
Ano	1997
Autor	Arquitetos PMJ – Celso Romin
Tipo de adição ou modificação	Balcão de atendimento e veneziana. Projeto de balcão de atendimento da secretaria e veneziana para fechamento do balcão.
Ano	1997
Autor	Arquitetos PMJ – Celso Romin
Tipo de adição ou modificação	Estudo não executado. Palco e praça da casa da cultura. Estudo de um palco coberto entre duas edificações existentes, próximo ao AHJ, a praça seria continuação da construção.
Ano	1985
Autor	Arquitetos PMJ – Rosana B. Martins
Tipo de adição ou modificação	Projeto para nova sala de cerâmica. Projeto para nova sala para aulas de cerâmica com maior capacidade. Localizada no bloco ao fundo do terreno, segue os mesmos acabamentos do restante da edificação.
Ano	1988
Autor	Arquitetos PMJ – Julio Cesar de A. Santos
Tipo de adição ou modificação	Projeto para nova sala de reuniões e ballet. Projeto para nova sala para aulas de reuniões e ballet com maior capacidade. Anexo aos blocos existentes, segue os mesmos acabamentos do restante da edificação.
Ano	1987
Autor	Arquitetos PMJ – Ivo Busnardo Jr.
Tipo de adição ou modificação	Projeto para ampliação do depósito
Ano	1985
Autor	Arquitetos PMJ – Deisi L. de Oliveira
Tipo de adição ou modificação	Projeto de sala de diretorias. Implementação de nova sala para diretorias anexo ao corpo principal do edifício.

Traços da Modernidade

Uma investigação sobre valor e processo de registro patrimonial em edificações modernas de Joinville – SC

Em uma época de mudanças rápidas e transformações constantes nas cidades brasileiras, parte importante do nosso patrimônio moderno ainda é pouco reconhecida. Este livro realiza uma jornada envolvente pela arquitetura modernista de Joinville, em Santa Catarina, revelando a história, os desafios e o papel dessas construções na memória urbana da cidade.

A obra apresenta uma análise detalhada dos processos de registro, proteção e valorização dos bens culturais, oferecendo ao leitor um olhar original sobre edificações que, apesar de fundamentais para a identidade local, muitas vezes passam despercebidas pelas políticas de preservação. Entre os exemplos estudados estão o Edifício Manchester, a Residência Schneider, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e a Casa da Cultura, evidenciando como a arquitetura de cada um deles expressa diferentes aspectos culturais, sociais e econômicos do seu tempo.

Além disso, o livro discute os obstáculos impostos pela legislação atual, como a Lei Geral de Proteção de Dados, ao acesso a informações históricas relevantes para a pesquisa patrimonial. Traz também propostas práticas para aproximar a comunidade de seu patrimônio, como o Circuito de Arquitetura Moderna de Joinville, organizado em três rotas pelo centro da cidade para visitação dessas edificações.

Ao interligar temas como história, memória, identidade e valor patrimonial, esta obra revisita as origens do movimento moderno em Joinville e apresenta novas perspectivas para a preservação e valorização dessas construções. O leitor é convidado a enxergar, reconhecer e vivenciar a cidade sob um novo olhar, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e seu patrimônio.



Sistema Municipal de
Desenvolvimento para a Cultura

Este projeto recebeu recursos por
meio de Lei de Incentivo e seu
conteúdo é de responsabilidade
de seus idealizadores

Câmara Brasileira do Livro
ISBN 978-85-82420-01-5

